

MANUAL DO ALUNO

DISCIPLINA ORGANIZAR E GERIR A EMPRESA

Módulos 9, 10, 11 e 12

República Democrática de Timor-Leste
Ministério da Educação



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

GUIA DO PROFESSOR - DISCIPLINA ORGANIZAR E GERIR A EMPRESA
Módulos 9 a 12

AUTORA

ZULMIRA TEIXEIRA

COLABORAÇÃO DAS EQUIPAS TÉCNICAS TIMORENSES DA DISCIPLINA

COLABORAÇÃO TÉCNICA NA REVISÃO

DESIGN E PAGINAÇÃO

UNDESIGN - JOÃO PAULO VILHENA
EVOLUA.PT

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Centro de Impressão do Ministério da Educação e Cultura

ISBN

978 - 989 - 753 - 366 - 2

TIRAGEM

700 EXEMPLARES

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE TIMOR-LESTE
2015



Índice

Introdução aos Modelos de Demonstrações Financeiras	7
Apresentação.....	8
Objetivos de aprendizagem.....	8
Âmbito de conteúdos	9
Modelos simplificados de demonstrações financeiras.....	10
Balanço inicial.....	10
Demonstração dos resultados por naturezas	18
Demonstração dos resultados por funções	20
Demonstração de fluxos de caixa	21
Balanço final	24
Proposta de trabalho nº 1	28
Rubricas do Balanço	30
1) Contas do Ativo e do Passivo	31
2) Elaboração do inventário e do balanço	36
Capital, Reservas e Resultados	44
Proposta de trabalho nº 2	45
Bibliografia.....	49
Código de Contas e Normas Contabilísticas.....	51
Apresentação.....	52
Objetivos de aprendizagem.....	52
Âmbito de conteúdos	53
Principal objetivo da Contabilidade	54
Considerações gerais	54
A Normalização Contabilística	58
Representação da conta	60
Regras de movimentação das contas	62
Proposta de trabalho nº 1	80
Balancete de verificação	84



Apuramento do resultado líquido do período	86
Balancete final.....	88
Balanço e demonstração dos resultados por naturezas	90
Código das contas (cc)	93
Proposta de trabalho nº2	99
Bibliografia	103
Classificação e Aplicações Informáticas de Documentos Contabilísticos..	105
Apresentação.....	106
Objetivos de aprendizagem	106
Âmbito de conteúdos	106
Introdução.....	107
Trabalho contabilístico.....	110
Proposta de trabalho	115
Bibliografia	119
Análise Económica e Financeira	121
Apresentação.....	122
Objetivos de aprendizagem	122
Âmbito de conteúdos	124
A Função Financeira	125
Análise económica e financeira	126
Objetivos da função financeira	127
A Função Financeira e a Contabilidade.....	127
A Análise Financeira e o Valor	129
Proposta de trabalho nº 1	130
Métodos e técnicas de análise	131
Método dos indicadores ou rácios	142
Fundo de Maneio	146
Proposta de trabalho nº 2	155
Análise financeira com demonstração de resultados.....	159
Cash-flow e autofinanciamento.....	159



Margem bruta.....	161
Custos Variáveis e Custos Fixos.....	163
Proposta de trabalho nº 3	166
Análise económica.....	168
Rendibilidade.....	168
Proposta de trabalho nº 4	173
Elaboração de orçamentos	174
A Gestão Orçamental.....	174
Orçamentos da empresa	177
Desvios	181
Proposta de trabalho nº 5	182
Bibliografia	186







Introdução aos Modelos de Demonstrações Financeiras

Módulo 9

Apresentação

Neste módulo far-se-á uma abordagem, muito simplificada, aos principais modelos de demonstrações financeiras e à sua importância para as empresas.

Os alunos irão chegar ao conceito de património e à sua finalidade e irão estabelecer a distinção entre Ativo, Passivo, Custos e Proveitos, apercebendo-se que a contabilidade é um jogo de equilíbrios e que é através das demonstrações financeiras que se consegue avaliar e dar a conhecer a gestão das empresas e os resultados alcançados.

No desenvolvimento do módulo, o passo seguinte consistirá em agregar os elementos patrimoniais em contas do Ativo, do Passivo e do Capital Próprio, procedendo à elaboração do inventário e do balanço, distinguindo o balanço inicial do balanço final e procedendo ao apuramento do resultado líquido do período e à aplicação dos resultados transitados.

Objetivos de aprendizagem

- Identificar os modelos de demonstrações financeiras;
- Definir o conceito de património da empresa;
- Distinguir bens de direitos e de obrigações;
- Definir o conceito de Ativo;
- Definir o conceito de Passivo;
- Identificar ativos e passivos da empresa;
- Definir o conceito de inventário;
- Distinguir património de inventário;
- Elaborar inventários;
- Elaborar uma representação de balanço;
- Elaborar modelos simplificados de demonstrações financeiras;
- Definir o conceito de conta;
- Agregar os elementos patrimoniais em contas;
- Identificar as contas do Ativo, do Passivo e do Capital Próprio;
- Identificar as contas de custos e proveitos;
- Identificar o período de tributação;



- Apurar o resultado líquido do período;
- Reconhecer o conceito de resultados transitados;
- Identificar a aplicação dos resultados transitados.

Âmbito de conteúdos

1. Introdução aos modelos de demonstrações financeiras

- 1.1. Balanço inicial.
- 1.2. Demonstração dos resultados por naturezas.
- 1.3. Demonstração dos resultados por funções.
- 1.4. Demonstração dos fluxos de caixa.
- 1.5. Balanço final.

2. Rubricas do balanço

- 2.1. Contas do Ativo, do Passivo e do Capital Próprio.
- 2.2. Inventário e balanço.
- 2.3. Capital, reservas e resultados.



Modelos simplificados de demonstrações financeiras

Uma das principais funções da contabilidade é a informação financeira.

É através da contabilidade que a empresa transmite a todos os interessados na sua atividade a informação necessária e indispensável para que estejam habilitados a analisar a capacidade da empresa nos seus diversos aspetos que já foram apresentados.

Demonstrações financeiras – são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma empresa.

Modelos de demonstrações financeiras (MDF):

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração dos resultados por funções;
- Demonstração de fluxos de caixa.

Balanço inicial

Como se compreende, as empresas em nome individual ou as sociedades, quando se constituem, necessitam de um investimento inicial do dono ou sócios da sociedade.

No caso das sociedades, esse investimento inicial corresponde ao valor das entradas dos sócios que é designado por capital.

Entradas dos sócios = Capital

Suponhamos que, no dia 25 de março de 2011, é constituída a sociedade *A Construtora de Timor, Lda.*, cujo capital se encontra repartido pelos sócios:



Alberto Marques.....	10 000,00 USD
Carlos Neves.....	<u>25 000,00 USD</u>
Total.....	35 000,00 USD

O sócio **Alberto Marques** realizou a sua quota de capital com os seguintes valores:

Dinheiro	4 000,00 USD
Depósitos bancários	6 000,00 USD

O sócio **Carlos Neves**, para a realização da sua quota, transferiu para a sociedade os seguintes valores, de um antigo estabelecimento que possuía:

Equipamento de escritório	4 000,00 USD
Viatura comercial	15 000,00 USD
Mobílias para vender	12 000,00 USD
Dívidas de clientes	2 000,00 USD
Empréstimo bancário	2 000,00 USD
Dívidas a fornecedores	6 000,00 USD

Como se verifica, a quota do sócio Alberto Marques foi realizada com bens e direitos.

Bens	dinheiro
Direitos	depósitos bancários

Os depósitos bancários constituem um direito para o depositante, que se traduz na possibilidade de levantar o dinheiro depositado.

Por sua vez, o sócio Carlos Neves realizou a sua quota com bens, direitos e obrigações.

Bens.....	mobílias, equipamento e uma viatura comercial
Direitos.....	dívidas dos clientes
Obrigações.....	dívidas a fornecedores e empréstimo bancário

As dívidas dos clientes são direitos, porque constituem valores a receber de terceiros (dos clientes).

As dívidas a fornecedores e os empréstimos bancários são obrigações, na medida em que constituem valores a pagar a terceiros (aos fornecedores e aos bancos).



Assim, as entradas dos sócios constituem o património inicial da empresa, que é constituído por **bens, direitos e obrigações**.

Património da empresa – é o conjunto de bens, direitos e obrigações devidamente valorados, pertencentes a uma empresa numa determinada data.

Bens – são elementos físicos que qualquer empresa possui.

Direitos – são as dívidas que terceiros têm para com a empresa e o valor das marcas, patentes e outros direitos similares.

Obrigações – são as dívidas que a empresa tem para com terceiros.

O património, nesta data, é constituído por **elementos patrimoniais positivos** (bens e direitos) e **elementos patrimoniais negativos** (obrigações).

Em contabilidade, os elementos patrimoniais positivos são designados por **Ativos** e os elementos patrimoniais negativos são designados por **Passivos**.

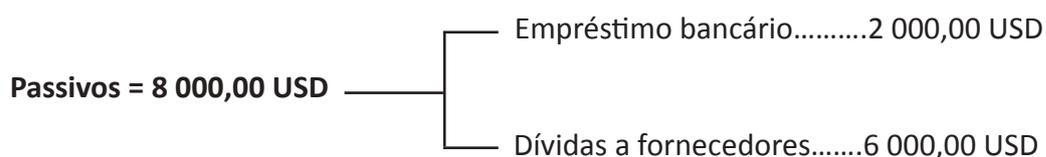
Assim, o sócio Alberto Marques entrou para a sociedade com os ativos seguintes:

Ativos = 10 000,00 USD	{	Dinheiro.....4 000,00 USD
		Depósitos bancários..... 6 000,00 USD
		Total..... <u>10 000,00 USD</u>

O sócio Carlos Neves entrou para a sociedade com os Ativos e Passivos seguintes:

Ativos = 33 000,00 USD	{	Equipamento de escritório4 000,00 USD
		Viatura.....15 000,00 USD
		Mobílias para vender.....12 000,00 USD
		Dívidas de clientes.....2 000,00 USD
		Total..... <u>33 000,00 USD</u>





A quota do sócio é realizada pela diferença entre os valores ativos e os valores passivos.

Ativos	Passivos
33 000,00 USD	8 000,00 USD
	= 25 000,00 USD

Os valores ativos são designados no seu conjunto por **Ativo** e o conjunto dos valores passivos é designado por **Passivo**.

Ativo – conjunto dos ativos da empresa, devidamente valorados numa determinada data.

É um recurso constituído por bens e direitos controlados pela empresa como resultado de acontecimentos passados e de que se espera derivem benefícios económicos no futuro.

Passivo – conjunto dos passivos da empresa devidamente valorados, numa determinada data.

É uma obrigação presente proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera um advir de recursos que incorporem benefícios económicos.

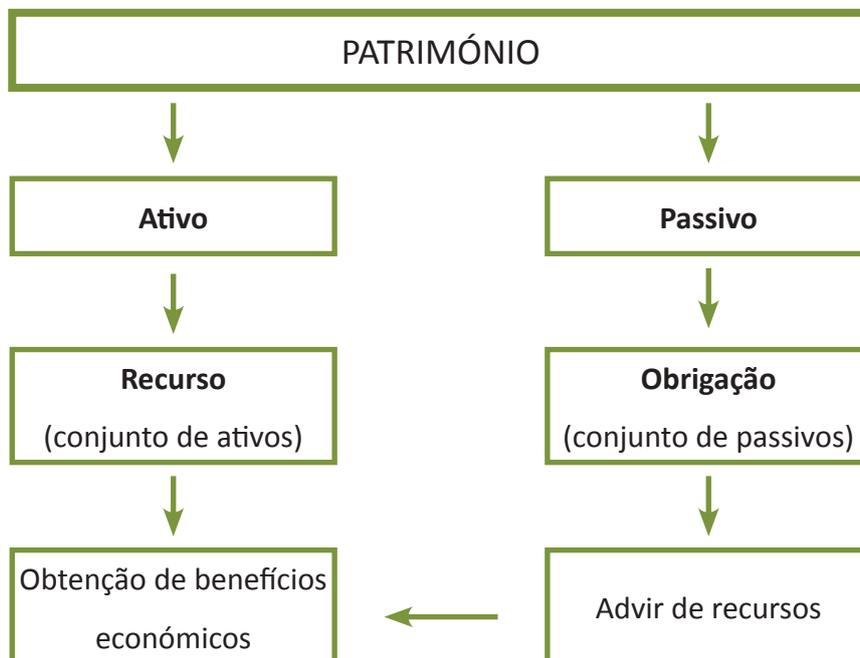
Donde, resulta a seguinte definição de **património**:

Património da empresa – é o conjunto de ativos e passivos da empresa, numa determinada data, devidamente valorados e utilizados para atingir benefícios económicos.



A composição do património poderá ser evidenciada através do esquema seguinte:

Esquema representativo da composição do património da empresa



O património de *A Construtora de Timor, Lda.*, poderá ser representado através do modelo que seguidamente se apresenta, designado por dispositivo horizontal, uma vez que o Ativo aparece do lado esquerdo e o Passivo do lado direito.

Património de *A Construtora de Timor, Lda.*, em 2011-11-20

Ativo		Passivo	
Equipamento de escritório	4 000,00	Empréstimo bancário	2 000,00
Viatura comercial	15 000,00	Dívidas a fornecedores	6 000,00
Mobílias para venda	12 000,00		
Dividas de clientes	2 000,00		
Dinheiro e depósitos Bancários	10 000,00		
Total	43 000,00	Total	8 000,00



Estamos, agora, em condições de apresentar um dispositivo de representação do património mais de acordo com a contabilidade e que é designado por Inventário.

Inventário de A Construtora de Timor, Lda., em 2011-11-20

Ativo		Passivo	
Imobilizado Corpóreo	19 000,00	Empréstimos obtidos	6 000,00
Mercadorias	12 000,00	Fornecedores	2 000,00
Clientes	2 000,00		
Caixa e depósitos bancários	10 000,00		
Total do ativo	43 000,00	Total do passivo	8 000,00

Inventário – é uma relação, referida a uma determinada data, dos ativos e passivos da empresa, devidamente valorados.

Não se deve confundir o património com o inventário, porque o inventário é um modelo de representação do património que nos mostra a sua composição.

Olhando para o inventário, apresentado, verificamos que o total do ativo é de 43 000,00 USD e o total do passivo é de 8 000,00 USD.

A diferença entre o ativo e o passivo constitui o valor do património, que, neste caso, é de 35 000,00 USD.

$$\begin{aligned} \text{Valor do património} &= \text{Ativo} - \text{Passivo} \\ 35\ 000,00 &= 43\ 000,00 - 8\ 000,00 \end{aligned}$$

Se repararmos, os 35 000,00 USD constituem o investimento inicial dos sócios e correspondem ao valor das suas quotas.

Quota de Alberto Marques.....	10 000,00 USD
Quota de Carlos Nunes.....	25 000,00 USD
	<hr/>
	35 000,00 USD



Assim, poder-se-á dizer que o valor do património, na data de constituição da sociedade, corresponde ao capital realizado pelos sócios e constitui o capital próprio.

$$\text{Capital próprio} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$$

$$\text{Capital próprio} = 43\,000,00 - 8\,000,00 = 35\,000,00 \text{ USD}$$

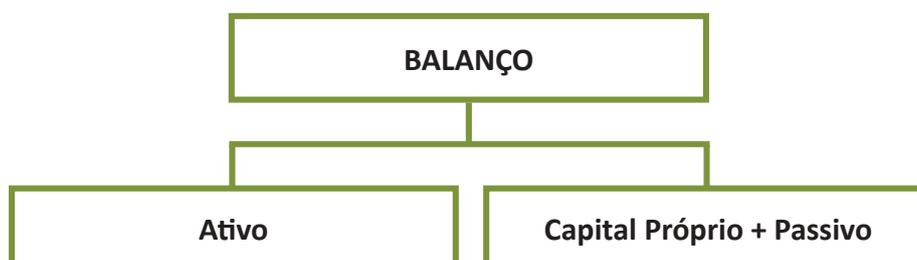
Vamos de seguida proceder à elaboração do **balanço da empresa**, sendo importante referir que **balanço** deriva da palavra balança e supõe um equilíbrio entre os dois pratos da balança.

Assim, o balanço é uma igualdade, sendo necessário, para que esta se estabeleça, que o capital **próprio** seja somado ao **passivo**.

$$\text{Ativo} = \underbrace{\text{Capital próprio} + \text{Passivo}}_{\text{(valor do património)}}$$

(valor do património)

A esta igualdade chama-se **equação geral do balanço** e tem a ver, como referimos, com o equilíbrio dos pratos numa balança.



Tal como a balança que tem dois pratos e se supõem em equilíbrio, o balanço tem dois membros, figurando no **primeiro membro o Ativo** e no **segundo membro o Capital Próprio e Passivo**.

Assim, relativamente ao balanço de *A Construtora de Timor, Lda.*, teríamos:



Balanço de A Construtora de Timor, Lda., em 2011-11-20

1º Membro Ativo = 43 000,00	2º Membro Capital próprio + Passivo = 43 000,00
=	
1º Membro = 2º Membro	

É fácil, como veremos, elaborar o balanço da empresa em questão, sabendo que o capital próprio, no início de atividade, corresponde ao **capital realizado** pelos sócios.

Balanço de A Construtora de Timor, Lda., em 2011-11-20

ATIVO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Imobilizado Corpóreo	19 000,00	Capital próprio	
Mercadorias	12 000,00	Capital realizado	35 000,00
Clientes	2 000,00	Total do capital próprio	35 000,00
Caixa e depósitos bancários	10 000,00	Passivo	
		Empréstimos obtidos	2 000,00
		Fornecedores	6 000,00
		Total do passivo	8 000,00
Total do ativo	43 000,00	Total do capital próprio e do passivo	43 000,00

Capital próprio – é o interesse residual nos ativos da empresa depois de deduzir todos os seus passivos, resultando da diferença entre o Ativo e o Passivo.



De acordo com o exposto, resulta a seguinte definição de Balanço:

Balanço – é uma demonstração financeira, referida a uma determinada data, dos ativos, passivos e capital próprio, devidamente valorados.

Demonstração dos resultados por naturezas

O balanço apresenta uma visão estática do património, permitindo-nos, num dado momento, conhecer a composição do património (ativo e passivo) e o valor do património (capital próprio).

A intenção dos investidores, ao constituírem o património da empresa, é obterem benefícios económicos e, por isso, o património é visto como uma fonte dinamizadora de rendimentos.

É através da realização de operações de diversa natureza, e de acordo com o ramo de atividade da empresa, que os investidores conseguem alcançar os objetivos a que se propuseram.

Assim, vamos supor que *A Construtora de Timor, Lda.*, realizou, até final do ano 2011, as operações seguintes:

1. Venda de mobílias por 18 000,00 USD, metade a pronto, metade a prazo, que tinham custado 10 000,00 USD.
2. Pagamento, em dinheiro, do seguinte:
 - Ordenados.....1 500,00 USD
 - Água, eletricidade, telefone e renda..... 500,00 USD

Vejamos qual foi o resultado (lucro ou prejuízo) obtido, pela empresa, no período considerado.

Vendas de mobílias.....	18 000,00 USD (Proveitos)
Custo das mobílias vendidas.....	10 000,00 USD (Custos)
Resultado das vendas.....	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black; margin-bottom: 5px;"/> 8 000,00 USD

A empresa obteve um resultado positivo (lucro) nas vendas de 8 000,00 USD, e sustentou outros custos no valor de 2 000,00 USD, com o pagamento dos ordenados 1 500,00 USD e o pagamento da água, eletricidade, telefone e renda no valor de 500,00 USD.



O resultado positivo (lucro) da empresa, designado por resultado líquido do período, foi, então, o seguinte:

Resultado bruto.....	8 000,00 USD
Custos (ordenados, água, eletricidade, telefone e renda).....	<u>2 000,00 USD</u>
Resultado líquido do período.....	<u>6 000,00 USD</u>

Resultado líquido do período = Proveitos - Custos

Resultado líquido do período = 18 000,00 – (10 000,00 + 2 000,00) = 6 000,00USD

A água, eletricidade, telefone e renda são custos designados, em contabilidade, por **Fornecimentos e serviços externos**.

Os ordenados são designados por **Custos com o pessoal**.

A **demonstração dos resultados por naturezas** que demonstra a forma como foi obtido o resultado líquido do período apresentaria a configuração seguinte:

Entidade: *A Construtora de Timor, Lda.*

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2011

Unidade monetária USD

Proveitos e Custos	
Vendas	18 000,00
Custo das mercadorias vendidas	-10 000,00
Fornecimentos e serviços externos	- 500,00
Custos com o pessoal	<u>-1 500,00</u>
Resultado líquido do exercício	<u><u>6 000,00</u></u>



Demonstração dos resultados por funções

Esta demonstração tem por objetivo fornecer informações sobre a forma como os proveitos foram obtidos e os custos se encontram repartidos pelas funções da empresa.

Assim, as principais funções a considerar são:

- **Função de distribuição das mercadorias** – custos relativos à venda das mercadorias (custos de distribuição);
- **Função administrativa** – custos relativos à administração da empresa (custos administrativos).

Como vimos, *A Construtora de Timor, Lda.* apresentava os custos seguintes:

Fornecimentos e serviços externos.....	500,00 USD
Custos com o pessoal.....	1 500,00 USD

Suponhamos que estes custos apresentavam a seguinte repartição:

Custos de distribuição

Pessoal.....	600,00 USD
Fornecimentos e serviços.....	200,00 USD
Total.....	800,00 USD

Custos administrativos

Pessoal.....	900,00 USD
Fornecimentos e serviços.....	300,00 USD
Total.....	1 200,00 USD



A **demonstração dos resultados por funções** apresentar-se-ia do modo seguinte:

Entidade: *A Construtora de Timor, Lda.*

Demonstração Individual dos Resultados por Funções

Período findo em 31 de dezembro de 2011

Unidade monetária USD

Rubricas	
Vendas	18 000,00
Custo das vendas	- 10 000,00
	<hr/>
Resultado bruto	8 000,00
Custos de distribuição	- 800,00
Custos administrativos	-1 200,00
	<hr/>
Resultado líquido do período	6 000,00
	<hr/> <hr/>

Demonstração de fluxos de caixa

Vamos supor que a empresa, para além da operação 1 e da operação 2, realizou, durante o período considerado, as operações seguintes:

Operação 3 – Recebimento de dívidas de clientes.....1 000,00 USD

Operação 4 – Pagamento de dívidas a fornecedores..... 800,00 USD

Operação 5 – Pagamento de parte do empréstimo..... 500,00 USD

Os recebimentos e pagamentos efetuados pela empresa, que são designados por fluxos de caixa, podem ser analisados através do seguinte quadro:



Fluxos de caixa			
Recebimentos (influxos)		Pagamentos (exfluxos)	
Operação 1. De clientes relativos à venda de mobílias, a pronto	9 000,00	Operação 2. A fornecedores de bens e serviços	500,00
Operação 3. De clientes relativos A dívidas existentes	1 000,00	Operação 2. Ordenados	1 500,00
		Operação 4. A fornecedores por dívidas existentes	800,00
		Operação 5. Ao banco parte do empréstimo	500,00
Total	<u>10 000,00</u>	Total	<u>3 300,00</u>

Os recebimentos e pagamentos constituem, como se compreende, entradas e saídas de dinheiro e são designadas por fluxos de caixa.

Influxos – entradas de dinheiro

Exfluxos – saídas de dinheiro

Estamos em condições de elaborar a demonstração de fluxos de caixa:



Entidade: *A Construtora de Timor, Lda.*

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2011

Unidade monetária USD

Rubricas	
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>	
Recebimentos de clientes	10 000,00
Pagamentos a fornecedores	- 1 300,00
Pagamentos ao pessoal	- 1 500,00
	<hr/>
Caixa gerada pelas operações	7 200,00
	<hr/> <hr/>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	- 500,00
	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	- 500,00
	<hr/> <hr/>
Variação de caixa	6 700,00
Caixa no início do período	4 000,00
	<hr/>
Caixa no fim do período	10 700,00
	<hr/> <hr/>

Quando a sociedade foi constituída, o sócio Alberto Marques entrou com 4 000,00 USD em dinheiro, para a realização da sua quota, que constitui o valor de caixa no início do período.



Balanço final

As empresas devem elaborar o balanço quando iniciam a atividade e no final de cada ano.

Assim, *A Construtora de Timor, Lda.* terá de elaborar um balanço no final do ano de 2011 e para a sua execução terá de analisar as operações efetuadas, durante o período considerado, que provocaram variações nos ativos, passivos e capital próprio da empresa. Vejamos através de um quadro as variações ocorridas.

Variações no período de 2011- 11-20 a 2011-12-31				
Operações	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
1. Venda de mercadorias por 18 000,00USD: metade a pronto, metade a crédito, cujo custo foi de 10 000,00USD	Caixa (+) 9 000,00 USD Clientes (+) 9 000,00 USD Mercadorias (-) 10 000,00 USD		Vendas 18 000,00 USD	Custo das mercadorias vendidas (CMV) 10 000,00 USD
2. Pagamentos, em dinheiro, de água, eletricidade e renda no valor de 500,00 USD e ordenados no valor de 1 500,00 USD	Caixa (-) 2 000,00 USD			Fornecimentos e serviços externos 500, 00 USD Custos com o pessoal 1 500,00 USD
3. Recebimentos de clientes 1 000,00 USD	Caixa (+) 1 000,00 USD Clientes (-) 1 000,00 USD			



4. Pagamentos a fornecedores 800,00 USD	Caixa (-) 800,00 USD	Fornecedores (-) 800,00 USD		
5. Pagamento do empréstimo bancário 500,00 USD	Caixa (-) 500,00 USD	Empréstimo bancário (-) 500,00 USD		

Os quadros seguintes apresentam os valores finais dos Ativos e Passivos da sociedade, bem como os proveitos e custos.

Ativos				
	Valor inicial USD	Aumentos USD	Diminuições USD	Valor Final USD
Imobilizado Corpóreo	19 000,00	_____	_____	19 000,00
Mercadorias	12 000,00	_____	- 10 000,00	2 000,00
Clientes	2 000,00	+ 9 000,00	- 1 000,00	10 000,00
Caixa e depósitos bancários	10 000,00	+10 000,00	-3 300,00	16 700,00
Totais	<u>43 000,00</u>	<u>+ 19 000,00</u>	<u>- 14 300,00</u>	<u>47 700,00</u>

Passivos				
	Valor inicial USD	Aumentos USD	Diminuições USD	Valor Final USD
Empréstimos obtidos	2 000,00		- 500,00	1 500,00
Fornecedores	6 000,00		- 800,00	5 200,00
Totais	<u>8 000,00</u>	_____	<u>- 1 300,00</u>	<u>6 700,00</u>



Proveitos		Custos	
Vendas	18 000,00	Custo das mercadorias	
		vendidas	10 000,00
		Fornecimentos e serviços externos	500,00
		Custos com o pessoal	1 500,00
Total	<u>18 000,00</u>	Total	<u>12 000,00</u>

$$\begin{aligned} \text{Resultado líquido do período} &= \text{Proveitos} - \text{Custos} \\ 6\,000,00 &= 18\,000,00 - 12\,000,00 \end{aligned}$$

O resultado líquido do período é de 6 000,00 USD resultante da diferença entre os proveitos e os custos.

Proveitos – são aumentos nos benefícios económicos, durante o período contabilístico, que resultam em aumentos no capital próprio.

Custos – são diminuições nos benefícios económicos, durante o período contabilístico, que resultam em diminuições no capital próprio.

O capital próprio da empresa, no final do período, vai depender do resultado líquido do período, podendo verificar-se três situações:

Resultado líquido do período > 0 → Capital próprio final = Capital próprio inicial + Resultado líquido do período

$$RLP > 0 \rightarrow CPF = CPI + RLP$$

Resultado líquido do período = 0 → Capital próprio final = Capital próprio inicial

$$RLP = 0 \rightarrow CPF = CPI$$



Resultado líquido do período < 0 → Capital próprio final = Capital próprio inicial -
Resultado líquido do período

$$\text{RLP} < 0 \rightarrow \text{CPF} = \text{CPI} - \text{RLP}$$

No caso de *A Construtora de Timor, Lda.*, o Capital próprio final será de 41 000,00 USD.

$$\text{CPF} = \text{CPI} + \text{RLP}$$

$$\text{CPF} = 35\,000,00 + 6\,000,00 = 41\,000,00 \text{ USD}$$

O balanço de *A Construtora de Timor, Lda.*, em 31-12-2011, revestirá a seguinte forma:

Entidade: *A Construtora de Timor, Lda.*

Balanço individual em 31-12-2011

Unidade monetária USD

Balanço			
Ativo		Capital Próprio e Passivo	
Imobilizado Corpóreo	19 000,00	Capital próprio	
Mercadorias	2 000,00	Capital realizado	35 000,00
Clientes	10 000,00	Resultado líquido do período	6 000,00
Caixa e Depósitos bancários	16 700,00		<hr/>
		Total do capital próprio	41 000,00
			<hr/> <hr/>
		Passivo	
		Empréstimos obtidos	1 500,00
		Fornecedores	5 200,00
			<hr/>
		Total do passivo	6 700,00
			<hr/>
Total do Ativo	47 700,00	Total do capital próprio e do passivo	47 700,00
	<hr/> <hr/>		<hr/> <hr/>



Proposta de trabalho nº 1

1. O que entende por Demonstrações Financeiras? Qual o objetivo das Demonstrações Financeiras?

2. Quais os Modelos de Demonstrações Financeiras que estudou?

3. Das diferentes respostas assinale, com um **0**, a certa.

3.1. O Património da empresa é constituído por:

- a. Bens
- b. Bens, direitos e obrigações
- c. Obrigações e direitos
- d. Bens e obrigações
- e. Bens e direitos

3.2. Um Empréstimo bancário obtido pela empresa representa:

- a. Um direito
- b. Uma obrigação
- c. Um bem
- d. Um bem e um direito

3.3. O valor do património da empresa resulta de:

- a. Bens + direitos + obrigações
- b. Ativo + direitos – obrigações
- c. Bens + direitos – obrigações
- d. Bens + direitos

3.4. As mercadorias para vender são:

- a. Bens
- b. Direitos
- c. Obrigações
- d. Investimentos



3.5. O ativo é constituído por:

- a. Direitos
- b. Bens e direitos
- c. Dívida de terceiros
- a. Dívidas a terceiros

3.6. O capital próprio resulta de:

- a. Ativo + passivo
- b. Ativo – passivo
- c. Passivo – ativo
- d. Ativo + património

4. À frente de cada frase escreva **V** (verdadeiro) ou **F** (falso), conforme a afirmação seja verdadeira ou falsa:

- a. Um empréstimo contraído é uma obrigação.
- b. Uma dívida a pagar é uma obrigação.
- c. Uma viatura é um direito.
- d. Um empréstimo concedido é uma obrigação.
- e. Uma dívida a receber é um direito.
- f. Uma dívida a pagar é um bem.
- g. Uma máquina de lavar é um bem.
- h. Uma dívida a outrem é um direito.



Rubricas do Balanço

Foram apresentados modelos simplificados das demonstrações financeiras com a intenção de dar uma visão geral destas peças contabilísticas fundamentais.

Como vimos, a empresa tem um património que é o espelho da atividade a que se dedica, uma vez que é detentora de capacidade jurídica para possuir bens, direitos e obrigações.

Na análise da matéria que se segue, apresenta-se o património de *A Eletrodoméstica, Lda.*, que se dedica à comercialização de eletrodomésticos e iniciou a sua atividade em 15 de janeiro de 2011, com o capital de 100 000,00 USD.

A sociedade é constituída pelos sócios Alfredo Teixeira, António Silva e Joaquim Carneiro, que realizaram as suas quotas da seguinte forma (valores em dólares):

1. Realização da quota do sócio Alfredo Teixeira, no valor de 35 000,00 USD:

Ativos

a. Equipamentos para o escritório.....	4 000,00
b. Ferramentas.....	500,00
c. Eletrodomésticos para venda.....	10 000,00
d. Imóvel onde ficará situado o estabelecimento.....	55 500,00
Total.....	<u>70 000,00</u>

Passivos

e. Dívida ao fornecedor <i>Bento & Sousa, Lda.</i>	10 300,00
f. Empréstimo obtido no Banco A, a pagar em 01-03-2012.....	<u>24 700,00</u>
Total.....	35 000,00

Valor da quota realizada (70 000,00 – 35 000,00 = 35 000,00)

2. Realização da quota do sócio António Silva, no valor de 40 000,00 USD:

Ativos

g. Uma viatura.....	15 000,00
h. Mobiliário diverso.....	5 400,00
i. Marca registada.....	3 600,00



j. Eletrodoméstico para venda.....	25 000,00
k. Dívida do cliente José Gomes & C ^a	1 000,00
Total.....	50 000,00

Passivos

l. Dívida ao fornecedor <i>Júnior Lima & C^a, Lda</i>	8 000,00
m. Dívida ao Estado.....	2 000,00
Total.....	10 000,00

Valor da quota realizada (50 000,00 – 10 000,00 = 40 000,00)

3. Realização da quota do sócio Joaquim Carneiro, no valor de 25 000,00 USD:

Ativos

n. Ações da <i>TT, S.A</i> , para investir.....	2 000,00
o. Ações de <i>JLS, S.A</i> para negociar.....	500,00
p. Dinheiro.....	1 000,00
q. Eletrodomésticos para venda.....	14 500,00
r. Depósito à ordem no Banco B.....	5 000,00
s. Depósito a prazo no Banco B.....	25 000,00
Total.....	48 000,00

Passivos

t. Dívida ao fornecedor <i>J. Campos & C.^a</i>	23 000,00
Total.....	23 000,00

Valor da quota realizada (48 000,00 – 23 000,00 = 25 000,00)

1) Contas do Ativo e do Passivo

Se observamos com atenção o património da empresa, verificamos que há elementos patrimoniais com características semelhantes que se podem agrupar. O seu agrupamento apresenta vantagens, pois permite uma melhor compreensão do património empresarial.



A este agrupamento de elementos patrimoniais homogéneos dá-se o nome de **conta**.

Conta – é um conjunto de elementos patrimoniais homogéneos expressos em unidades monetárias.

As contas apresentam dois elementos comuns:

Elementos comuns às contas

- **Título** – nome pelo qual são designados
- **Extensão** – expressão da conta em valores monetários

Por outro lado, as contas devem obedecer a dois requisitos fundamentais:

Requisitos das contas:

- **Homogeneidade** – cada conta deve conter apenas os elementos que tenham características semelhantes, isto é, que sejam homogéneos.
- **Integralidade** – todos os elementos que tenham características semelhantes devem fazer parte da mesma conta.

No quadro que se apresenta procede-se à agregação dos elementos patrimoniais de *A Eletrodoméstica, Lda.*, em contas do ativo e do passivo.

Para uma melhor compreensão do quadro em referência, convirá rever as noções de ativo e de passivo anteriormente expostas e evidenciar as suas características, que são as seguintes:

Características do Ativo e do Passivo

- São expressos em valores monetários
- Estão afetos à atividade da empresa
- Deverão ser geridos de forma a obter benefícios económicos no futuro.



Agregação dos Ativos em Contas			
Elementos Patrimoniais	Título da conta	Caraterísticas	Extensões
a) Equipamento para o escritório	Imobilizado corpóreo	São elementos patrimoniais para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou fins administrativos que se consideram indispensáveis para a atividade da empresa e que, portanto, se destinam a permanecer no seu património por um período superior a um ano. São elementos, que tal como os anteriores, se destinam a permanecer na empresa mas são abstratos ou impalpáveis.	4 000,00
b) Ferramentas	Imobilizado Corpóreo		500,00
d) Imóvel (edifício)	Imobilizado Corpóreo		55 500,00
g) Uma viatura	Imobilizado Corpóreo		15 000,00
h) Mobiliário diverso	Imobilizado Corpóreo		5 400,00
i) Marca registada	Imobilizado Incorpóreo		3 600,00
n) Ações da <i>TT, S.A</i> para investir	Títulos negociáveis		2 000,00
o) Ações da <i>JLS S.A</i> para negociar	Outras aplicações de tesouraria		500,00
c, j, q) Eletrodomésticos para venda	Mercadorias		49 500,00
K) Dívida do cliente <i>José Gomes & C^a</i>	Clientes	Integra as dívidas de terceiros a quem a empresa vende mercadorias, produtos acabados e presta serviços.	1 000,00
p) Dinheiro	Caixa	Compreende meios líquidos de pagamento, tais como: notas, moedas, cheques e vales postais que se encontram em posse da empresa.	1 000,00



r) Depósito à ordem no Banco B	Depósitos à ordem	Integra meios líquidos de pagamentos depositados em instituições bancárias e que destinam a ser movimentados em qualquer momento, através de cheques.	5 000,00
s) Depósito a prazo no Banco B	Depósitos a prazo	Inclui meios líquidos de pagamento em instituições bancárias que em princípio, se destinam a ser movimentados depois de decorrido um certo prazo após efetuado o depósito.	25 000,00
Total do Ativo			168 000,00

Agregação dos Passivos em Contas			
Elementos patrimoniais	Título da conta	Características	Extensões
f) Empréstimo obtido no Banco A	Empréstimos obtidos	Integra o valor das dívidas por empréstimos obtidos pela empresa	24 700,00
e) Dívida ao fornecedor <i>Bento & Sousa, Lda.</i>	Fornecedores	Representa as dívidas da empresa a terceiros pela compra de mercadorias	10 300,00
l) Dívida ao fornecedor <i>Júnior Lima, Lda.</i>	Fornecedores	ou aquisição de serviços. Não inclui as dívidas pela compra de imobilizado.	8 000,00
t) Dívida ao fornecedor <i>J. Campos, & C^a.</i>	Fornecedores		23 000,00
m) Dívida ao Estado	Estado e outros entes públicos	Representa as dívidas ao Estado e a outros entes públicos	2 000,00
Total do Passivo			68 000,00



Como se verifica, o total do ativo é de 168 000,00 USD e o total do passivo é de 68 000,00 USD, correspondendo a diferença ao capital realizado pelos sócios no valor de 100 000,00 USD.

Analisando a composição do ativo e do passivo da empresa, detetamos a existência de elementos patrimoniais, que se destinam a permanecer na empresa por um prazo superior a um ano (médio e longo prazo) e outros que se destinam a ser negociados, cujo período de permanência é, em princípio, até um ano (curto prazo). Existe, assim, um ativo de curto prazo, que, simplificadaamente, podemos designar por **ativo corrente**, e um ativo de médio e longo prazo, que é designado por **ativo não corrente**. Da mesma forma, existe um **passivo corrente** e um **passivo não corrente**.

Ativo

- **Ativo corrente:**
 - Esteja devido essencialmente para a finalidade de ser negociado ou consumido.
 - Espera-se que seja realizado num período até 12 meses após a data do balanço.
 - Seja caixa ou equivalente de caixa (depósitos).
- **Ativo não corrente:**
 - Inclui imobilizado corpóreo, incorpóreo e financeiros de longo prazo.

Passivo

- **Passivo corrente**
 - Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da empresa, isto é:
 - Seja liquidado num período até 12 meses após a data do balanço
- **Passivo não corrente**
 - Todos os outros passivos são considerados não correntes.

É de referir que o **ativo corrente** inclui, sempre, as mercadorias, as dívidas comerciais de terceiros e as dívidas do Estado.

Da mesma forma, o **passivo corrente** inclui sempre as dívidas comerciais a terceiros e as dívidas ao Estado.



2) Elaboração do inventário e do balanço

a) Elaboração do inventário

Antes de procedermos à elaboração do balanço, vamos apresentar o Ativo e o Passivo da empresa, com os elementos patrimoniais agregados em contas. Esta representação do património é designada por inventário.

O modelo de inventário que se segue representa o Ativo e o Passivo com as rubricas constantes do balanço.

Assim, o inventário de *A Eletrodoméstica, Lda.*, configurar-se-ia do modo seguinte:

Entidade: *A Eletrodoméstica, Lda.*

Inventário individual em 15 de janeiro de 2011

Unidade monetária USD

Rubricas	
ATIVO	
Ativo não corrente	
Imobilizado Corpóreo	80 400,00
Imobilizado Incorpóreo	3 600,00
Títulos negociáveis	2 000,00
	<u>86 000,00</u>
Ativo corrente	
Mercadorias	49 500,00
Clientes	1 000,00
Outras aplicações de tesouraria	500,00
Caixa e depósitos bancários	31 000,00
	<u>82 000,00</u>
Total do ativo	<u><u>168 000,00</u></u>



PASSIVO	
Passivo não corrente	
Empréstimos obtidos	24 700,00
Passivo corrente	
Fornecedores	41 300,00
Estado e outros entes públicos	2 000,00
	<hr/>
	43 300,00
	<hr/>
Total do passivo	68 000,00
	<hr/> <hr/>

No ativo corrente, as contas que representam os elementos patrimoniais que constituem as existências são constituídas por:

- Mercadorias (empresas comerciais)
- Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (empresas industriais)
- Produtos acabados e intermédios (empresas industriais)
- Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos (empresas industriais)
- Produtos e trabalhos em curso (empresas industriais)

O inventário a que se procedeu é um inventário inicial e geral ou total porque nele estão inscritos todos os elementos patrimoniais da empresa no início da respetiva atividade. Poder-se-á classificar os inventários de acordo com diferentes óticas.

Classificação dos inventários:

- Quanto à ordenação
- Quanto ao conteúdo
- Quanto à apresentação
- Quanto à representação
- Quanto ao momento em que se realizam



Quanto à ordenação

- **Inventário simples ou corrido** – quando os seus elementos se apresentam indiscriminadamente, sem a menor preocupação, ordem ou seleção.
- **Inventário classificado ou seletivo** – quando os seus elementos ativos e passivos aparecem separados e agrupados nas respetivas contas, obedecendo a uma certa ordem.

Quanto ao conteúdo

- **Inventário total ou geral** – quando nele estão inscritos todos os elementos patrimoniais da empresa, em determinado momento.
- **Inventário parcial** – quando apenas são listados determinados elementos do património da empresa. São exemplos: o inventário do imobilizado corpóreo ou o das existências em armazém.

Quanto à apresentação

- **Inventário analítico** – quando, além do título da conta, estão apresentados os seus elementos integrantes, devidamente valorados;
- **Inventário sintético** – quando nele apenas surgem as contas integrantes com o respetivo título e extensão.

Quanto à representação

- **Inventário vertical** – é aquele em que a seguir aos elementos patrimoniais ativos se inscrevem os passivos.
- **Inventário horizontal** – quando os elementos patrimoniais são apresentados em dois blocos, inscrevendo-se à esquerda o Ativo e à direita o Passivo.

Quanto ao momento em que se realizam

- **Inventário inicial** – é elaborado no momento em que a empresa inicia a sua atividade;
- **Inventário intercalar** – quando se realiza em determinado momento durante o período económico;
- **Inventário de final do período** – quando se realiza no final do período económico.



De acordo com a respetiva classificação, o inventário anteriormente apresentado é sintético e em dispositivo vertical.

Convirá referir que no final do ano as empresas terão de elaborar o inventário das existências para determinar o seu valor, que deverá figurar, no balanço, na rubrica Existências.

A elaboração do inventário é um trabalho por vezes moroso, pois deverá ser minucioso e preciso.

A elaboração do inventário compreende as fases seguintes:

Fases de elaboração do inventário:

- Arrolamento
- Classificação
- Descrição
- Avaliação

Arrolamento – consiste em fazer a listagem dos elementos patrimoniais constituintes do património da empresa.

Classificação – os elementos com características comuns ou semelhantes são agrupados em contas.

Descrição – consiste em indicar os elementos patrimoniais integrantes de cada conta.

Avaliação – consiste na valoração dos elementos patrimoniais em análise.



B) Elaboração do Balanço

B.1) Balanço inicial

Para elaborar o balanço bastará apenas o cálculo do capital próprio, que, neste caso, é de 100 000,00 USD, correspondendo ao **somatório das entradas iniciais dos sócios e sendo representado pela conta Capital realizado**.

Capital Próprio = Ativo - Passivo
 Capital Próprio = 168 000,00 – 68 000,00 = 100 000,00 USD

O balanço revestirá o modelo seguinte:

Entidade: *A Eletrodomésticos, Lda.*

Balanço individual em 15 de janeiro de 2011

Unidade monetária USD

Balanço			
Ativo		Capital Próprio e Passivo	
		Capital próprio	
Ativo não corrente		Capital realizado	100 000,00
Imobilizado Corpóreo	80 400,00		
Imobilizado Incorpóreo	3 600,00	Total do capital próprio	100 000,00
Títulos negociáveis	2 000,00		
	86 000,00		
		Passivo não corrente	
Ativo corrente		Empréstimos obtidos	24 700,00
Mercadorias	49 500,00		24 700,00
Clientes	1 000,00		
Outras aplicações de tesouraria	500,00	Passivo corrente	
Caixa e Depósitos bancários	31 000,00	Fornecedores	41 300,00
	82 000,00	Estado e outros entes públicos	2 000,00
			43.300,00
		Total do passivo	68 000,00
Total do Ativo	168 000,00	Total do capital próprio e do passivo	168 000,00



O capital realizado de *A Eletrodoméstica, Lda.* é no valor de 100 000,00 USD, tendo a empresa sido constituída para desenvolver uma determinada atividade com o objetivo de obter um resultado positivo (lucro).

No desenvolvimento do seu negócio irá, certamente, realizar uma série de operações que irão modificar a composição do património e o capital próprio.

A empresa deverá de elaborar um balanço no final de cada ano, donde constará o resultado obtido pela empresa, que é denominado **resultado líquido do período**.

Designa-se por período económico, período de tributação ou período contabilístico o tempo que decorre entre dois balanços sucessivos, que, em princípio, tem a duração de um ano.

Período económico ou de tributação – é o tempo que decorre entre dois balanços sucessivos; coincide, geralmente, com o ano civil.

O período económico ou de tributação de 2011 de *A Eletrodoméstica, Lda.* terá início em 15 de janeiro de 2011 e terminará em 31 de dezembro de 2011.

Balanço final do ano n = Balanço inicial do ano n+1

B.2) Balanço Final

Suponhamos que, durante o ano de 2011, *A Eletrodoméstica, Lda.* obteve proveitos, resultantes da venda de eletrodomésticos, metade a pronto e metade a prazo, no valor de 40 000,00 USD e suportou custos no valor de 25 000,00 USD.

Proveitos (valores em dólares)

Vendas de mercadorias, metade a pronto, metade a prazo.....	40 000,00
Total.....	40 000,00
	40 000,00



Custos (valores em dólares)

Custo das mercadorias vendidas.....	15 000,00
Ordenados, água, eletricidade pagos em dinheiro.....	10 000,00
Total.....	<u>25 000,00</u>

Vejamos as variações provocadas na composição do património e no seu valor, sabendo que as vendas foram efetuadas **metade a pronto, metade a prazo** e que **os restantes custos foram pagos em dinheiro**.

Ativo				
Contas	Extensão inicial	Aumentos +	Diminuições -	Extensão Final
Caixa	1 000,00	20 000,00	- 10 000,00	11 000,00
Clientes	1 000,00	20 000,00		21 000,00
Mercadorias	49 500,00		- 15 000,00	34 500,00
Total	51 500,00	40 000,00	- 25 000,00	66 500,00

Por outro lado, a empresa obteve um resultado líquido do período positivo (lucro) no valor de 15 000,00 USD, uma vez que os proveitos obtidos são superiores aos custos suportados.

<p>Resultado Líquido do período = Proveitos - Custos</p> <p>15 000,00 = 40 000,00 - 25 000,00</p>
--

O capital próprio final do respetivo período contabilístico devido à dinâmica patrimonial é, em princípio, diferente do capital próprio inicial, que, como sabemos, é composto pelo capital realizado pelos sócios. A diferença entre o capital próprio final e o capital próprio inicial chama-se capital próprio adquirido, que poderá ser nulo, positivo (lucro) ou negativo (prejuízo).

<p>Capital próprio final = Capital próprio inicial ± Capital próprio adquirido</p>



Neste caso, o capital adquirido foi no valor de 15 000,00 USD

$$\text{Capital próprio final (2011)} = 100\,000,00 + 15\,000,00 = 115\,000,00 \text{ USD}$$

O Balanço de *A Eletrodoméstica, Lda.*, em 31-12-2011 apresentará a configuração seguinte:

Entidade: *A Eletrodoméstica, Lda.*

Balanço individual em 31 de dezembro de 2011

Balanço			
Ativo		Capital Próprio e Passivo	
Ativo não corrente		Capital próprio	
Imobilizado Corpóreo	80 400,00	Capital realizado	100 000,00
Imobilizado Incorpóreo	3 600,00	Resultado líquido do período	15 000,00
Títulos negociáveis	2 000,00		
	<u>86 000,00</u>	Total do capital próprio	<u>115 000,00</u>
Ativo corrente		Passivo não corrente	
Mercadorias	34 500,00	Empréstimos obtidos	24 700,00
Clientes	21 000,00		<u>24 700,00</u>
Outras aplicações de tesouraria	500,00		
Caixa e Depósitos bancários	41 000,00	Passivo corrente	
	<u>97 000,00</u>	Fornecedores	41 300,00
		Estado e outros entes públicos	2 000,00
			<u>43.300,00</u>
		Total do passivo	68 000,00
Total do Ativo	<u>183 000,00</u>	Total do capital próprio e do passivo	<u>183 000,00</u>



Capital, Reservas e Resultados

De acordo com a legislação, as contas do respetivo período, o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas deverão ser apresentados ao órgão competente e por estes apreciados. Assim, as contas relativas ao período de 2011 deverão ser apreciadas, em Assembleia Geral, até ao final de março de 2012 (prazo de três meses a contar da data de encerramento do período económico) e, aí decidir qual a aplicação do resultado obtido.

Apurado o resultado líquido de cada período (ano), o seu valor deverá ser transferido, no início do período (ano) seguinte, para uma conta designada de **Resultados Transitados**.

Resultados Transitados – são os resultados obtidos em cada ano que transitam para o ano seguinte até ser feita a sua distribuição, em Assembleia Geral dos Sócios.

No dia da Assembleia Geral, competirá aos sócios decidir o destino a dar aos resultados que transitaram do ano anterior, que, geralmente, serão distribuídos da forma seguinte:

- Repartidos na totalidade ou em parte pelos sócios
- Cobertura de prejuízos de anos anteriores
- Aplicados em reservas

Suponhamos que, por deliberação dos sócios reunidos em Assembleia Geral, foi aprovado o relatório de gestão e respetivas contas relativas ao ano de 2011 de *A Eletrodoméstica, Lda.*, que propunha a seguinte aplicação o dos resultados transitados, no valor de 15 000,00 USD:

Para distribuição pelos sócios.....	8 000,00 USD
Para reservas.....	5 000,00 USD
Para continuar em resultados transitados.....	2 000,00 USD
Total.....	15 000,00 USD



Neste caso, o **capital próprio** da empresa passará a ter a composição seguinte:

Capital Próprio

Capital realizado.....	100 000,00 USD
Reservas.....	5 000,00 USD
Resultados transitados.....	2 000,00 USD
Total.....	<u>107 000,00 USD</u>

Como se compreende, os 8 000,00 USD que foram distribuídos pelos sócios deixam de fazer parte do capital próprio da empresa.

Na rubrica Capital Próprio, relativa ao balanço de 2012, irão, para além do capital realizado, figurar **reservas** no valor de 5000,00 USD e **resultados transitados** no valor de 2 000,00 USD.

Proposta de trabalho nº 2

1. Complete os espaços em branco de modo a obter afirmações verdadeiras.
 - a. O Balançoé elaborado pela empresa no começo da sua atividade.
 - b. A diferença entre o.....e ono Balanço.....designa-se por Capital próprio inicial.
 - c. Balanço final é aquele que a empresa elabora no dia....., chamando-se o seu Capital próprio de.....
 - d. Se os custos da empresa são menores do que os proveitos da mesma, esta apresenta um.....
 - e. Se os custos da empresa são.....do que os proveitos da mesma, esta apresenta um.....
 - f. A conta diz-se.....quando uma determinada importância é registada no lado esquerdo. A conta diz-se.....quando essa importância é registada no lado direito.



2. Quais são os elementos comuns às contas? E quais os requisitos fundamentais das contas?

3. Quais as fases que compõe a elaboração de um inventário? Em que consiste o arrolamento do inventário?

4. Em 30 de junho de 2011, o património da *A. Guedes Azevedo, Lda.*, armazenista de produtos alimentares, era constituído pelos seguintes elementos (valores em dólares):

Elementos patrimoniais	Valores	Bens	Direitos	Obrigações	Ativo	Passivo
Uma viatura;	10 000					
Máquina registadora;	1 000					
Computador;	800					
Bacalhau;	1 500					
Massas alimentícias;	600					
Dívida ao fornecedor <i>Pereira & Costa, Lda</i> ;	2 000					
Dinheiro em caixa;	600					
Dívida do cliente António Silva;	1 500					
Depósito a prazo no Banco A;	4 000					
Mobiliário diverso;	3 000					
Açúcar;	200					
Arroz;	400					
Empréstimo bancário.	4 000					

- Complete o quadro acima, assinalando com um X, a natureza dos elementos patrimoniais.
- Apresente a representação do património de *A. Guedes Azevedo, Lda.*, em 2011-06-30.



- c. Elabore o inventário de *A. Guedes Azevedo, Lda.*, agrupando os elementos patrimoniais de acordo com as respetivas designações contabilísticas.

5. Em 2011-01-10 constituiu-se a sociedade *Teixeira & Sá, Lda.*, com um capital de 100 000 dólares, repartido pelos sócios da seguinte forma:

Joaquim Teixeira60 000,00 USD
 António Sá40 000,00 USD

O sócio Joaquim Teixeira realizou a sua quota com os seguintes valores (em dólares):

Dinheiro.....5 000,00
 Depósitos bancários.....30 000,00
 Viatura comercial..... 20 000,00
 Artigos para venda..... 3 000,00
 Dívidas a fornecedores..... 4 000,00
 Equipamento diverso..... 6 000,00

O sócio António Sá, para a realização da sua quota, entrega os seguintes valores (em dólares):

Artigos para venda.....30 000,00
 Dívidas de clientes.....10 000,00
 Empréstimo bancário..... 4 000,00
 Equipamento escritório..... 3 000,00
 Dinheiro..... 1 000,00

- a. Apresente um quadro em que os elementos patrimoniais se encontram repartidos em bens, direitos e obrigações.
- b. Calcule o valor do ativo e do passivo da empresa.
- c. Elabore o inventário da empresa, em 2011-01-10, com os bens, direitos e obrigações, agrupados, de acordo com as respetivas designações contabilísticas, em dispositivo vertical.
- d. Elabore o balanço da empresa em 2011-01-10.



6. A sociedade Aurélio & Mendonça, Lda., efetuou durante o ano de 2011 as seguintes operações:

1. Venda de mercadorias por 150 000,00 USD que custaram 90 000,00 USD
 2. Custos em fornecimentos e serviços 3 000,00 USD
 3. Custos com o pessoal 20 000,00 USD
- a. Calcule o resultado bruto das vendas.
 - b. Calcule o resultado líquido do período.
 - c. Apresente a Demonstração de Resultados por naturezas.

7. A sociedade *Adelino Costa Gomes, Lda.*, apresentava os seguintes custos suportados (valores em dólares):

Custos de distribuição

Pessoal	8 000,00
Fornecimentos e serviços externos	2 000,00

Custos administrativos

Pessoal	12 000,00
Fornecimentos e serviços externos	1 000,00

Apresente a Demonstração de Resultados por funções.



Bibliografia

BERNARD, Colli (1998), *Dicionário Económico e Financeiro*, 10 e 20 volumes, Lisboa, Publicações D.Quixote.

CAIADO, António Campos Pires (1992), *Contabilidade Analítica – Um Instrumento de Gestão*, Rei dos Livros.

CENTRO, Hec-Isa (1993), *Strategor -Política Global da Empresa*. Lisboa, Publicações D. Quixote.

CHIAVENATO, I. (1998), *Gerenciando Pessoas*, Brasil, Dinternal.

CHIAVENATO, I. (1979), *Teoria Geral de Administração*, Brasil, McGraw-Hill.

FIGUEIREDO, Lopes de (1990), *Contrato de Sociedade por Quotas*, Coimbra, Editora Almedina.

GONÇALVES, Manuel Alberto (2005), *Contabilidade Geral*, Lisboa, Plátano Editora.

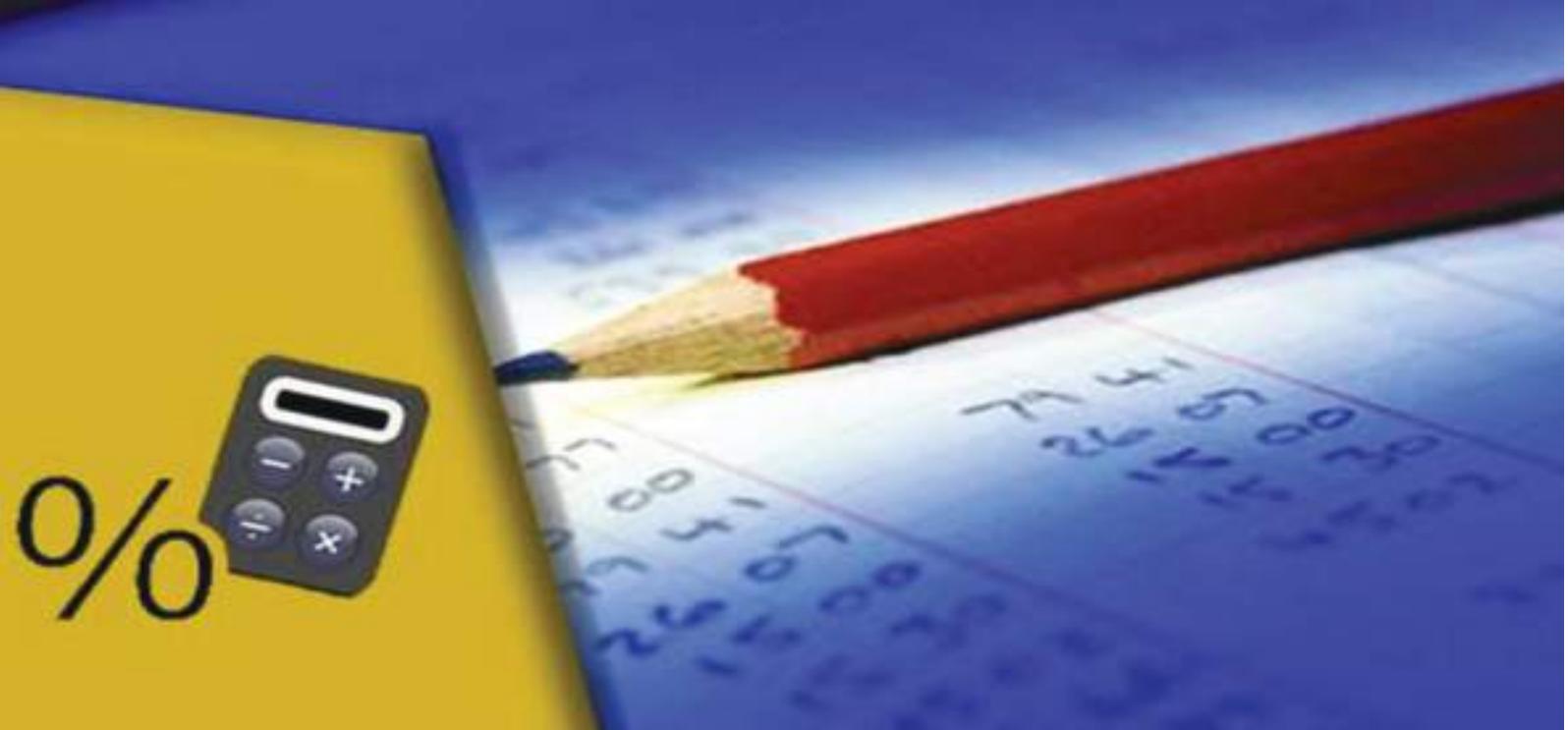
MORRIS (1991), *Iniciando uma Pequena Empresa com Sucesso*. Lisboa, McGraw-Hill.

LOUSÃ, Aires e outros (2010), *Contabilidade Geral e Analítica – Módulos 1,2,3,4 e 5*, Porto, Porto Editora.

PAIVA, Manuel (1990), *Dicionário da Empresa*. Porto, Rés-Editora, Lda.







Código de Contas e Normas Contabilísticas

Módulo 10

Apresentação

No presente módulo pretende-se que os alunos reconheçam a importância da conta como instrumento operativo que permite registar as centenas de operações que a empresa todos os anos realiza nos contactos com terceiros.

É também objetivo a análise sintética da evolução histórica da contabilidade para que se possa chegar à conclusão da necessidade e da importância da existência de normalização contabilística.

Após a introdução do conceito do modelo contabilístico deverão ser analisados os princípios contabilísticos fundamentais.

Devem igualmente ser analisados e interpretados os requisitos básicos a que toda a informação deve obedecer, para que se possa ter uma imagem verdadeira e fiel do património da empresa.

Deverão analisar-se vários modelos de balanços.

Será importante fazer a distinção entre demonstrações de resultados por naturezas e por funções, quer quanto às rubricas componentes quer quanto à sua finalidade. Outra peça a analisar é o Anexo já que dele constam explicações que completam as informações constantes do Balanço e da Demonstração de resultados.

Objetivos de aprendizagem

- Identificar as partes integrantes da conta;
- Distinguir débito de crédito;
- Calcular saldos;
- Classificar os saldos quanto à sua natureza;
- Distinguir estática de dinâmica patrimonial;
- Reconhecer as regras de movimentação de contas;
- Executar lançamentos contabilísticos;
- Definir a noção de razão;
- Distinguir custos de proveitos;
- Elaborar balancetes de verificação e balancetes finais;
- Apurar o resultado líquido do exercício;



- Elaborar demonstrações de resultados;
- Interpretar dados constantes do balanço e da demonstração de resultados;
- Interpretar os princípios contabilísticos fundamentais;
- Reconhecer os requisitos básicos da informação contabilística;
- Distinguir contas do balanço, de contas de custos e de proveitos e de contas de resultados;
- Comparar a estrutura das demonstrações financeiras básicas;
- Apurar ao resultado líquido do exercício;
- Identificar o percurso entre um balanço inicial e um balanço final;
- Elaborar demonstrações de resultados;
- Interpretar dados constantes do balanço e da demonstração de resultados.

Âmbito de conteúdos

1. Código das contas (CC)

- 1.1. Disponibilidades
- 1.2. Terceiros
- 1.3. Existências
- 1.4. Imobilizado
- 1.5. Capital, Reservas e Resultados Transitados
- 1.6. Custos
- 1.7. Proveitos
- 1.8. Resultados

2. Lançamentos contabilísticos

- 2.1. Debitar e Creditar
- 2.2. Operações com as contas



Principal objetivo da Contabilidade

Considerações gerais

A Contabilidade tem o compromisso e a necessidade de bem informar. Trata-se de uma ciência tão antiga quanto a civilização. Tem passado por fases de progresso, literário e dou-



trinário, como mostra o passado, a história. Não obstante, apenas no Século XX, pressionada pela necessidade de bem informar, os estudiosos e pesquisadores preocuparam-se em identificar e formalizar de uma maneira prática e

objetiva os princípios que a regem e fixar normas e regras para a efetiva aplicação.

Tal acontecimento ocorreu em face da exigência dos utilizadores das informações da contabilidade e representam um grande avanço no estudo e na aplicação dos conhecimentos técnicos da contabilidade, possibilitando a identificação e fixação de normas. Tem sido, portanto, preocupação universal e generalizada quer por contabilistas, pesquisadores ou líderes da classe da contabilidade.

Os princípios são inerentes à própria ciência da contabilidade e existem independentemente do desejo ou da escolha por parte de todos aqueles envolvidos – pesquisadores, contabilistas ou profissionais -. Referidos princípios precisam ser identificados e respeitados para que a Contabilidade possa atingir os objetivos colocando à disposição dos utilizadores, informações da contabilidade úteis e relevantes, capazes de suprir as necessidades dos que delas têm carência.

Através de informações aos utilizadores das demonstrações da contabilidade, proprietários, sócios, acionistas, credores, financiadores, investidores, fornecedores, governos, empregados e a sociedade, em geral, a Contabilidade realiza os objetivos a que se propõe.

As Informações da Contabilidade devem ser elaboradas rigorosamente de acordo com as normas vigentes que deverão estar subordinadas aos Princípios da Contabilidade.

As demonstrações da contabilidade geralmente são elaboradas de forma sintética e para



maiores esclarecimentos deverão ser divulgadas de forma analítica, através de notas explicativas que deverão prestar esclarecimentos contemplando, no mínimo: os princípios e normas adotadas; eventuais mudanças de critérios, que alterem a uniformidade da aplicação das normas, em relação ao exercício anterior, justificando-as.

A Contabilidade realiza os seus objetivos por meio de informações aos utilizadores das demonstrações da contabilidade. Tais informações possuem características próprias, que as definem e as tornam úteis as reais finalidades de informar. Para tanto, tais características devem assemelhar-se às dos princípios e normas da contabilidade sendo, portanto, componentes que tornam útil a informação no momento de se fazer a opção quanto a divulgação de um fato da contabilidade.

As informações da Contabilidade são consequências da aplicação dos princípios ou normas da contabilidade a que se subordinam, não podendo, portanto, contrariar os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

O principal objetivo da Contabilidade é o seu utilizador, interno e externo. Pouca importância terá uma informação da contabilidade se a utilidade a que se destina é nula. A informação da Contabilidade é um instrumento para a tomada de decisões, portanto, deve atender a todos os objetivos a que se destina.

A moderna Contabilidade deve ser estruturada visando ser um instrumento de informação, decisão e controle, fornecendo informações capazes de atender plenamente os objetivos dos utilizadores.

A Contabilidade vale pela necessidade de prover o utilizador a tempo com informação correta e útil. Para a característica de utilidade seja mantida ao longo do tempo nas mais diversas práticas, torna-se necessário, que todos os envolvidos com a ciência da contabilidade, tenham em mente a figura do utilizador como o grande objetivo.

A Contabilidade desde a mais remota existência, vincula-se à sociedade e evoluem juntas, à medida que a sociedade procura na Contabilidade as mais variadas informações, o que importa em se afirmar, que sem quaisquer dúvidas a Contabilidade é um componente social.

Por ser uma ciência social, a Contabilidade sofre influências do meio em que opera



e deve ser adaptada ao contexto das mudanças sociais, políticas e económicas, sem prejudicar seu propósito que é o de atender bem a todos os vários utilizadores da informação da contabilidade.

“A função básica da Contabilidade é a de acumular e comunicar informações essenciais para o entendimento das atividades de uma empresa.”, Segundo Accounting and Reporting Standars for Corporate Financial Statements – 1957 – Revision.

Os objetivos da Contabilidade podem materializar-se por meio da observação da realidade e transcendem os princípios e normas. O primeiro enfoque a definir concentrou-se no cálculo e na apresentação do lucro líquido resultante de regras específicas de realização e vinculação num balanço que relacionasse o período corrente a períodos futuros.

Algumas abordagens fundamentam o estabelecimento dos objetivos da ciência da contabilidade:

- Fornecer aos utilizadores um conjunto básico de informações que deveria atender igualmente bem a todos;
- Fornecer cadastro de informatizações diferenciadas para tipo de usuário (utilizador);
- Construir um arquivo básico de informação da contabilidade que possa ser utilizado de forma flexível por qualquer utilizador.

A função da Contabilidade não se alterou ao longo do tempo mas os tipos de utilizadores e as formas de informações que eles têm procurado tem evoluído substancialmente.

Para atender as necessidades dos utilizadores seria necessário um estudo de modelo decisório de cada tipo de tomador de decisão, sabendo-se que a informação da contabilidade disponível poderá também influenciar o modelo de decisões do utilizador, ou seja, seria necessário:

- Estabelecer qual a função que se deseja maximizar;
- Coletar e avaliar o tipo de informação utilizada no passado para maximizar a função;



A principal dúvida consiste em determinar se:

- A contabilidade deverá fornecer conjuntos de informação para cada tipo de utilizador; ou
- Fornecer uma única informação relatório, abrangente e detalhada, que será útil para muitos usuários (utilizadores) mas não para todos.

Segundo Hendriksen (1971:104-105), *“O objetivo da Contabilidade é fornecer um conjunto de relatórios financeiros para usuários indeterminados com relação à riqueza, ou relações económicas da empresa.”*

Do ponto de vista teórico a melhor abordagem seria aquela que determinasse como objetivo da Contabilidade o fornecimento de informações específicas para utilizadores específicos, porém, nem sempre isso é possível, por problemas de mensuração da própria Contabilidade e restrições do utilizador como o próprio custo do sistema.

“... a função fundamental da Contabilidade (...) tem permanecido inalterada desde seus primórdios. Sua finalidade é prover os usuários (utilizadores) das demonstrações financeiras com informações que os ajudarão a tomar decisões. Sem dúvida, tem havido mudanças substanciais nos tipos de usuários (utilizadores) e nas formas de informação que têm procurado. Todavia, esta função das demonstrações financeiras é fundamental e profunda. O objetivo básico das demonstrações financeiras é prover de informação útil para a tomada de decisões económicas...”

A utilidade da informação da contabilidade é significativamente ampliada quando é apresentada de maneira que permita comparar uma empresa com outra, ou a mesma empresa em diferentes datas. A comparabilidade depende da uniformidade e da consistência.

A uniformidade consiste em eventos iguais e são representados de forma idêntica. A meta de uniformidade estimula a apresentação de demonstrações financeiras por empresas distintas, usando os mesmos procedimentos da contabilidade, conceitos de mensuração, classificação, método de divulgação e formato básico semelhante.





Refere-se, a consistência, ao uso dos mesmos procedimentos da contabilidade por uma empresa de um período para o outro, uso de conceitos e procedimentos de mensuração semelhantes

para itens afins nas demonstrações de uma empresa, num dado período, e ao uso dos mesmos procedimentos por empresas diferentes.

A comparabilidade e a neutralidade são consideradas qualidades secundárias e interdependentes das informações da contabilidade.

A materialidade, assim como a relevância, é um atributo que se traduz na capacidade que a informação terá de influenciar -fazer diferença - para o utilizador no seu processo de tomada de decisão.

Quando for tomada uma decisão no sentido de desconsiderar uma determinada informação pelo fato de a mesma ser desnecessária ao usuário (utilizador), pode-se afirmar que essa informação não é pertinente, e por este motivo, é irrelevante para o utilizador.

A Normalização Contabilística

A **Normalização Contabilística** consiste na definição de um conjunto de regras e princípios que visem:

- a. Elaboração de um quadro de contas que devam ser seguidas pelas unidades económicas.
- b. Definição do conteúdo, regras de movimentação e articulação das contas definidas no quadro indicado em a).
- c. Conceção de mapas – modelo para as demonstrações financeiras definidas para as unidades económicas.
- d. Definição dos princípios contabilísticos e dos critérios valor aritméticos que devam ser seguidos na contabilidade das diversas entidades envolvidas.

Em síntese,

Normalizar, consiste em criar uma metodologia comum, a ser seguida pelas unidades económicas visando, fundamentalmente, a comparabilidade das informações inter-



unidades, a universalidade dos dados recolhidos e a sua compreensibilidade pelos diversos agentes económicos.

A Normalização Contabilística apresenta **Vantagens** em diversos domínios, tais como:

1. **O da empresa:** que poderá mais facilmente comparar os dados obtidos com o de outras empresas do sector.
2. **O do Técnico de Contas:** que terá à sua disposição um instrumento orientador dos procedimentos a adotar.
3. **O dos interessados na situação económica e financeira na empresa:** que facilmente poderão tirar ilações relativas à situação da empresa.
4. **O da Economia Nacional:** que poderá dispor de dados mais exatos que certamente determinarão uma análise mais correta do sector empresarial em estudo.
5. **O da Fiscalidade:** Que disporá de elementos para possibilitar uma maior justiça na tributação das empresas.



Representação da conta

O património da empresa foi constituído para se movimentar e alcançar benefícios no futuro.

A movimentação do património, tal como um filme, poderá ser visualizada através de uma sequência de imagens que são refletidas mediante a movimentação das contas.



Quando abordamos as demonstrações financeiras, tais como o balanço e as demonstrações dos resultados, é como se o filme parasse para observar determinadas imagens que interessa analisar em determinado momento.

A cada operação realizada pela empresa corresponde a movimentação de duas ou mais contas, como vamos observar.

Por convenção e tradição, a conta apresenta o mesmo traçado do balanço, em dispositivo horizontal, isto é, a forma de um **T**.

Este traçado permitiu a divisão do espaço relativo aos registos em duas colunas: a coluna da esquerda, ou primeira coluna, e a da direita, ou segunda coluna. À coluna da esquerda deu-se o nome de **DEVE** e à da **direita** de **HAYER**.

Assim, se uma conta recebe uma inscrição do lado esquerdo, diz-se que está a ser debitada; se a inscrição é feita do lado direito, diz-se que está a ser creditada.

D (Deve)	Título da conta	(Haver) H
1ª Coluna		2ª Coluna
Débitos		Créditos

À diferença entre a soma dos débitos (D) e dos créditos (C) apresentados por uma conta damos o nome de **saldo**.



- O saldo será devedor (**SD**) se a soma das importâncias na coluna do débito for superior à soma das importâncias na coluna do crédito.

$$D > C \rightarrow SD$$

- O saldo será nulo (**Snulo**) se a soma das importâncias registradas na coluna dos débitos for igual à soma das importâncias registradas na coluna dos créditos. Logo:

$$D = C \rightarrow \text{Snulo}$$

- O saldo será credor (**SC**) se a soma das importâncias na coluna do débito for inferior à soma das importâncias registradas na coluna do crédito. Logo:

$$D < C \rightarrow SC$$

Em conclusão:

D > C → Sd ou seja, D = C + Ds, isto é,	
D	C
=	+
	Sd

D = C → S nulo ou seja, D = C, isto é,	
D	= C

D < C → Sc ou seja, C = D + Sc, isto é,	
D	C
+	=
Sc	



Regras de movimentação das contas

Relembremos a definição de conta:

Conta – é um conjunto de elementos patrimoniais homogéneos expressos em unidades monetárias.

A primeira questão que se levanta, ao fazer um registo numa conta, é o de sabermos em que coluna teremos de inscrever o valor das extensões que o balanço inicial apresenta. As **extensões iniciais**, apresentadas pelas **contas do ativo**, são registadas no lado esquerdo, ou seja, do mesmo lado em que se encontravam registadas no balanço inicial, em dispositivo horizontal, logo, as Contas do Ativo são debitadas pelas extensões iniciais que apresentam.

As **extensões iniciais** das contas **Capital próprio e Passivo** são sempre registadas do lado direito, isto é, do mesmo lado em que se encontravam registadas no balanço inicial. Logo, podemos dizer que as contas do Capital próprio e Passivo são creditadas pelo registo das extensões iniciais que apresentam.

Em conclusão:

- As contas do ativo são debitadas pelas extensões iniciais.
- As contas do capital próprio e passivo são creditadas pelas extensões iniciais.

Movimentação das contas do ativo

Como vimos, sendo as contas do ativo debitadas pela extensão inicial, vamos proceder à sua movimentação.

Suponhamos que a conta Depósitos à ordem de uma determinada empresa apresentava no Balanço inicial uma extensão de 3 000 USD.



D	Depósitos à ordem		H
Extensão inicial	3 000,00		

No dia 10 de Janeiro depositaram-se 1 500 USD.

Como é lógico, o valor da extensão desta conta aumenta, passando para 4 500 USD, como resultado da soma da extensão inicial com o registo a débito de 1 500 USD.

D	Depósitos à ordem		H
Extensão inicial	3 000,00	Diminuição de extensão	2 000,00
Aumento da extensão	1 500,00		

No dia 15 de Janeiro levantaram-se da conta bancária 2 000 USD.

Esta situação traduz uma diminuição do saldo da conta, que passa de 4 500 USD para 2 500 USD. Para que esta situação seja visível deverá creditar-se a conta Depósitos à Ordem.

Generalizando:

D (+)	Depósitos à ordem		H (-)
Extensão inicial		Diminuição de extensão	
Aumento da extensão			

Assim:

As contas do Ativo são debitadas pela extensão inicial e pelos aumentos de extensão e creditadas pelas diminuições de extensão.



Movimentação das contas do capital próprio e do passivo

Como vimos, as contas do capital próprio e do passivo são creditadas pela extensão inicial.

Vamos agora analisar como se procede à sua movimentação.

Suponhamos que a conta Fornecedores de uma determinada empresa apresentava, no balanço inicial, uma extensão de 4 000,00 USD.

No dia 6 de Janeiro efetuou-se uma compra, a prazo, no valor de 2 800 USD.

A dívida da empresa deixa de ser de 4 000 USD, para passar a ser de 6 800 USD, isto é, a sua extensão aumentou 2 800 USD, pelo que a conta teve de ser creditada pelo aumento de extensão.

D (+)	Fornecedores	H (-)
	Extensão inicial	4 000,00
	Aumento de extensão	2 800,00

No dia 13 de janeiro pagou-se ao fornecedor 5 000 USD

Esta situação provoca uma diminuição do valor em dívida ao fornecedor, que passa a ser de 1 800 USD. Para que esta situação seja visível, teremos de debitar a conta fornecedores.

D (+)	Fornecedores	H (-)
Diminuição de extensão	5 000,00	Extensão inicial 4 000,00
		Aumento de extensão 2 800,00

Generalizando:

D (+)	Fornecedores	H (-)
Diminuição de extensão		Extensão inicial
		Aumento de extensão



Assim:

As contas do Capital próprio e do Passivo são creditadas pela extensão inicial e pelos aumentos de extensão e debitadas pelas diminuições de extensão.

Com o aumento da intensidade do comércio internacional, a partir do século XIV, sobretudo nas repúblicas italianas, foi necessário inventar regras de registo das operações contabilísticas que permitissem a obtenção de informações mais claras e precisas, nascendo assim a **digrafia**.

Princípio da digrafia – qualquer operação movimenta pelo menos duas contas, sendo uma debitada e a outra creditada pelo mesmo valor. Se forem movimentadas várias contas, o total das importâncias a débito de uma ou várias contas é sempre igual ao total das importâncias inscritas a crédito de uma ou várias contas.

Variações permutativas

Suponhamos que A Decoradora do Norte, Lda., apresentava, em 2011-01-01, o balanço inicial seguinte (valores em dólares):



Balanço de A Decoradora do Norte, Lda., em 2011-01-01

Balanço			
Ativo		Capital Próprio e Passivo	
Ativo não corrente		Capital próprio	
Imobilizado Corpóreo	1 412 000,00	Capital realizado	1 439 000,00
Imobilizado Incorpóreo	50 000,00		
Títulos negociáveis	112 000,00	Total do capital próprio	1 439 000,00
	1 574 000,00		
Ativo corrente		Passivo não corrente	
Mercadorias	504 000,00	Empréstimos obtidos	420 000,00
Clientes	45 000,00		420 000,00
Caixa e Depósitos bancários	151 000,00	Passivo corrente	
	700 000,00	Fornecedores	385 000,00
		Estado e outros entes públicos	30 000,00
			415 000,00
		Total do passivo	835 000,00
Total do Ativo	2 274 000,00	Total do capital próprio e do passivo	2 274 000,00

As operações realizadas por A Decoradora do Norte, Lda., durante o ano de 2011 foram as seguintes (valores em dólares):

1. Levantamentos de dinheiro depositado à ordem no Banco A....10 000,00
2. Recebimento de um cliente.....13 000,00
3. Compra, a pronto, de mercadorias..... 6 000,00
4. Compra de um computador, com cheque sobre o Banco A..... 7 000,00
5. Depósito à ordem no Banco A.....4 000,00
6. Compra, a prazo, de mercadorias..... .18 000,00
7. Pagamento por cheque a um fornecedor.....5 000,00
8. Empréstimo obtido no Banco A.....20 000,00



As tarefas a realizar pela empresa são:

Abrir as contas que figuram no Balanço inicial da empresa

- As contas do Ativo são debitadas pelas respetivas extensões iniciais.
- As contas do Passivo e do Capital próprio são creditadas pelas respetivas extensões iniciais.

Registrar em contas as operações realizadas

- Para que tal seja possível, será necessário conhecer, relativamente a cada operação, quais as contas que irão ser movimentadas, qual o valor das respetivas extensões e quais as que vão ser debitadas ou creditadas. É o que se faz no quadro seguinte:

Quadro de registo					
Opera- ções	Contas movimentadas	Ativos e passivos	Extensão	Natureza da variação	A conta é
1	Caixa	Ativo	10 000,00	+	Debitada
	Depósitos à ordem	Ativo	10 000,00	-	Creditada
2	Caixa	Ativo	13 000,00	+	Debitada
	Cientes	Ativo	13 000,00	-	Creditada
3	Mercadorias	Ativo	6 000,00	+	Debitada
	Caixa	Ativo	6 000,00	-	Creditada
4	Imob. Corpóreo	Ativo	7 000,00	+	Debitada
	Depósitos à ordem	Ativo	7 000,00	-	Creditada
5	Depósitos à ordem	Ativo	4 000,00	+	Debitada
	Caixa	Ativo	4 000,00	-	Creditada
6	Mercadorias	Ativo	18 000,00	+	Debitada
	Fornecedores	Passivo	18 000,00	+	Creditada
7	Fornecedores	Passivo	5 000,00	-	Debitada
	Depósitos à ordem	Ativo	5 000,00	-	Creditada
8	Depósitos à ordem	Ativo	20 000,00	+	Debitada
	Empréstimos obtidos	Passivo	20 000,00	+	Creditada



Contas do Ativo

D (+)		Imobilizado Corpóreo	H (-)	
Ei	1 412 000,00			
4)	7 000,00			

D (+)		Imobilizado Incorpóreo	H (-)	
Ei	50 000,00			

D (+)		Títulos negociáveis	H (-)	
Ei	112 000,00			

D (+)		Mercadorias	H (-)	
Ei	504 000,00			
3)	6 000,00			
6)	18 000,00			

D (+)		Cientes	H (-)	
Ei	45 000,00		2)	13 000,00

D (+)		Caixa	H (-)	
Ei	11 000,00		3)	6 000,00
1)	10 000,00		5)	4 000,00
2)	13 000,00			



D (+)		Depósitos à ordem		H (-)	
Ei	50 000,00	1)	10 000,00		
5)	4 000,00	4)	7 000,00		
8)	20 000,00	7)	5 000,00		

D (+)		Outros depósitos bancários		H (-)	
Ei	90 000,00				

Contas do capital próprio e do passivo

D (-)		Capital		H (+)	
		Ei	1 439 000,00		

D (-)		Empréstimos obtidos		H (+)	
		Ei	420 000,00		
		8)	20 000,00		

D (-)		Fornecedores		H (+)	
7)	5 000,00	Ei	385 000,00		
		6)	18 000,00		

D (-)		Estado e outros entes públicos		H(+)	
		Ei	30 000,00		



Depois de efetuadas estas operações, chegamos às seguintes conclusões:

- Se por uma operação são afetadas contas do mesmo membro do Balanço, a extensão de uma aumenta e a outra diminui pelo mesmo valor. Foi o que aconteceu da primeira à quinta operação.
- Se por uma operação são afetadas contas de membros diferentes do Balanço, então as suas extensões sofrem variações do mesmo sinal e de igual montante. Foi o que aconteceu à sexta, sétima e oitava operações.

No entanto, nenhuma destas operações alterou o valor do património. Este apenas se alterou na sua composição. Estamos agora em condições de dar uma definição de variações permutativas ou qualitativas.

Variações permutativas ou qualitativas – são as que resultam de operações que apenas alteram a composição do património da empresa, mas não o seu valor.

Para se proceder à elaboração do Balanço final da empresa somamos o débito e o crédito de cada uma das Contas e determinamos o seu saldo. E é este saldo que irá figurar no balanço. As contas do Ativo apresentarão, evidentemente, saldo devedor e as do Passivo saldo credor.



Balço de A Decoradora do Norte, Lda., em 2011-31-12

Balço			
Ativo		Capital Próprio e Passivo	
Ativo não corrente		Capital próprio	
Imobilizado Corpóreo	1 419 000,00	Capital realizado	1 439 000,00
Imobilizado Incorpóreo	50 000,00		
Títulos negociáveis	112 000,00	Total do capital próprio	1 439 000,00
	1 581 000,00		
Ativo corrente		Passivo não corrente	
Mercadorias	528 000,00	Empréstimos obtidos	440 000,00
Cientes	32 000,00		440 000,00
Caixa e Depósitos bancários	166 000,00		
	726 000,00	Passivo corrente	
		Fornecedores	398 000,00
		Estado e outros entes públicos	30 000,00
			428 000,00
		Total do passivo	868 000,00
Total do Ativo	2 307 000,00	Total do capital próprio e do passivo	2 307 000,00

Como se verifica, o valor do património (capital próprio) não se alterou, continuando a ser de 1 439 000,00 USD.

Variações modificativas

Para que existam variações modificativas ou quantitativas é necessário que sejam movimentadas contas de **custos e proveitos**.



Proveitos – são aumentos nos benefícios económicos durante o período económico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio.

Custos – são diminuições nos benefícios económicos durante o período económico na forma de exfluxos ou desaparecimentos de ativos ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com as distribuições aos participantes no capital próprio.

As operações que provocam variações modificativas vão permitir a obtenção de um resultado. O resultado provém da comparação entre os custos suportados e os proveitos obtidos durante o período económico considerado.

Como sabemos, a empresa foi constituída com a intenção de obter benefícios económicos no futuro e, portanto, o seu objetivo é a realização de um resultado positivo, isto é, que os proveitos sejam superiores aos custos.

Convirá lembrar que o resultado é obtido na seguinte forma:

$$\text{Resultado} = \text{Proveitos} - \text{Custos}$$

Proveitos > Custos → resultado positivo = lucro

Proveitos = Custos → resultado nulo

Proveitos < Custos → resultado negativo = prejuízo



Movimentação das contas de Custos e de Proveitos

Considerando que o Balanço final da empresa em 2011-12-31 é o inicial de 2012-01-01, vamos supor que no período de 2011, a Decoradora do Norte, Lda., realizou as operações seguintes:

1. Venda, a pronto, por 165 000 USD, de mercadorias que haviam custado 85 000 USD
2. Pagamento, em dinheiro, da eletricidade consumida, 1000 USD
3. Juros de depósitos à ordem depositados em conta, 800 USD
4. Pagamento de juros de empréstimos bancários, 15 000 USD
5. Pagamento da renda, água e telefone, por cheque, 10 000 USD
6. Pagamento de impostos, 2 000 USD
7. Desconto de pronto pagamento obtido de um fornecedor, 4 000 USD
8. Pagamento, por cheque, de seguros de acidentes de trabalho, 20 000 USD

Resolução:

Operação 1 – A empresa vende a pronto pagamento, por 165 000 USD, mercadorias que lhe haviam custado 85 000 USD.

Por merecer uma atenção especial, far-se-á uma análise mais detalhada desta operação. Esta operação comporta duas fases: a primeira diz respeito à **venda das mercadorias** aos clientes; a segunda, a **saída das mercadorias do armazém** da empresa.

1.ª Fase – Venda das mercadorias

Se a empresa vende mercadorias por 165 000 USD, está a obter um proveito que é registado numa conta chamada Vendas. Por outro, a conta Caixa sofre um aumento de 165 000 USD.

Esta operação provocou:

- um aumento de extensão na conta **Caixa** que é **debitada**;
- um **proveito** que é **creditado** na conta **Vendas**.

D	Vendas	H
	rendimento	165 000,00



D	Caixa	H
Aumento de extensão	165 000,00	

Generalizando:

D	Proveitos	H
		Creditam-se quando a empresa obtém um rendimento

As contas de proveitos são creditadas sempre que se obtém um ganho.

2.ª Fase – Custo das mercadorias saídas do armazém

Mas a empresa teve de entregar as mercadorias vendidas aos clientes. A conta Mercadorias sofre uma diminuição de 85 000,00 USD, porque as existências em armazém se reduziram. O valor das mercadorias em armazém vai diminuir em 85 000,00 USD, tanto quanto custaram as mercadorias que vendeu, que vai ser registado numa conta chamada **Custo das mercadorias vendidas**.

Esta operação provocou:

- uma diminuição da extensão na conta Mercadorias que é **creditada**;
- um custo que é debitado na conta de **Custo das mercadorias vendidas**.

D	Mercadorias	H
		Diminuição de extensão
		85 000,00



D	Custo das mercadorias vendidas	H
Custo suportado	85 000,00	

Generalizando:

D	Custos	H
Debitam-se sempre que a empresa suporta um custo		

As contas de custos são debitadas sempre que se suporta um gasto.

Em resumo:

Quando se verifica uma venda de mercadorias, há, simultaneamente, um ganho e um gasto, sendo o resultado, que se designa por resultado bruto, igual à diferença entre o ganho obtido e o gasto suportado com a venda,

Resultado bruto = Vendas – Custos das mercadorias vendidas

Esta operação e as restantes encontram-se registadas no seguinte quadro:



Quadro de registo						
Ope- ra- ções	Contas movimentadas	Contas do Ativo e passivo	Contas de Custos e Proveitos	Extensão	Natureza da variação	A conta é
1	Caixa	Ativo		165 000,00		Debitada
	Vendas		Proveitos	165 000,00	+	Creditada
	CMV		Custos	85 000,00		
	Mercadorias	Ativo		85 000,00	-	
2	Fornecimentos e serviços externos		Custos	1 000,00		Debitada Creditada
	Caixa	Ativo		1 000,00	-	
3	Depósitos à ordem	Ativo		800,00	+	Debitada
	Proveitos e ganhos extraordinários		Proveitos	800,00		Creditada
4	Custos e perdas extraordinários		Custos	15 000,00		Debitada Creditada
	Depósitos à ordem	Ativo		15 000,00	-	
5	FSE		Custos	10 000,00		Debitada
	Depósitos à ordem	Ativo		10 000,00	-	Creditada
6	Custos e perdas financeiras		Custos	2 000,00		Debitada Creditada
	Caixa	Ativo		2 000,00		
7	Fornecedores	Passivo		4 000,00		Debitada
	Proveitos e ganhos financeiros		Proveitos	4 000,00	-	Creditada
8	Custos com Pessoal		Custos	20 000,00		Debitada
	Depósitos à ordem	Ativo		20 000,00	-	Creditada

As contas do Ativo, do Capital Próprio e do Passivo e de Custos e Proveitos apresentariam a movimentação seguinte:



Contas do Ativo

D (+)		Imobilizado Corpóreo	H (-)	
Ei	1 419 000,00			

D (+)		Imobilizado Incorpóreo	H (-)	
Ei	50 000,00			

D (+)		Títulos negociáveis	H (-)	
Ei	112 000,00			

D (+)		Mercadorias	H (-)	
Ei	528 000,00	1)	85 000,00	

D (+)		Cientes	H (-)	
Ei	32 000,00			

D (+)		Caixa	H (-)	
Ei	24 000,00	2)	1 000,00	
1)	165 000,00	6)	2 000,00	

D (+)		Depósitos à Ordem	H (-)	
Ei	52 000,00	4)	15 000,00	
3)	800,00	5)	10 000,00	
		8)	20 000,00	



D (+)	Outros depósitos bancários	H (-)
Ei	90 000,00	

Contas do capital próprio e do passivo

D (-)	Capital	H (+)
	Ei	1 439 000,00

D (-)	Empréstimos obtidos	H (+)
	Ei	440 000,00

D (-)	Fornecedores	H (+)
7)	4 000,00	Ei 398 000,00

D (-)	Depósitos à Ordem	H (+)
	Ei	30 000,00

Contas de Custos

D	Custo das mercadorias vendidas	H
1)	85 000,00	



D	Fornec. e serviços externos	H
2)	1 000,00	
5)	10 000,00	

D	Custos com Pessoal	H
8)	20 000,00	

D	Custos e perdas extraordinárias	H
4)	15 000,00	

D	Custos e perdas financeiras	H
6)	2 000,00	

Contas de Proveitos

D	Vendas	H
	1)	165 000,00

D	Proveitos e ganhos financeiras	H
	7)	4 000,00

D	Proveitos e ganhos extraordinários	H
	3)	800,00



Proposta de trabalho nº 1

1. Assinale com um zero (0) a resposta correta:

1.1. O saldo de uma conta é igual:

- a. À soma dos débitos.
- b. À soma dos créditos.
- c. À diferença entre o total dos débitos e dos créditos.
- d. À soma dos débitos e dos créditos.

1.2. O saldo de uma conta é credor quando:

- a. A soma dos créditos é menor do que a soma dos débitos.
- b. A soma dos débitos é menor do que a soma dos créditos.
- c. A soma dos débitos é igual à soma dos créditos.
- d. A soma dos débitos é diferente da soma dos créditos.

1.3. As contas do Passivo são debitadas:

- a. Pelo saldo inicial.
- b. Pelos aumentos de extensão.
- c. Pelas diminuições de extensão.
- d. Pelo saldo inicial e pelos aumentos de extensão.

1.4. O recebimento de juros de depósitos a prazo implica:

- a. Debitar a conta Depósitos à ordem e creditar a conta Proveitos e Ganhos Extraordinários.
- b. Creditar a conta Depósitos à ordem e creditar a conta Custos e perdas financeiras.
- c. Debitar a conta custos e perdas de financiamento e creditar a conta Depósitos à ordem.
- d. Debitar a conta Depósitos à ordem e creditar a conta Estado e outros entes públicos.



1.5. O pagamento da dívida de um cliente, em dinheiro, implica:

- a. Creditar a conta Caixa e debitar a conta Clientes.
- b. Debitar a conta Caixa e creditar a conta Clientes.
- c. Debitar a conta Depósitos à ordem e creditar a conta Clientes.
- d. Creditar a conta Vendas e debitar a conta Clientes.

1.6. Um levantamento bancário implica:

- a. Debitar a conta Depósitos à ordem e creditar a conta Caixa.
- b. Creditar a conta Depósitos à ordem e debitar a conta Outros depósitos bancários.
- c. Debitar a conta Depósitos à ordem e creditar a conta Proveitos e ganhos financeiros.
- d. Creditar a conta Depósitos à ordem e debitar a conta Caixa.

2. Complete os espaços em branco de modo a obter afirmações verdadeiras.

- a. Diz-se que uma conta é _____ quando se regista uma importância no seu lado esquerdo. A conta diz-se _____ quando essa importância é registada no lado direito.
- b. O _____ de uma conta é a diferença entre o total dos créditos e o total dos _____ dessa conta.
- c. Saldar uma conta é inscrever o _____ dessa conta no lado _____ da mesma.
- d. Diz-se que o saldo de uma conta é _____ quando o total dos débitos for maior do que o total dos créditos.
- e. As contas do Ativo são debitadas _____ e creditadas _____, enquanto as contas do Passivo são debitadas _____ e creditadas _____.
- f. As contas de custos são _____ pelos _____, enquanto as contas de _____ são _____ pelos rendimentos obtidos.
- g. O balancete de verificação é um documento onde se encontram registados os _____, os _____ e os _____ de todas as contas.



- h. A conta _____ serve para a empresa apurar o resultado da sua atividade.
- i. O balanço final elabora-se a partir do _____.

3. Analisando o Plano Oficial de Contabilidade, verifica-se que existem diferentes tipos de contas. Assim, podemos afirmar que:

- a. As contas de custos e proveitos são contas de balanço.
- b. A qualquer momento o saldo de uma conta coletiva é igual ao somatório dos saldos das contas subsidiárias.
- c. No final do exercício o saldo das contas subsidiárias é transferido para as respetivas contas principais.
- d. As contas de amortizações são contas de acréscimos e diferimentos.

4. Qual das seguintes afirmações lhe parece correta?

- a. A ocorrência de um custo é algo de negativo para o património de uma empresa, pelo que as contas de custos creditam-se sempre.
- b. Um débito nas contas do ativo significa uma diminuição dos bens e direitos da empresa.
- c. As contas do passivo tem sempre saldo devedor.
- d. Um crédito numa conta de proveitos corresponde a um aumento do património líquido da empresa.

5. Diga qual destas afirmações está correta:

- a. Para encerrar uma conta deverá sempre inscrever o saldo na coluna dos débitos.
- b. Para encerrar uma conta deverá sempre inscrever o saldo na coluna dos créditos.
- c. Para encerrar uma conta deverá inscrever o saldo na coluna dos créditos quando o saldo for credor.
- d. Para encerrar uma conta deverá inscrever o saldo na coluna dos débitos quando o saldo for credor.



6. No P.O.C. estão previstas:
- a. Cinco classes de contas
 - b. Oito classes de contas
 - c. Nove classes de contas
 - d. Dez classes de contas



Balancete de verificação

As empresas têm interesse em saber se o total das importâncias registadas a débito é igual ao total das importâncias registadas a crédito e, conseqüentemente, se a soma dos saldos devedores é igual à soma dos saldos credores.

Para este efeito, elaboram mensalmente balancetes.

No final do período económico e antes da elaboração do Balanço, a empresa procede à elaboração de dois balancetes:

- O **Balancete de verificação**, antes do apuramento do resultado líquido do período;
- O **Balancete final**, após o apuramento do resultado líquido do período.

O Balancete de verificação é um documento manejável e prático, do qual constam:

- Os títulos de todas as contas utilizadas pela empresa no período;
- Os movimentos acumulados nas contas a débito e a crédito;
- Os saldos apresentados pelas contas utilizadas.

Chama-se de verificação porque:

- a soma de todas as importâncias nele registadas a débito tem de ser igual à soma de todas as importâncias nele registadas a crédito;
- a soma dos saldos devedores tem de ser igual à soma dos saldos credores nele registados.

Para a sua elaboração, seguem-se os seguintes passos:

- Na coluna Débito, escreve-se o total das somas registadas a débito das contas.
- Na coluna Crédito, escreve-se o total das somas registadas a crédito das contas.
- Na coluna Saldos/Devedores, escreve-se o excedente dos débitos sobre os créditos das contas.
- Na coluna Saldos/Credores, escreve-se o excedente dos créditos sobre os débitos das contas.



Balancete de verificação de A Decoradora do Norte, em 2011 -12-31

Contas	Movimento acumulado		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedores	Credores
Imob. Corpóreo	1 419 000,00		1 419 000,00	
Imob. Incorpóreo	50 000,00		50 000,00	
Títulos negociáveis	112 000,00		112 000,00	
Mercadorias	528 000,00	85 000,00	443 000,00	
Clientes	32 000,00		32 000,00	
Caixa	189 000,00	3 000,00	186 000,00	
Depósitos à Ordem	52 800,00	45 000,00	7 800,00	
Depósitos a prazo	90 000,00		90 000,00	
Capital		1 439 000,00		1 439 000,00
Empréstimos obtidos		440 000,00		440 000,00
Fornecedores	4 000,00	398 000,00		394 000,00
Estado e outros entes públicos		30 000,00		30 000,00
Custo das mercadorias vendidas	85 000,00			
F.S.E	11 000,00			
Custos com Pessoal	20 000,00			
Custos e perdas financeiras	2 000,00			
Custos e perdas extraordinárias	15 000,00			
Vendas		165 000,00		165 000,00
Proveitos e ganhos financeiros		4 000,00		4 000,00
Proveitos e ganhos extraordinários		800,00		800,00
	2 609 800,00	2 609 800,00	2 472 800,00	2 472 800,00

(Nota: valores em dólares)



Apuramento do resultado líquido do período

O Resultado líquido apurado pela empresa, no final do período económico, resulta da diferença entre a soma dos proveitos obtidos e a soma dos custos por ela suportados.

Para apurar o resultado líquido do período procede-se da forma seguinte:

1. Saldam-se as contas de **custos** e transfere-se o respetivo saldo para débito da conta **Resultado Líquido do período**.
2. Saldam-se as contas de **proveitos** e transfere-se o respetivo saldo para crédito da conta **Resultado líquido do período**.

Movimentação das contas:

D	C.M.V	H
Ma 85 000,00		85 000,00

D	F.S.E	H
Ma 11 000,00		11 000,00

D	Custos c/Pessoal	H
Ma 20 000,00		20 000,00

D	Custos e P.Financeiras	H
Ma 2 000,00		2 000,00



D	Custos e P.Extraordinários	H
Ma	15 000,00	15 000,00

D	Resultado Líquido do período	H
85 000,00		165 000,00
11 000,00		4 000,00
20 000,00		800,00
2 000,00		
15 000,00		
133 000,00		169 800,00

D	Vendas	H
165 000,00		Ma 165 000,00

D	Proveitos e G. Financeiros	H
4 000,00		Ma 4 000,00

D	Proveitos e G. Extraord.	H
800,00		Ma 800,00

Ma – Movimento acumulado do balancete de verificação

Como se verifica, A Decoradora do Norte, Lda., obteve um resultado positivo (lucro) de 36 800,00 USD, correspondente ao saldo credor da conta Resultado Líquido do período.

Resultado líquido do período = 169 800,00 – 133 000,00 = 36 800,00 USD



Balancete final

O Balancete final permite:

- verificar se a soma dos valores apresentados a débito è igual à soma dos valores apresentados a crédito;
- verificar se a soma dos saldos devedores é igual à soma dos saldos credores;
- verificar se todas as contas de custos e proveitos se encontram saldadas;
- saber qual o valor do resultado líquido obtido pela empresa no período contabilístico;
- obter com facilidade o Balanço final da empresa a partir adas colunas dos saldos.

De notar, no entanto, que um Balancete certo pode não significar uma escrituração isenta de erros. O Balancete apenas garante a certeza das somas e não dos registos efetuados.

Balancete final de A Decoradora do Norte, Lda., em 2011-12-31

Contas	Movimento acumulado		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedores	Credores
Imob.Corpóreo	1 419 000,00		1 419 000,00	
Imob.Incorpóreo	50 000,00		50 000,00	
Títulos negociáveis	112 000,00		112 000,00	
Mercadorias	528 000,00	85 000,00	443 000,00	
Clientes	32 000,00		32 000,00	
Caixa	189 000,00	3 000,00	186 000,00	
Depósitos à Ordem	52 800,00	45 000,00	7 800,00	
Depósitos a prazo	90 000,00		90 000,00	
Capital		1 439 000,00		1 439 000,00
Empréstimos obtidos		440 000,00		440 000,00
Fornecedores	4 000,00	398 000,00		394 000,00



Estado e outros entes públicos		30 000,00		30 000,00
Custo das mercadorias vendidas	85 000,00	85 000,00		
F.S.E	11 000,00	11 000,00		
Custos com Pessoal	20 000,00	20 000,00		
Custos e perdas financeiras	2 000,00	2 000,00		
Custos e perdas extraordinárias	15 000,00	15 000,00		
Vendas	165 000,00	165 000,00		
Proveitos e ganhos financeiros	4 000,00	4 000,00		
Proveitos e ganhos extraordinários	800,00	800,00		
Resultado líquido do período		36 800,00		
	2 779 600,00	2 779 600,00	2 339 800,00	2 339 800,00

Nota: valores em dólares



Balanço e demonstração dos resultados por naturezas

O Balanço obtém-se das contas do Balancete final da seguinte maneira:

- As contas que apresentam **saldo devedor** aparecerão no **Ativo**.
- As contas que apresentam **saldo credor** aparecerão no **Capital Próprio e no Passivo**

Entidade: *A Decoradora do Norte, Lda.*

Balanço individual em 2011-12-31

Balanço			
Ativo		Capital Próprio e Passivo	
Ativo não corrente		Capital próprio	
Imobilizado Corpóreo	1 419 000,00	Capital realizado	1 439 000,00
Imobilizado Incorpóreo	50 000,00	Resultado liquido período	36 800,00
Títulos negociáveis	112 000,00		
	<u>1 581 000,00</u>	Total do capital próprio	<u><u>1 475 800,00</u></u>
Ativo corrente		Passivo não corrente	
Mercadorias	443 000,00	Empréstimos obtidos	440 000,00
Clientes	32 000,00		<u>440 000,00</u>
Caixa e Depósitos bancários	283 800,00		
	<u>758,800 ,00</u>	Passivo corrente	
		Fornecedores	394 000,00
		Estado e outros entes públicos	30 000,00
			<u>424 000,00</u>
		Total do passivo	<u>864 000,00</u>
Total do Ativo	<u><u>2 339 800,00</u></u>	Total do capital próprio e do passivo	<u><u>2 339 800,00</u></u>



O balanço apresenta uma visão estática do património, permitindo-nos, num dado momento, conhecer a composição do património (ativo e passivo) e o valor do património (capital próprio).

A intenção dos investidores, ao constituírem o património da empresa, é obterem benefícios económicos e, por isso, o património é visto como uma fonte dinamizadora de rendimentos.

É através da realização de operações de diversa natureza, e de acordo com o ramo de atividade da empresa, que os investidores conseguem alcançar os objetivos a que se propuseram.

É através da **Demonstração dos resultados por naturezas**, como vimos, que podemos analisar como se obteve o resultado líquido do período.

Entidade: A Decoradora do Norte, Lda.

Demonstração Individual dos Resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Unidade monetária USD

Proveitos e Custos	
Vendas	+ 165 000,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 85 000,00
Fornecimentos e serviços externos	- 11 000,00
Custos com Pessoal	- 20 000,00
Proveitos e ganhos Financeiros	+ 4 000,00
Custos e perdas Financeiros	- 2 000,00
Resultado antes de amortizações e reintegrações	<u>51 000,00</u>
Resultado operacional	51 000,00
Proveitos e ganhos Extraordinários	+ 800,00
Custos e perdas extraordinários	<u>- 15 000,00</u>
Resultado antes dos impostos	<u>36 800,00</u>
Resultado líquido do período	<u><u>36 800,00</u></u>



Concluindo, o caminho que seguimos para passar do balanço inicial para o balanço final foi o seguinte:



Código das contas (cc)

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS NO RAZÃO

Fólio do RAZÃO ou “ T”

Débito (D)	Título da Conta	Crédito(C)
1º membro		2º membro
Debitar uma conta é inscrever o valor do lado do débito		Creditar uma conta é inscrever o valor do lado do crédito

$$\text{SALDO} = | D - C |$$

Assim temos,

D > C	SALDO DEVEDOR (SD)
D < C	SALDO CREDOR (SC)
D = C	SALDO NULO (SN)

Conclusão:

- As **contas de ATIVO** têm sempre Saldo Devedor ou Nulo.
- As **contas de PASSIVO E CAP. PP** têm sempre Saldo Credor ou Nulo.
- As **contas de CUSTOS E PERDAS** têm sempre Saldo Devedor ou Nulo.
- As **contas de PROVEITOS E GANHOS** têm sempre Saldo Credor ou Nulo.



REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS NO RAZÃO

CONTAS DO ACTIVO: Figuram no 1º membro do Balanço



AS CONTAS DO ATIVO : São debitadas pelos saldos iniciais (SI) e aumentos e creditadas pelas diminuições.

→ **CONTAS DO ACTIVO**

CAIXA - inclui as notas de banco e moedas, cheques, vales postais (nacionais e estrangeiros).

DEPÓSITOS À ORDEM - regista o movimento das contas bancárias (á ordem) das empresas.

CLIENTES C/C – engloba as dívidas a receber pela empresa resultados da venda de mercadorias e produtos ou de serviços prestados.

CLIENTES – TITULOS A RECEBER – inclui as letras sacadas sobre os clientes c/c, ou por si endossadas e ainda os extratos de fatura e as livranças.

EMPRESTIMOS CONCEDIDOS – inclui as dívidas a receber de terceiros, resultantes de empréstimos.

OUTROS DEVEDORES – respeita às dívidas de terceiros que não estejam abrangidas pelas contas anteriores.

MERCADORIAS – respeita aos bens existentes na empresa com destino à venda e não sujeitos a qualquer transformação no seu seio; no seu preço de custo devem **ser incluídas as despesas adicionais de compra.**

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO – inclui os diferentes elementos patrimoniais que a empresa dispõe para exercer a sua atividade tais como: mesas, cadeiras, estantes, máquinas de escritório, aquecedores, etc.

EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES – respeita aos edifícios fabris, administrativos e habitacionais, utilizados na atividade.



EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE – respeita às aquisições de camionetas, automóveis, motocicletas, etc. para uso da empresa.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS – inclui elementos patrimoniais sem existência física, tais como trespases, patentes, marcas, alvarás, licenças, concessões, gastos de constituição e de organização da empresa, aumentos de aumento de capital, estudos e projetos.

CONTAS DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO : Figuras no 2º membro do Balanço



AS CONTAS DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO: São debitadas pelas diminuições e creditadas pelos saldos iniciais (SI) e aumentos.

➔ CONTAS DE PASSIVO

FORNECEDORES C/C – engloba todas as dívidas a pagar, resultantes da aquisição, pela empresa, de bens e serviços, com exceção dos destinados ao imobilizado.

FORNECEDORES – TÍTULOS A PAGAR – inclui os débitos a fornecedores que se encontrem representados por letras ou outros títulos de crédito.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS – engloba os financiamentos contraídos pela empresa, particulares ou não.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – abrange as operações com a Administração Central e Local e ainda com outros organismos públicos, à exceções de transações ou financiamentos.

OUTROS CREDITORES – respeita às dívidas para com terceiros, que não estejam contempladas nas contas precedentes.



→ CONTAS DE SITUAÇÃO LIQUIDAS OU CAPITAL PRÓPRIO

CAPITAL – para as sociedades esta conta respeita ao capital nominal subscrito.

Regista também o capital fixado dos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada e o capital inicial das empresas públicas.

Para as empresas em nome individual esta conta compreende não só o capital inicial e adquirido, mas ainda as operações de naturezas financeira com o respetivo proprietário.

RESERVAS – são contas em geral à base da retenção de lucros, visando o aumento dos meios de ação das empresas (autofinanciamento), etc.

RESULTADOS – esta conta visa o apuramento do resultado de cada exercício económico.

As Contas de Custos e Perdas  São debitadas pelos custos e perdas.

As Contas de Proveitos e Ganhos  São creditadas pelos proveitos e ganhos.

→ CONTAS DE CUSTOS POR NATUREZA

CUSTOS DAS VENDAS – regista as vendas de mercadorias valorizadas ao preço de custo.

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS – nesta conta são registadas as despesas com a água, luz, telefone, selos postais, combustíveis, gás, material de conservação e reparação de máquinas, de veículos, de instalações, material de expediente, publicidade, rendas, alugueres, remunerações a intermediários, honorários, transportes de mercadorias e de pessoal, deslocações e estadias destes.

IMPOSTOS – são aqui registados os impostos e taxas pagos pela empresa ao Estado, Autarquias Locais e outras entidades do Sector Público, com exceção dos impostos sobre os lucros.

CUSTOS COM O PESSOAL – nesta conta são registadas as remunerações do empresário ou dos corpos gerentes, os ordenados e salários, o subsídio anual, as remunerações adicionais do trabalho, os encargos sobre as remunerações de conta da empresa (se os houver).

OUTROS CUSTOS – regista os custos que não sejam próprios dos objetivos principais da empresa.

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO – regista a depreciação das imobilizações, atribuída ao exercício.



PROVISÕES EM EXERCÍCIO – regista as perdas ou despesas prováveis de montante incerto, imputáveis ao exercício.

CUSTOS FINANCEIROS – são aqui registados os juros de financiamentos, os encargos com descontos de letras e outros títulos, os descontos de pronto pagamento e outros custos de origem financeira.

➔ **CONTAS DE PROVEITOS POR NATUREZA**

VENDAS – é registado o valor resultante da venda de mercadorias e produtos pela empresa.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – regista os rendimentos resultantes de serviços prestados pela empresa e que façam parte dos seus objetivos ou finalidades.

PROVEITOS SUPLEMENTARES – nesta conta registam-se os proveitos das atividades que não sejam próprios dos objetivos principais da empresa.

OUTROS PROVEITOS – regista os proveitos que não sejam próprios dos objetivos principais da empresa.

PROVEITOS FINANCEIROS – registam os proveitos e ganhos financeiros tais como juros, descontos, rendimento de capital, etc.

Com o objetivo de automatizar e ter um controlo contabilístico das compras é habitual utilizar-se uma conta com a designação COMPRAS, cuja movimentação em geral faz-se no âmbito das contas de existência.

➔ **CONTAS DE REDUÇÃO DE VALORES ACTIVOS**

AMORTIZAÇÕES – contas que têm como objetivo registar as depreciações (desvalorizações ou desgaste) sofridas pelo imobilizado da empresa; aparecem no 1º membro do balanço em dedução das correspondentes contas do imobilizado.

PROVISÕES – contas que servem de compensação a eventuais perdas futuras da empresa, mas de montante indeterminado, tais como dívidas de cobrança duvidosa e mercadorias que se venha a desvalorizar. Aparecem no balanço, no lado do ativo, em dedução das correspondentes contas.

➔ **CONTAS DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS** – estas contas destinam-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam quando ocorram desfasamentos temporais com as respetivas despesas e receitas.



REGISTO DOS FACTOS PATRIMONIAIS NA RAZÃO

MÉTODO DIGRÁFICO

Segundo este método, todo o débito numa conta origina o crédito noutra ou noutras e vice-versa, isto é, cada facto patrimonial determina um registo em duas ou mais contas, por forma a que ao valor de cada débito (ou débitos) corresponda sempre um crédito (ou créditos) de igual valor.

Em Suma:

- A um débito (ou débitos) corresponde sempre um crédito (ou créditos) de igual valor
- A soma dos débitos é sempre igual à soma dos créditos
- A soma dos saldos devedores é igual à soma dos saldos credores
- A contabilização de qualquer facto patrimonial obedece necessariamente a uma das quatro fórmulas seguintes:
 1. Uma só conta devedora e uma só conta credora
 2. Uma só conta devedora e várias contas credoras
 3. Várias contas devedoras e uma só conta credora
 4. Várias contas devedoras e várias contas credoras

RAZÕES AUXILIARES

As contas do 1º grau encontram-se agrupadas num livro chamado **Razão Geral**.

Para contabilizar as contas de 2º e 3º graus e assim facilitar a contabilização da **Razão Geral**, utiliza-se um Riscado denominado **RAZÃO AUXILIAR**.



RISCADO UNILATERAL

TÍTULO DA CONTA

a)	b)	c)	d)	a')	b')	c')	d')
----	----	----	----	-----	-----	-----	-----

a) e b) – ano e mês

c) e c') - descrição

b) e b') – dia

d) e d') - importância

TÍTULO DA CONTA

Data	Operação	Deve	Haver	saldos	
				D/C	Importância

TÍTULO DA CONTA

Data	Operação	Deve	Haver	saldos	
				Devedores	Credores

Proposta de trabalho nº2

1. A sociedade *Antunes & Albino, Lda.* Iniciou a sua atividade, em 1 de novembro de 2011, com os seguintes valores ativos e passivos, em dólares:

- Numerário.....	2 500,00
- Depósito à ordem no banco F.....	4 700,00
- Mercadorias em armazém.....	4 500,00
- Dívidas comerciais de terceiros.....	2 000,00



- Equipamento de escritório..... 4 000,00
- Dívidas comerciais a terceiros.....6 200,00
- Dívidas à Segurança Social..... 3 000,00

Durante o mês de novembro, a empresa realizou as seguintes operações (em dólares).

1. Fatura-recibo nº 123, para *Martinho & Roseira, Lda.* por 3 750,00, relativa à venda de mercadorias que lhe tinham custado 3.000,00.
2. Comprou, a prazo, uma fotocopiadora por 3 900,00 para o escritório da empresa (fatura nº 231 da *Centrocópia, Lda.*).
3. Efetuou, no banco F, um depósito a prazo no montante de 2 000,00, retirados do caixa.
4. Os clientes pagaram, por cheque, 30% da sua dívida, tendo-lhes sido concedido um desconto de antecipação de pagamento de 5%.
5. Comprou, a prazo, à *Papelaria Porto*, diverso material para o escritório da empresa no valor de 450,00.
6. Comprou, a prazo, à *Sociedade Abastecedora do Norte, Lda.* diversa mercadoria por 4 100,00.
7. Pagou, por cheque, ao Estado, impostos no valor de 650,00.
8. Pagou a um fornecedor, por cheque, 3 000,00, tendo beneficiado de um desconto de antecipação de pagamento de 5%.
9. Vendeu, a prazo, a *Bento & Matos, Lda.*, 4 500,00 de mercadorias que lhe haviam custado 3 250,00.
10. Efetuou um levantamento bancário no valor de 350,00.
 - a. Proceda à abertura das contas.
 - b. Proceda ao registo, nas respetivas contas, das operações que efetuou durante o mês de novembro.
 - c. Elabore o balanço final da empresa.



3. A empresa *Sótintas, Lda.*, pretende analisar a situação financeira final da sua cadeia de lojas. Que demonstrações financeiras utilizaria?

- a. Balanço inicial
- b. Balancete final e anexo ao balanço e à demonstração dos resultados
- c. Demonstração dos resultados
- d. Mapa de fluxos de caixa

4. Se pretender conhecer a situação económica da empresa qual dos seguintes documentos utiliza?

- a. Balanço
- b. Demonstração dos resultados
- c. Inventário geral
- d. Mapa de fluxos de caixa

5. A empresa *Mediateca, SA* pretende apurar o Custo das Mercadorias Vendidas do ano. Recorrendo aos elementos que se seguem, referentes ao ano N, faça esse apuramento:

- Existência final em 31 de dezembro de N-1: 12 000 usd;
- Das compras sabe-se que:
 - compras a crédito: 23 800 usd;
 - compras a pronto: 20 230 usd.
- Das vendas sabe-se que:
 - Vendas a crédito: 33 000 usd;
 - Vendas a pronto: 28 000 usd.
- Devoluções:
 - De compras: 2 000 usd;
- Contagem final em 31 de dezembro de N: 10 500 usd.



6. O Sr. Felizardo pretende vender ao Sr. Sapiência a sua empresa. O Sr. Sapiência pretende fazer uma proposta mas está com dúvidas e pede-lhe ajuda.

a) Que valor sugeria ao Sr. Sapiência, tendo em consideração a informação que se segue?

Ativo Bruto: 845 000 usd;

Amortizações do exercício: 65 000 usd;

Amortizações acumuladas: 122 500 usd;

Passivo de curto prazo: 185 000 usd;

Passivo de longo prazo: 252 000 usd;

Resultado líquido do exercício: 1 700 usd.

b) O Sr. Felizardo pede 350 000 usd. Acha este valor razoável?



Bibliografia

BERNARD, Colli (1998), *Dicionário Económico e Financeiro*, 10 e 20 volumes, Lisboa, Publicações D. Quixote.

CAIADO, António Campos Pires (1992), *Contabilidade Analítica – Um Instrumento de Gestão*, Rei dos Livros.

CENTRO, Hec-Isa (1993), *Strategor -Política Global da Empresa*. Lisboa, Publicações D. Quixote.

CHIAVENATO, I. (1998), *Gerenciando Pessoas*, Brasil, Dinternal.

CHIAVENATO, I.(1979), *Teoria Geral de Administração*, Brasil, McGraw-Hill.

FIGUEIREDO, Lopes de (1990), *Contrato de Sociedade por Quotas*, Coimbra, Editora Almedina.

MORRIS (1991), *Iniciando uma Pequena Empresa com Sucesso*. Lisboa, McGraw-Hill.

LOUSÃ, Aires et al (2010), *Contabilidade Geral e Analítica – Módulos 1,2,3,4 e 5*, Porto, Porto Editora.

PAIVA, Manuel (1990), *Dicionário da Empresa*. Porto, Rés-Editora, Lda.







Classificação e Aplicações Informáticas de Documentos Contabilísticos

Módulo 11

Apresentação

O desenvolvimento de meios informáticos aplicados à contabilidade e gestão tornou o processo de tomada de decisão mais seguro e eficaz para a própria empresa e na ligação da empresa a outras empresas, proporcionando oportunidades de financiamento e aplicações económico-financeiras.

Com o presente módulo pretende-se fornecer aos alunos conhecimentos sobre a Informática enquanto ferramenta de utilidade essencial para a atividade contabilística.

Objetivos de aprendizagem

- Manipular eficazmente ferramentas informáticas de apoio às diversas áreas da contabilidade;
- Criar empresas na base de dados de uma aplicação informática;
- Introduzir na aplicação informática todos os documentos contabilísticos, devidamente classificados;
- Elaborar e imprimir modelos de demonstrações financeiras;
- Comparar a situação económica e financeira de uma empresa com outras do mesmo sector.

Âmbito de conteúdos

1. Aplicação informática

1.1. Apresentação do *software*

1.2. Aplicação de contabilidade

2. Simulação da contabilidade de uma empresa

2.1. Criação de uma empresa na base de dados da aplicação informática

2.2. Classificação dos documentos contabilísticos a introduzir na aplicação

2.3. Introdução dos factos contabilísticos simulados

2.4. Impressão das demonstrações financeiras básicas constantes do POC

2.5. Análise da documentação obtida



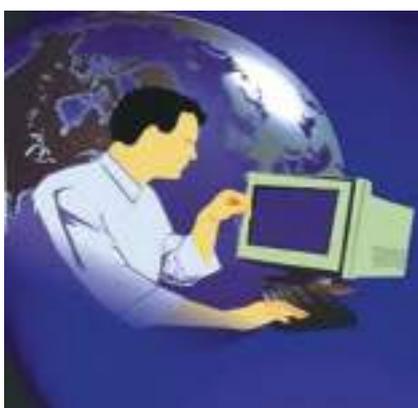
Introdução

A contabilidade é dentro das organizações o departamento que trata de traduzir em documentos normalizados e legíveis, a informação que os investidores, financiadores, Estado e outros analisam, para aferir da sua solvabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio de cada organização. Aos serviços do Estado estes documentos importam na medida em que, pela sua leitura e análise, podem determinar qual o grau de impostos a pagar pela empresa e ainda verificar se foram respeitados todos os deveres e obrigações legais.



No passado, a contabilidade representava dentro das organizações uma função burocrática muitas vezes desfasada da realidade da empresa. Ao assentar na produção de dados baseados em registos históricos, exigia a produção de inúmeros documentos de suporte e elevou a burocracia a um patamar insuportável dentro das empresas. A informação contabilística era então manuseada por processos pouco expeditos e muitas vezes manualmente. Traduzia-se quase sempre num trabalho moroso que exigia um número elevado de colaboradores nas áreas administrativas. A informação que disponibilizava surgia com um intervalo temporal que muitas vezes inviabilizava qualquer ação corretiva em tempo oportuno por parte dos decisores.

O grande desenvolvimento das tecnologias de informação e das aplicações informáticas para as áreas empresariais nos últimos anos provocou profundas alterações



nas estruturas empresariais. Otimizou-se todo o circuito de informação e foram em simultâneo eliminados muitos postos de trabalho em áreas não nucleares aos negócios, nomeadamente a área administrativa, gerando elevados ganhos de eficiência e produtividade.



Todos conhecemos o papel fundamental que a informática desempenha nos mais diversos domínios da comunicação.

O velho processo artesanal de escrituração foi substituído pelo mecânico e, ultimamente, pelo automático. Os livros de registo contabilístico tradicionais foram substituídos por folhas soltas e as pastas de arquivo pela memória do computador.

Assim, a informática, de um modo genérico, é de fundamental importância em todos os segmentos da sociedade. Em particular, a contabilidade é um segmento que necessita da informatização nos procedimentos dos seus diários, o que implica um investimento crescente das organizações, quer em software quer em hardware ligado à área da contabilidade.

A informática aplicada à contabilidade tem de acompanhar o ritmo das mudanças que estão a ocorrer em todas as entidades. As entidades fruto da globalização da economia, do progresso tecnológico, do desenvolvimento das comunicações e da relação entre os povos têm, permanentemente, de se apetrechar tecnologicamente. A mudança do ambiente externo implica mudanças na vida das entidades, implicando a sua modernização, pois a sua gestão é cada vez mais complexa.

O desenvolvimento da contabilidade está, nas últimas décadas, intimamente relacionado com a evolução da informática, na medida em que:

- o registo contabilístico das variações patrimoniais é efetuado através de sistemas informáticos que o torna muito mais rápido, preciso e eficiente, e ainda permite auxiliar na gestão e tomada de decisões pelas entidades;
- a informatização da contabilidade permite a redução de custos com consumíveis e o risco de sonegação da informação;
- o processo de armazenamento da informação é facilitado já que é possível guardar mais informação em menos espaço;
- a informatização valoriza o profissional da contabilidade que devido aos ganhos de produtividade pode preocupar-se com novas atividades que são do interesse da entidade;
- a utilização de meios informáticos permite a aproximação da entidade às organizações estatais, pela transferência de dados via Internet;
- a informática permite a atualização dos trabalhadores da área da contabilidade da entidade, a criatividade, a visão do futuro e a utilização de novas tecnologias.



Em suma, a informática é utilizada como uma moderna ferramenta de trabalho pelo que já não são toleráveis métodos antigos, lentos e obsoletos.

A contabilidade deve investir em mais meios informáticos para poder oferecer serviços mais rápidos, mais seguros, mais fiáveis, mais económicos, com maior produtividade, isto é, de melhor qualidade.

Hoje em dia a informação contabilística pode estar sempre atualizada e permite a tomada de decisões em tempo oportuno, com grande facilidade e rapidez.

Não admira pois que a informática seja atualmente um poderoso auxiliar da gestão empresarial nas suas vertentes mais relevantes, através da aplicação de programas que se prendem com as mais diversas



questões, tais como: faturação, processamento de salários, fichas de stocks, relevação contabilística e análise económica e financeira.

De realçar que a utilização destes programas pressupõe o respetivo conhecimento contabilístico e informático por parte dos seus utentes.

Acresce ainda que, em muitos dos países desenvolvidos, as declarações obrigatórias que as entidades têm de enviar às respetivas administrações fiscais, a sua apresentação é efetuada já de forma eletrónica (via Internet).

Neste módulo apresenta-se uma sugestão de proposta de trabalho para ser resolvida através do programa informática a ser adotado pela respetiva escola.



Trabalho contabilístico

A grande vantagem das aplicações de gestão em suporte informático, especificamente a de Contabilidade, está na velocidade do tratamento de dados e na rapidez de acesso aos mapas de gestão e conseqüentemente às respetivas análises.



As aplicações de gestão da contabilidade podem dar o seu contributo de uma forma eficiente e produtiva às organizações, pois são uma ferramenta de trabalho auxiliar muito poderosa. Permitem, como já referimos, por um lado aos empresários responder

aos compromissos legais e fiscais a que se obrigam e por outro, obter uma visão rigorosa da situação financeira da organização. Com o recurso a esta ferramenta de gestão é possível analisar a situação líquida da empresa, o prazo médio de recebimentos e pagamentos, o nível de stocks necessários ao modelo de negócio, os custos com pessoal, o valor dos fornecimentos e serviços externos, o valor dos resultados líquidos, o montante de impostos suportados e a pagar, entre outros indicadores.

O tratamento, classificação e informatização de documentos contabilísticos é parte integrante e obrigatória dos serviços de contabilidade. É efetuado com recurso a aplicações informáticas específicas, que contêm bases de dados, e serve posteriormente para a emissão de mapas, como balanços, demonstrações de resultados e avaliação dos resultados.

No fundo, o tratamento, classificação e informatização de documentos vai fornecer e ordenar a matéria-prima contabilística, que depois vai permitir efetuar análises acerca do desempenho de cada empresa.

O tratamento, classificação e informatização dos documentos nas contas correspondentes é essencial para que a empresa tenha a sua contabilidade sempre organizada e fácil de consultar.



Em traços gerais podemos afirmar que as ferramentas informáticas permitem:

- Criar e disponibilizar um conjunto de indicadores de gestão que retratem o desempenho operacional e que sejam atualizados frequentemente;
- Criar um painel de bordo com indicadores de liderança;
- Contribuir para a implementação de normas e processos de tomada de decisão pelos órgãos decisores;
- Evidenciar e relevar a realidade contabilística e patrimonial da sociedade;
- Elaborar orçamentos previsionais de atividade, controlar a sua execução, e validar os resultados e desvios observados.

Neste manual pretendemos evidenciar a sequência de ações eminentemente práticas que tocam os aspetos principais da aplicação e visam apostar claramente no *saber-fazer*, procurando auxiliar o utilizador na panóplia de opções disponíveis.

Antes de se proceder à relevação contabilística dos documentos, de acordo com o respetivo programa informático que se pretenda utilizar, é necessário proceder à execução de determinadas tarefas de organização e simplificação do trabalho.

Assim, o trabalho contabilístico pressupõe as seguintes tarefas:

- a. Tarefas a realizar durante o período de tributação.
- b. Tarefas a desenvolver no fim do período de tributação (final do ano).
- c. Declarações fiscais (se houver necessidade).

a. Tarefas mensais:

Separação de documentos - constituição de um dossier para cada tipo de documentos.

- *Dossier* de caixa: documentos relativos às entradas e saídas de caixa que são representadas pelos **recibos** e **faturas-recibo**.
- *Dossier* de fornecedores: documentos relativos às compras ou aquisições efetuadas a prazo relativas a existências ou fornecimentos e serviços e que são representados por **faturas**.
- *Dossier* de clientes: documentos relativos às vendas de existências de prestações de serviços efetuadas a prazo e que são representadas por **faturas**.
- *Dossier* de operações diversas: é um dossier residual onde se agrupam todos os documentos que não constam dos anteriores, tais como investimentos efetuados, alienação de investimentos, saques, aceites, reformas, etc.



Classificação dos documentos

Consiste na aposição em casa documento constante do *dossier* do código das contas a debitar e a creditar bem como da extensão da respetiva conta.

Revelação contabilística dos documentos

Os documentos são relevados no diário e por contas (razão) de acordo com o respetivo programa informático.

Balancete mensal

b. Tarefas a realizar no fim do período de tributação

- Regularização das contas
- Balancete retificado
- Apuramento dos resultados
- Balancete final
- Encerramento e reabertura das contas
- Modelos de demonstrações financeiras

Exemplos :

O Balanço e a Demonstração de Resultados

Como já sabemos, estes mapas estão direcionados para a análise da performance da empresa com o objetivo claro de proporcionar informação de valor e mensurável sobre a organização.

Facilitam a análise operacional e financeira da mesma e proporcionam assim elementos valiosos no apoio à tomada de decisão pela alta direção da empresa.

As áreas com mais instrumentos de informação são a financeira e a comercial. Estão disponíveis mapas sobre vendas parciais e acumulados, permitindo a comparação com anos anteriores. Estão igualmente disponíveis quadros com indicadores de carácter financeiro (rácios) que dão uma ideia objetiva da situação da empresa em termos patrimoniais, de produtividade e de eficiência. A leitura e análise destes rácios são um método eficaz de comparar a empresa com os seus concorrentes e o mercado. Assim, a em-



presa poderá confrontar os seus valores com a média do mercado e perceber qual a sua posição relativa. Convém evidenciar que este tipo de análise é muito utilizado pelo sistema financeiro para análise e aprovação de operações de financiamento. Este, além de utilizar os valores de referência do Banco Central para estes indicadores, constrói os seus próprios modelos.



Relativamente a este tema, o formador deverá perceber qual a apetência do seu público-alvo e tentar incutir no mesmo a necessidade de periodicamente observar estes mapas e indicadores económicos. Mesmo que os formandos não sejam entendidos na matéria (não financeiros) é possível transmitir este tipo de informação de forma a ser facilmente percebida.

c. Declarações fiscais

Efetuar, calcular, preencher e entregar todos os documentos necessários à administração fiscal nas datas pré-estabelecidas.

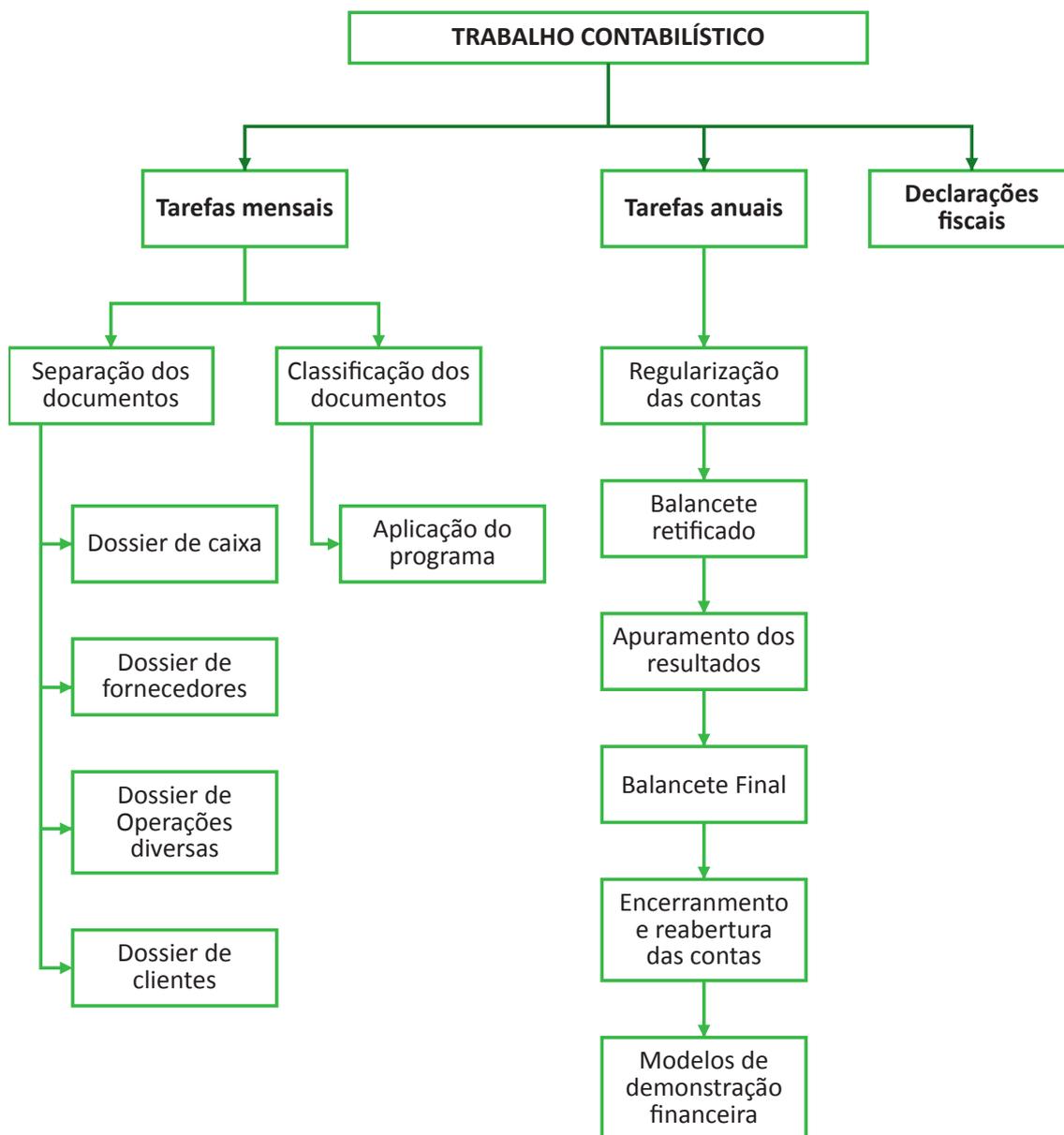
A contabilidade deve e pode ser muito mais útil às organizações, tratando-se mais do que o simples registo de dados para responder a obrigações legais. Se é certo que 95% do tempo gasto na aplicação é na execução dessas tarefas, essa parte do programa corresponde a uma parcela reduzida de todas as opções disponíveis.

Conclusões:

- Os programas informáticos constituem um precioso auxiliar de gestão económica e financeira das empresas.
- Atualmente, a relevação contabilística é efetuada através de programas informáticos.
- A separação e classificação dos documentos é fundamental para a respetiva relevação contabilística.
- No final do período de tributação é necessário efetuar determinadas tarefas que são essenciais para a apresentação das contas ao fisco.



Esquema-síntese



Proposta de trabalho

Em 2 de janeiro de 2012, constituiu-se a sociedade Pinto & Cruz, Lda., com o capital de 50 000,00 USD, repartido pelos dois sócios da seguinte forma (valores em dólares):

Américo Pinto	30 000,00
José Cruz	20 000,00

O sócio Américo Pinto realizou a sua quota integralmente transferindo o respetivo valor para a conta à ordem da sociedade no Banco A.

O sócio Joaquim Cruz realizou a sua quota transferindo para a sociedade os seguintes bens (valores em dólares):

4000 unidades da mercadoria “Beta” a 2,00 USD/cada	
Uma viatura de carga avaliada em	10 000,00
Dinheiro	2 000,00

A entidade que utiliza o sistema de inventário intermitente na contabilização na contabilização das existências realizou as seguintes operações (valores em dólares), sabendo que existem mercadorias em armazém no valor de 1 000 usd.

Dia 3 - Recibo nº 164 da Papelaria Papélia, Lda.: Documentação técnica 50,00 usd

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 5 - Fatura nº 235 de Tavares & Cunha, Lda.: 7000 unidades da mercadoria “Beta” a 2,00 USD/cada. Desconto de revenda de 5%.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões



Dia 7 - Recibo nº 58, da SóLimpa, Lda. Artigos de limpeza 30,00 usd.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 9 - Obtenção de um empréstimo no Banco A no valor de 120 000,00 USD, a pagar em 6 anos.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 11 - Fatura nº 368 da Sociedade Construções, SA de um imóvel para instalação da empresa 100 000,00 USD.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 14 - Fatura-recibo nº 1 para A. Pinto & Cª, Lda.: 2000 unidades da mercadoria “Beta” a 2,00 USD/cada.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões



Dia 16 - Fatura nº 2 para Castro & Lopes, Lda.: 3000 unidades da mercadoria “Alfa” a 5,00 USD/cada. Desconto de revenda de 5%.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 18 - Nota de crédito nº 1 para Castro & Lopes, Lda.: correção do desconto da fatura nº 2 que deveria ser de 10%.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 20 - Nota de débito nº 13 de Tavares & Cunha, Lda.: despesas de transporte, fatura nº 23, 40,00 USD.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 22 - Saque nº 1 sobre Castro & Lopes, Lda., no valor de 5 000,00 USD.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões



Dia 24 - Desconto do saque nº 1, no Banco A, tendo os juros e encargos somado 100,00 USD.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 26 - Aceite nº 1 a Tavares & Cunha, Lda, no valor de 2 000,00 USD.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

Dia 30 - Recibo de eletricidade 100,00 USD.

Contas debitadas	Extensões
Contas creditadas	Extensões

- Proceda à classificação dos documentos.
- Proceda ao tratamento informático dos documentos.
- Elabore o balancete mensal.



Bibliografia

BERNARD, Colli (1998), *Dicionário Económico e Financeiro*, 10 e 20 volumes, Lisboa, Publicações D. Quixote.

CAIADO, António Campos Pires (1992), *Contabilidade Analítica – Um Instrumento de Gestão*, Rei dos Livros.

CENTRO, Hec-Isa (1993), *Strategor -Política Global da Empresa*. Lisboa, Publicações D. Quixote.

CHIAVENATO, I. (1998), *Gerenciando Pessoas*, Brasil, Dinternal.

LOUSÃ, Aires et al (2011), *Contabilidade Geral e Analítica*, Porto, Porto Editora.

MORRIS (1991), *Iniciando uma Pequena Empresa com Sucesso*. Lisboa, McGraw- Hill.

PAIVA, Manuel (1990), *Dicionário da Empresa*. Porto, Rés-Editora, Lda.







Análise Económica e Financeira

Módulo 12

Apresentação

A análise económica e financeira baseia-se essencialmente em informações fornecidas pela contabilidade. Desta forma, neste módulo serão utilizadas diversificadas demonstrações financeiras como Balanços, Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções, Demonstração de Fluxos de Caixa e Anexo, como instrumentos de análise económico-financeira.

Far-se-á, igualmente, o estudo da rentabilidade, através do cálculo de rácios/indicadores, que permite medir os lucros ou excedentes e avaliar da sua grandeza ou adequabilidade com os meios de produção utilizados e com os objetivos sociais, visando apoiar as decisões de gestão.

Cabe ainda no âmbito deste módulo o estudo do valor de mercado das cotações das empresas, através do cálculo de rácios: *price earnings ratio*, *dividend yield* e *payout ratio*, que conduzirá inevitavelmente à análise da qualidade dos resultados, para sustentar a fiabilidade dos mesmos.

À análise financeira caberá o papel de colher todo um conjunto de informações que permitam formar um juízo adequado sobre a situação financeira da empresa, competindo-lhe, fundamentalmente, saber se a empresa dispõe dos meios financeiros suficientes e adequados às suas necessidades de funcionamento ou se tem possibilidade de os obter de forma a funcionar regularmente sem ter de depender de terceiros.

Os conhecimentos adquiridos até agora deverão ser resumidos num painel de gestão, onde se encontrarão os mais relevantes rácios/indicadores de natureza económico-financeira, propícios a um completo diagnóstico da evolução da empresa, perspetivando assim o seu futuro.

Objetivos de aprendizagem

- Preparar um Balanço para as diferentes perspetivas de análise;
- Analisar um Balanço como origem e aplicação de fundos;
- Interpretar uma Demonstração dos Resultados (DR);
- Interpretar uma Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC);
- Identificar as diversas formas de financiamento de uma empresa;



- Definir rentabilidade;
- Identificar os fatores que influenciam a rentabilidade de uma empresa;
- Identificar formas de melhorar a rentabilidade de uma empresa;
- Identificar os diversos tipos de rentabilidade; Definir o conceito de cash-flow;
- Relacionar cash-flow com autofinanciamento;
- Avaliar o desempenho dos rácios/ indicadores de rentabilidade da empresa;
- Avaliar o valor de mercado;
- Analisar a qualidade dos resultados;
- Aplicar os princípios contabilísticos;
- Definir situação de equilíbrio de uma estrutura financeira;
- Explicar o conceito de fundo de maneio;
- Calcular o fundo de maneio;
- Comparar solvabilidade e liquidez;
- Distinguir o equilíbrio financeiro de curto prazo do de médio/longo prazo;
- Definir os graus de dependência e independência financeira de uma empresa;
- Definir rcio e indicador;
- Calcular rácios/indicadores;
- Indicar as vantagens e as limitações dos rácios/indicadores;
- Identificar os rácios/ indicadores constituintes de um painel de gestão;
- Elaborar relatórios de gestão;
- Elaborar um painel de gestão;
- Calcular os rácios/ indicadores de um painel de gestão;
- Interpretar os rácios/ indicadores de um painel de gestão;
- Identificar a importância de um balanço social para uma empresa;
- Avaliar o desempenho dos rácios/indicadores da empresa;
- Analisar a qualidade dos resultados;
- Elaborar orçamentos e analisar os desvios.



Âmbito de conteúdos

1. A Função Financeira

- 1.1. Objetivos da Função Financeira
- 1.2. A Função Financeira e a Contabilidade
- 1.3. A Análise Financeira e o Valor

2. Métodos e técnicas de análise

- 2.1. Comparação de balanços sucessivos:
 - 2.1.1. Valores absolutos
 - 2.1.2. Percentagens
 - 2.1.3. Gráficos
 - 2.1.4. Números
 - 2.1.5. Índices
- 2.2. Método dos indicadores ou rácios:
 - 2.2.1. Fundo de maneo líquido
 - 2.2.2. Equilíbrio financeiro a curto prazo
 - 2.2.3. Equilíbrio financeiro a médio e longo prazo

3. Análise financeira com demonstração de resultados

- 3.1. Saldos intermédios de gestão
- 3.2. Cash-flow e autofinanciamento
- 3.3. Margem bruta
- 3.4. Custos operacionais variáveis
- 3.5. Custos fixos

4. Análise económica

- 4.1. Análise da rendibilidade da empresa

5. Elaboração de orçamentos

- 5.1. Sequência orçamental
- 5.2. Análise de desvios



A Função Financeira

A função financeira consiste na preparação, na tomada, na execução, na avaliação e no controlo das decisões financeiras da empresa. É uma das funções centrais da empresa e de qualquer organização.

Se considerarmos que a situação económica e financeira da empresa é um reflexo do seu nível de competitividade e da estabilidade dos mercados, podemos afirmar que a função financeira tem um papel primordial nos dias de hoje, pelo que se justifica o seu estudo de acordo com as perspetivas:

- De identificação do domínio de atuação da função financeira;
- De definição do objeto e da utilização das técnicas da análise económica e financeira para o estudo da empresa;
- Da abordagem da gestão financeira de curto e de médio e longo prazo.



Numa primeira fase, a **função financeira** tinha como principais tarefas efetuar os recebimentos e os pagamentos decorrentes da realização da sua atividade e a manutenção de um saldo de disponibilidades que permitisse o normal funcionamento da empresa. A função financeira estava relacionada com as tarefas do Tesoureiro. Com a dinamização da atividade económica e com as novas responsabilidades da empresa, surgem novas tarefas na função financeira, e que se encontram relacionadas com as decisões de investimento e de financiamento, ultrapassando, assim, o domínio das decisões operacionais. Entre essas tarefas destacamos:

- A inventariação das necessidades de recursos financeiros;
- A obtenção vantajosa de recursos financeiros;
- A aplicação racional dos recursos financeiros.

A conceção tradicional da função financeira relacionada com a gestão das disponibilidades ou da tesouraria transforma-se gradualmente numa conceção moderna e que se



traduz na participação da função financeira nas decisões de investimento, distribuição de resultados e na elaboração do plano de médio e longo prazo da empresa e no controlo da rendibilidade das aplicações de fundos.

Para alcançar os seus objetivos, a função financeira reparte as suas tarefas pela Análise económica e financeira e pela Gestão Financeira.

Análise económica e financeira

Esta disciplina compreende um conjunto de técnicas que visam o estudo da situação económica e financeira da empresa através da análise de documentos contabilísticos (o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Mapa de origens e aplicações de fundos) e visa dotar os responsáveis da organização e outras entidades de informação económica e financeira adequada para a tomada de decisões.



A análise económica e financeira é a responsável:

- Pelo estudo da situação económica (estrutura de ativos, composição da conta de resultados, análise da eficiência económica, rendibilidades e risco económico) e da estrutura financeira (relação capitais próprios e capitais alheios, situação da tesouraria e da liquidez, equilíbrio financeiro e risco financeiro) e demais informações sobre a atividade, competitividade e estratégia da empresa.
- Pela apreciação crítica da função financeira, nomeadamente determinar o montante do valor criado para os acionistas numa análise histórica e, também, previsional e, ainda, explicar a situação que originou ou não a criação de valor da empresa de forma a aferir da sua capacidade competitiva e servir de base á formulação de uma estratégia futura.

Gestão financeira

Esta disciplina gere as tarefas que integram a função financeira. Ela abrangerá, essencialmente, um conjunto de técnicas que visam a melhoria das decisões financeiras a tomar, de forma a levar a cabo, eficazmente, os objetivos da função financeira.



Objetivos da função financeira

Podemos referir que a função financeira prossegue, entre outros, os seguintes objetivos:

Globais

- Criar valor para os acionistas/sócios;
- Maximizar o valor da empresa.

Específicos

- Avaliar as decisões de investimento em função da rentabilidade esperada e dos riscos económico e financeiro;
- Dotar a empresa com estrutura de capitais adequada;
- Promover a obtenção e a aplicação dos recursos financeiros nas condições mais vantajosas;
- Avaliar e controlar as decisões de investimentos em função da rentabilidade esperada e dos riscos económico e financeiro;
- Estabelecer formas de remuneração dos capitais próprios: dividendos ou distribuição de resultados;
- Definir as políticas de crescimento dos dividendos;
- Prever as necessidades ou excedentes de tesouraria (orçamento de tesouraria) e o seu financiamento ou aplicação, em condições vantajosas (orçamento financeiro);
- Eliminar ou reduzir o risco financeiro através de instrumentos designados por ativos financeiros derivados.

A Função Financeira e a Contabilidade

A análise económica e financeira manipula variáveis económicas e financeiras registadas pela Contabilidade por forma a que os gestores maximizem os objetivos da empresa e respondam a determinadas questões que se colocam no dia-a-dia da empresa, tais como:

- A empresa está endividada?
- Qual o grau de dependência financeira?



- Que investimentos a realizar e como financiá-los?
- Qual a rentabilidade das vendas?
- Qual o valor do fundo de maneio e o valor do rácio de liquidez?

São estas e outras questões que a análise económica e financeira tenta responder, com o objetivo de diagnosticar a situação da empresa. Este diagnóstico diz-se económico uma vez que apura e analisa o VAB, a produtividade, a rentabilidade e os resultados gerados. Por sua vez, designa-se por financeiro porque determina e analisa a liquidez e a solvabilidade do património e, ainda, mede a capacidade de a empresa responder aos seus compromissos a curto prazo.

A informação a obter da Contabilidade distribui-se por vários domínios, que podemos sintetizar em:

- **Contabilidade geral ou financeira**, que nos fornece dados sobre as rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados;
- **Contabilidade analítica de exploração**, que nos fornece dados sobre os custos dos produtos e das secções e permite apurar os desvios entre o que foi orçamentado e o real.



A prática contabilística vai ser útil para a Análise económica e financeira e para a Gestão financeira. A Contabilidade, como sistema de informação, pretende ser rigorosa, objetiva e facilmente verificável por entidades externas, pelo que está a sujeita a regras. Estas são materializadas

na existência de princípios e normas contabilísticas que são fundamentais para a execução do trabalho contabilístico e, ainda, para a análise económica e financeira entre empresas.

A função financeira tradicional era uma atividade orientada para a gestão do fundo de maneio e, em particular, para a gestão da tesouraria. A função financeira desenrolava-se num espaço restrito, muito ligado ao ambiente tarefa (bancos, fornecedores, clientes e concorrentes).



Contudo, com a internacionalização da economia, o desenvolvimento dos mercados financeiros, das comunicações e da Internet, alargaram-se os horizontes da empresa, e, em particular, da função financeira. As informações que a empresa necessita não se podem circunscrever ao mercado interno e ao ambiente tarefa. Há um alargamento do espaço em aspetos quantitativos e qualitativos, pelo que o gestor financeiro se sente obrigado a recolher outros tipos de informação. A informação sobre o meio político, social e económico passou a constituir um elemento decisivo para o desempenho das tarefas por parte do gestor financeiro, nomeadamente sobre:

- A evolução dos mercados e do sector onde a empresa está inserida.
- A situação macroeconómica nacional e internacional.
- A política económica do governo.
- A Bolsa e Bancos.
- A Economia Internacional.

A Análise Financeira e o Valor

A análise financeira tradicional debruça-se fundamentalmente sobre os aspetos financeiros da empresa. Atualmente, tem surgido uma nova metodologia de análise financeira que tem em conta o meio e o sector onde a empresa está inserida, com a finalidade de analisar a atratividade da atividade e a posição concorrencial da empresa, de modo a identificar as vantagens competitivas e as perspetivas futuras da empresa como fatores determinantes no processo de criação de valor.



A situação económico-financeira da empresa é o reflexo não só das estratégias desenvolvidas da segmentação e da penetração nos mercados, redução de custos, ou qualidade do produto, como também da competitividade económica que a empresa possui no mercado.



Compete à análise económica e financeira não só medir a rentabilidade, a liquidez e a solvabilidade mas também medir a sua atratividade, identificar as vantagens, o risco do negócio da atividade e verificar se a empresa cria valor para os seus acionistas numa perspetiva histórica e previsional. Deve ainda explicar o processo de criação de valor.

Proposta de trabalho nº 1

1. Diga o que entende por função financeira de uma empresa.
2. Indique as principais tarefas que são atribuídas à função financeira.
3. Descreva a evolução que sofreu a função financeira ao longo dos últimos anos.
4. Quais as responsabilidades de uma análise económica e financeira?
5. Por que razão é que o objetivo “maximização dos lucros” é agora substituído pelo objetivo “maximização do valor da empresa”.
6. Enumere alguns dos limites que a função financeira pode apresentar.



Métodos e técnicas de análise

A análise económica e financeira é um processo contínuo que tem por finalidade avaliar a situação patrimonial da empresa no tempo e no espaço, e utiliza um conjunto de técnicas que baseiam na atividade extracontabilística (capacidade e espírito profissional dos dirigentes, situação conjuntural do país, imagem da empresa, nível de competitividade, características do mercado, viabilidade económica dos seus produtos...) e nos documentos contabilísticos que resumem um conjunto alargado de informações económico-financeiras.

Documentos contabilísticos de base:

- O Balanço;
- A Demonstração dos resultados líquidos;
- O Mapa de origens e aplicações de fundos;
- A Demonstração dos fluxos de caixa ou Mapa de fluxos monetários.



O Balanço

O Balanço, na perspetiva contabilística, expressa a situação patrimonial da empresa, a situação económica e financeira derivada dos fluxos económicos, dos fluxos financeiros induzidos e dos fluxos financeiros autónomos, numa determinada data. Tem por base critérios de legalidade. É o mapa financeiro mais importante e engloba as contas das classes 1 a 5 e, ainda, a conta 8.8. – Resultados líquidos do exercício.



Ativo = Capital Próprio + Passivo

À igualdade anterior chama-se **Balanço**, que traduz simultaneamente três ideias fundamentais:

- A comparação entre o Ativo e o Passivo, evidenciando o Capital próprio;
- Um conjunto de contas, com valores de sinal contrário, em equilíbrio;
- Um mapa ou documento em que se representa aquela comparação e o equilíbrio das contas.

O Balanço é elaborado com o objetivo de revelar a estrutura económica e financeira da empresa em determinado momento e constitui uma fonte de informação fundamental não só para a própria empresa mas também para aqueles que estejam direta ou indiretamente ligados a ela, com o é o caso dos obrigacionistas, dos sócios, dos fornecedores, do Estado e do público em geral.

Na análise do Balanço há que distinguir dois tipos de abordagens:

1 - Análise Patrimonial

É uma abordagem tradicional qua analisa o Balanço sobretudo segundo a ótica jurídica. O Balanço é um mapa que compara o Ativo (direitos de propriedade e créditos) com o Passivo (obrigações e deveres) evidenciando o Capital próprio.

O balanço patrimonial serve para analisar a liquidez da empresa, pelo que as rubricas do Ativo são ordenadas por grau de liquidez e o Passivo segundo o grau de exigibilidade. O balanço é um mapa de origem e aplicações de fundos.

- **Aplicações de Fundos**

- **Ativo fixo**

- **Ativo Circulante**

- Existências;
 - Dívidas de terceiros a m/l prazos;
 - Dívidas de terceiros a curto prazo;
 - Títulos negociáveis;
 - Depósitos bancários e Caixa;
 - Acréscimo e diferimentos.



- **Origens de Fundos**

Capitais permanentes

Capital próprio e Débitos a m/l prazo.

Passivo circulante

Débitos a c/prazo, Acréscimos e diferimentos.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante Financeiro	Passivo Circulante Financeiro
Ativo Circulante Operacional	Passivo Circulante Operacional
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante

2 - Análise Funcional

É uma abordagem moderna que tem como principal característica a associação dos movimentos e origens de fundos aos ciclos financeiros da empresa, pelo que o Balanço da empresa coloca a ênfase na automização dos ciclos:

- Ciclo de exploração
- Ciclo de investimento
- Ciclo de operações financeiras
- Ciclo de operações de capital
- Ciclo de aplicações de tesouraria

O Balanço funcional resulta de um conjunto de correções a efetuar no Balanço contabilístico, agregando as contas numa perspetiva financeira, o que permite pôr em evidência a estrutura financeira de uma empresa, e apresenta a seguinte estrutura:



CICLOS		APLICAÇÕES	RECURSOS
Operações de Investimento	→	De Investimento (ativo fixo)	Próprios e Alheios estáveis
Operações de exploração	→	Necessidades Cíclicas	Recursos Cíclicos
Operações de tesouraria	→	Tesouraria ativa	Tesouraria passiva

O balanço funcional é elaborado atendendo à natureza das rubricas e das informações extracontabilísticas necessárias para uma boa análise económica e financeira.

O balanço funcional permite assinalar os desequilíbrios fundamentais entre o financiamento e as aplicações e determinar o fundo de maneo, as necessidades de fundo de maneo e a tesouraria líquida.

O **Ciclo de Investimento** refere-se ao conjunto de decisões e de ações relacionadas com a análise e seleção de investimentos ou desinvestimentos. O resultado destas atividades na empresa é o Volume de Imobilizações com que a empresa funciona.

O **Ciclo de Exploração** corresponde às atividades de exploração do negócio da empresa, portanto, aprovisionamento, produção e comercialização.

O **Ciclo de Operações Financeiras** corresponde ao conjunto de ações conducentes à obtenção de fundos necessários aos investimentos e às necessidades de financiamento do ciclo de exploração.



Exemplo de um Balanço Funcional:

	BALANÇO FUNCIONAL	200	200.....
1	Capital Próprio		
2	Cap. Alheio Estável		
3	Capitais Permanentes (1+2)		
4	Activo Fixo		
5	FUNDO DE MANEIO (3-4)		
6	Clientes		
7	Existências		
8	Adiantamentos a Fomecedores		
9	Estado e SPEst (A receber)		
10	Outros Devedores de Exploração		
11	NECESSIDADES CÍCLICAS (6 + 7 + 8 + 9 + 10)		
12	Fornecedores		
13	adiantamentos de Clientes		
14	Estado e SPEst (a pagar)		
15	Outros Credores de Exploração		
16	RECURSOS CÍCLICOS (12 + 13 + 14 + 15)		
17	NECESSIDADES DE FUNDO DE MANEIO (11-16)		
18	TESOURARIA LÍQUIDA (5 - 17)		

- **Ativo Fixo** – Ativos com permanência prevista na empresa superior a um ano e que lhe pertencem juridicamente e os bens em regime de *leasing*. Abrange os seguintes elementos patrimoniais:
 - **Imobilizações incorpóreas;**
 - **Imobilizações corpóreas;**
 - **Imobilizações financeiras;**
 - **Dívidas de terceiros a m/l prazo resultantes de decisões estratégicas ou financeiras (Ex: adiantamentos a fornecedores de imobilizado e dívidas de empresas do grupo associadas e participantes).** Não são incluídas as dívidas resultantes de decisões ligadas á exploração. Deverão deduzir-se as provisões referentes a estes débitos.

Evidencia o valor líquido, pelo que se deve deduzir às contas 41,42 e 43 o montante das amortizações acumuladas, registadas na conta 48.



- **Acréscimo e diferimentos a mais de um ano.** Correspondem aos valores contabilizados nas contas 271 e 272 que tenham carácter de permanência.

(Ex.: custos plurienais)

As obrigações e os títulos de participação na própria empresa devem ser deduzidos ao Ativo fixo e às contas de empréstimos que figuram no Passivo, visto que na abordagem funcional não são consideradas nem aplicação nem origem de fundos.

- **Necessidades cíclicas** – Engloba as contas relacionadas com operações do ciclo de exploração e que necessitam de financiamento. Representam investimentos com carácter de permanência dependentes da gestão operacional.

- Existências

Inclui as existências relacionadas com a exploração deduzidas das provisões para depreciação. O montante final deverá ser corrigido se existirem excedentes para além do necessário à normal atividade, e que constituem aprovisionamentos estratégicos. Estas existências extranormais são incluídas no Ativo fixo. Os adiantamentos de compras não devem ser considerados.

- Adiantamentos a fornecedores

Inclui os adiantamentos por conta de compras e adiantamentos a fornecedores, exceto aqueles resultantes de aprovisionamentos estratégicos, quem devem ser adicionados ao Ativo fixo. A não inclusão em existências, permite uma análise mais adequada da rotação das existências e do prazo médio de pagamento.

- Clientes

Inclui as contas Clientes - c/c, Clientes – letras a receber e Clientes de cobranças duvidosas. Deverão ser deduzidas as provisões para cobranças duvidosas que tenham sido constituídas para a cobertura dos créditos de cobrança incerta ou difícil.

Inclui, ainda, as letras a receber descontadas e não vencidas e que serão adicionadas à tesouraria passiva como empréstimos bancários a curto prazo.



- **Outras dívidas** – Valores a recuperar do estado, saldos a receber do pessoal ou de outros devedores que estejam relacionados com a atividade da empresa;

- **Acréscimos e diferimentos** – Engloba os acréscimos de proveitos e os custos diferidos que estejam diretamente relacionados com a exploração (Ex.: rendas adiantadas, seguros antecipados).

- **Tesouraria ativa** – Abrange os ativos líquidos da empresa não considerados fixos nem cíclicos:
 - Os depósitos bancários, a caixa e os títulos negociáveis;
 - Os acréscimos e diferimentos ativos e os outros devedores não incluídos no Ativo fixo e nas necessidades cíclicas;
 - As dívidas a receber a curto prazo alheias à exploração (contas de acionistas e obrigacionistas).

Excluem-se as disponibilidades mínimas consideradas como necessidades financeiras e as disponibilidades assimiladas a aplicações financeiras com carácter de permanência a englobar no Ativo fixo.

- **Recursos próprios** – Inclui os recursos próprios da empresa: Capital próprio contabilístico, empréstimos de sócios ou acionistas e empréstimos por títulos de participação, as obrigações conversíveis e parte das provisões.

Para efeitos de análise económica e financeira, o seu montante deve ser corrigido pela redução do capital subscrito e não realizado e pelo acréscimo de suprimentos de sócios ou outros valores passivos que não sejam exigíveis.

- **Recursos alheios estáveis** – Inclui as dívidas de médio e longo prazo e as de curto prazo que tenham tendência para se manterem estáveis. Trata-se de um financiamento de curto prazo renovável. Não se incluem nesta rubrica as dívidas que resultam do ciclo de exploração e que serão adicionadas aos recursos cíclicos.
- **Recursos cíclicos** – Inclui as dívidas a terceiros de curto prazo relacionadas com o ciclo de exploração: adiantamento de clientes, fornecedores, estado, outros credores de explora-



ção (dívidas a sindicatos, consultores...) e alguns diferimentos, tais como remunerações a liquidar, seguros e rendas de instalações. As dívidas em mora e os passivos de curto prazo alheios às operações normais da empresa e relacionadas com operações financeiras (Ex.: Empréstimos bancários) deverão ser consideradas como tesouraria passiva.

- **Tesouraria passiva** – Engloba as dívidas de curto prazo que resultem de decisões de financiamento (empréstimos bancários, etc...), os acréscimos e diferimentos passivos (exceto os de exploração), os recursos cíclicos em mora e o valor das letras descontadas e não vencidas.

APLICAÇÕES DE FUNDOS		CRIQENS DE FUNDOS	
ATIVO FIXO	IMOBILIZADO	CAPITAIS PERMANENTES	CAPITAL PRÓPRIO
	DÍVIDAS DE TERCEIROS M. L. PRAZO		DÍVIDAS A TERCEIROS M. L. PRAZO
ATIVO CIRCULANTE	RESTANTES COMPONENTES DO ACTIVO	PASSIVO CIRCULANTE	RESTANTES COMPONENTES DO PASSIVO

Como já referimos o Balanço contabilístico é um documento importante para a análise financeira, contudo, é conveniente que o Ativo, tal como o Passivo, sejam reordenados, em função do seu grau de liquidez e de exigibilidade, respetivamente. Em termos de análise económica e financeira, o Balanço contabilístico tem de ser transformado no Balanço funcional e de seguida no Balanço Financeiro, devido ao facto de apresentar algumas limitações em termos de análise.

Balanço Financeiro

O Balanço funcional foi elaborado com base no Balanço contabilístico de forma a proporcionar uma análise económica e financeira, mas, nalguns casos, é necessário proceder a correções. Se não foram feitas anteriormente, têm de ser realizadas para obter o Balanço financeiro em rubricas como:

- Desconto bancário de letras – valor a adicionar aos clientes c/c e à tesouraria passiva.



- Provisões para outros riscos e encargos – devem ser adicionadas a dívidas a curto prazo.
- Subsídio de investimentos – valor a adicionar ao Capital próprio e a reduzir aos acréscimos e diferimentos.
- Prémios de reembolso de obrigações – devem ser subtraídos aos empréstimos obrigacionistas.
- Capital subscrito e não realizado – deve ser subtraído ao Capital próprio.

Todas estas correções visam dar à realidade expressa no Balanço contabilístico um significado financeiro que facilite a análise económica e financeira.

Balanço de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade:

Ativo Fixo	Imobilizações	Técnicas	Afectas à Exploração	Capitais Permanentes	Capitais Próprios	Capital Social Reservas Prejuízos Lucros
		Financeiras	Outros valores imobilizados			A médio Longo prazo
Ativo Circulantes	Existências	Mercad., Mater., Produtos		Capitais não Permanentes	Capitais Alheios	A curto prazo
	Realizável a Curto prazo	Clientes, Adiantamentos a Fornec., empréstim. até 1 ano, depósitos c/ pré aviso				
	Disponível	Caixa, depósitos à ordem				

O Balanço pode ser analisado através de:

- Balanços sucessivos
- Rácios de endividamentos e da estrutura financeira



Balanço para efeitos de análise económico-financeira

Exemplo: Análise gráfica do Balanço

(valores em USD)

Rubricas do Balanço	Ano n-1		Ano n	
	Valor	%	Valor	% (calcular)
Ativo				
Imobiliz. Líquido	89 000,00	29,97	68 000,00	22,74
Existências	68 000,00	22,90	82 000,00	27,42
Créditos c/ prazo	125 000,00	42,08	143 000,00	47,83
Disponibilidades	15 000,00	5,05	6 000,00	2,01
Total	297 000,00	100,00	299 000,00	100,00
CP + Passivo				
Capital	100 000,00	33,66	100 000,00	33,44
Reservas	20 000,00	6,73	24 360,00	8,15
Dív a terc m/l prz	122 500,00	41,25	114 290,00	38,22
Dív a terc c/ prz	54 500,00	18,35	60 350,00	20,18
Total	297 000,00	100,00	299 000,00	100,00

Exercício n-1		Exercício n (calcular)	
Imobiliz Liq 29,97%	Capital +	Imobiliz Liq 22,74%	Capital +
Existências 22,9%	Reservas 40,4%	Existências 27,42%	Reservas 41,59%
Cred. c/ prazo 42,08%	Dividas a terc m/l prazo 41,25%	Cred. c/ prazo 47,83%	Dividas a terc m/l prazo 38,22%
Disponib. 5,05%	Dividas a terc c/ prazo 18,35%	Disponib. 2,01%	Dividas a terc c/ prazo 20,18%

Da análise gráfica dos balanços em dois exercícios consecutivos pode-se concluir:

- As percentagens das rubricas componentes dos 1.º e 2.º membros somam 100%.



- As componentes do ativo circulante devem superar o exigível a curto prazo, para que a empresa apresente uma sã estrutura patrimonial.

A Demonstração de Resultados

As contas incluídas nas oito primeiras classes do Plano de Contas são de dois tipos: contas do Balanço e contas de resultados.

As contas do **Ativo, Passivo e Capital próprio** são contas do Balanço.

A Demonstração dos resultados líquidos abrange as contas das classes 6 – Custos, 7 – Proveitos e 8 – Resultados, e é um documento complementar do Balanço. Enquanto que este nos dá uma imagem da situação financeira da empresa em termos de liquidez, de solvabilidade, de dependência financeira e de fundo de maneiio, a Demonstração dos resultados evidencia a formação dos resultados líquidos da empresa durante um exercício económico.

A conta Resultados líquidos do exercício, é, simultaneamente, uma conta do Balanço e uma conta de resultados, e corresponde ao resultado algébrico de várias contas de resultados, sendo movimentada no final do exercício pela transferência das extensões das contas subsidiárias.

As contas das classes 6 e 7 são vulgarmente designadas por contas de gestão, precisamente por serem uma fonte de informações importante para o funcionamento da atividade normal da empresa.

As demonstrações de carácter económico têm por finalidade evidenciar os resultados obtidos pela empresa. Os resultados são expressos segundo duas perspetivas:

- **Natureza dos custos e dos proveitos:** demonstração dos resultados por natureza;
- **Afetação funcional dos custos e proveitos:** demonstração dos resultados por funções.

Demonstração de Resultados	
<ul style="list-style-type: none"> • Custos <p style="text-align: center;">por natureza</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proveitos <p style="text-align: center;">por natureza</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Resultado Líquido 	



No estudo económico-financeiro do Balanço, da Demonstração dos resultados e de outros documentos contabilísticos utilizam-se, então, métodos e técnicas de análise.

Esse estudo basear-se-á nos seguintes:

- **Comparação de demonstrações financeiras sucessivas**
 - Em valores absolutos
 - Em percentagens
 - Em números índices
 - Por análise gráfica
- **Indicadores e rácios**

Método dos indicadores ou rácios

Um método que permite estudar a evolução da situação económica e financeira da empresa consiste em estabelecer relações entre os dados fornecidos pelo Balanço e outros documentos contabilísticos após a sua preparação para análise. Estas relações designam-se por rácios e a sua análise permite o estudo e a evolução da situação económica e financeira da empresa e tirar conclusões sobre a sua gestão. Essa relação pode ser expressa sob a forma de quociente ou percentagem.

Noção

Relação entre duas grandezas correlacionadas e típicas da situação, da atividade ou do rendimento, efetivo ou orçamental, de uma empresa real, ideal ou de uma média de empresas representativas de um setor ou segmento de atividade.

A sua utilização depende dos objetivos da análise, da natureza dos fenómenos que se pretende revelar ou medir e das fontes de informação que se utilizam.

Limitação dos rácios

Os rácios apresentam, entre outras, as seguintes limitações:

- Relacionam dados quantitativos e não consideram fatores qualitativos.
- Não existe definição normalizada de cada rácio e varia com o analista.
- São influenciados pela sazonalidade da atividade e os seus montantes dependem dos critérios de amortizações e de valorimetria...



- São permeáveis pela inflação.
- A sua interpretação está condicionada pelo sector e pela conjuntura económica.
- O rácio, individualmente, apresenta pouco interesse.
- Podem falsear comparações quer com rácios de empresas similares quer com rácios sectoriais, se têm por base diferentes práticas contabilísticas.

Classificação dos rácios

Existem diversas classificações que são definidas em função da natureza das grandezas que entram na composição dos rácios ou do sentido que se lhes atribui:

- **Rácios financeiros;**
- **Rácios económicos;**
- **Rácios económico-financeiros;**
- **Rácios de funcionamento ou atividade;**
- **Rácios técnicos;**
- **Rácios de mercado.**

- **Rácios financeiros**

Relacionam as diversas massas patrimoniais constantes do Balanço, em termos financeiros.

Exemplos:

- Estrutura de capitais: Capitais alheios/Capitais próprios
- Autonomia financeira: Capitais/Ativo
- Solvabilidade: Capitais próprios/Passivo total

- **Rácios económicos**

Têm por base grandezas constantes na Demonstração de resultados, abordando aspetos como as margens de rendibilidade, a estrutura de custos e a capacidade de autofinanciamento.

Exemplos:

- Rendibilidade operacional das vendas: Resultados operacionais/Vendas
- Rendibilidade das vendas: Resultados líquidos/Vendas



- **Rácios económico-financeiros**

Expressam relações económico-financeiras, e são construídos a partir de grandezas do Balanço e da Demonstração de resultados.

Exemplo:

- Rendibilidade dos capitais próprios: $\text{Resultados líquidos} / \text{Capitais próprios}$

- **Rácios de funcionamento ou de atividade**

Avaliam a eficiência com que a empresa está a gerir os ativos que possui quer sejam imobilizados quer sejam circulantes. São sensíveis à natureza da atividade prosseguida pela empresa.

Exemplos:

- Rotação do ativo: $\text{Vendas} / \text{Ativo}$
- Prazo médio de recebimento: $\text{Clientes} \times 365 / \text{Vendas}$
- Prazo médio de armazenamento: $\text{Existências} \times 365 / \text{Custo das vendas}$
- Prazo médio de pagamento: $\text{Fornecedores} \times 365 / \text{Compras}$

- **Rácios técnicos**

Exprimem os aspetos ligados à produção e à atividade em geral. São habitualmente expressos em unidades físicas ou comparam unidades económico-financeiras com unidades físicas.

Exemplo:

- Produtividade: $\text{Atividades} / \text{Meios}$ ou $\text{Produção} / \text{Ordenados}$

- **Rácios de mercado**

Permitem aferir os sinais dados pelos mercados de capitais, através da avaliação bolsista, e comparar a avaliação da empresa com recurso a diferentes técnicas de análise com avaliação bolsista.

Relacionam as grandezas do Balanço ou da Demonstração dos resultados com as cotações das ações das empresas em bolsa, permitindo uma recolha de informações a todos aqueles que estejam interessados em investir no mercado de capitais.



Exemplo:

$$\text{Preço-lucro por ação (PER)} = \frac{\text{Preço de mercado}}{\text{Resultado p/ação}}$$

Relaciona o preço de cotação de cada ação e os resultados por ação. Fornece a informação do preço que os investidores estão dispostos a pagar por cada unidade monetária de lucro.

- **Outros rúcios**

$$\text{Rúcio de solvabilidade} = \frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Capitais alheios}}$$

É um bom indicador para os credores avaliarem o risco de eventuais operações com a empresa e, expressa a capacidade da empresa para solver os seus compromissos na data do seu vencimento.

$$\text{Rúcio de Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Ativo Líquido}}$$

Compara o capital próprio com o total das aplicações de fundos.

O rúcio da autonomia financeira é um fator de grande importância na análise e na contratação de operações de financiamento e é um elemento importante na avaliação do risco financeiro e global da empresa. Quando o valor do rúcio é elevado, a empresa tem garantida a sua independência e o seu risco é reduzido. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores.

$$\text{Rúcio de endividamento} = \frac{\text{Capitais alheios}}{\text{Ativo Líquido}}$$

Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da empresa.



Fundo de Maneio

Uma vez apresentados os documentos contabilísticos e a sua preparação para a análise, podemos interpretar o equilíbrio financeiro, relacionando os recursos definidos com as aplicações de fundos.

O equilíbrio financeiro pode ser estudado segundo:

- **A análise patrimonial ou tradicional**

Esta análise tem por objetivo detetar a capacidade que a empresa tem de satisfazer as suas obrigações de pagamento das datas exigíveis e que se encontram registadas no Balanço. Esta análise permite-nos ajuizar se a estrutura está equilibrada, visto que a empresa terá de liquidar as origens de fundos que se vão tornando exigíveis com as aplicações de fundos que se vão tornando disponíveis.

- **A análise funcional**

Esta análise baseia-se no Balanço funcional e no ciclo financeiro da atividade da empresa. As necessidades de financiamento do ciclo de exploração, os recursos cíclicos que lhe podem fazer face, o fundo de maneio e a tesouraria líquida são alguns dos temas a abordar.

Na análise tradicional considera que o equilíbrio financeiro é alcançado sempre que o Ativo circulante é superior ao Passivo de curto prazo.

Ativo circulante > Passivo circulante

ou

Ativo circulante – Passivo circulante > 0

A diferença entre o Ativo circulante e o Passivo circulante designa-se por Fundo de Maneio Patrimonial, que tem um significado diferente do Fundo de Maneio calculado na análise funcional.



O Fundo de Maneio Patrimonial (FMP) pode ser calculado por:

Ótica da liquidez

$$\text{FMP} = \text{Ativo circulante} - \text{Passivo circulante}$$

Ótica estrutural

$$\text{FMP} = \text{Capitais permanentes} - \text{Ativo fixo}$$

Não haverá equilíbrio financeiro se a empresa tiver mais obrigações a curto prazo do que bens e direitos a receber a curto prazo, ou seja, quando:

$$\text{Passivo} - \text{Ativo circulante} > 0$$

Nestas condições a empresa tem capitais exigíveis a curto prazo a financiarem elementos patrimoniais do Ativo fixo, cuja capacidade de gerarem dinheiro é lenta, exceto em caso de alienação.

Qual o valor ideal para o Fundo de maneio?

O fundo de maneio é uma margem de segurança para que a empresa possa fazer face aos seus compromissos a curto prazo.

Porque é que se considera a situação de equilíbrio:

$$\text{Ativo circulante} - \text{Passivo circulante} > 0$$

E não:

$$\text{Ativo circulante} - \text{Passivo circulante} = 0$$

Segundo a regra de equilíbrio financeiro mínimo:

Os capitais utilizados pela empresa para financiar uma imobilização, um *stock* ou qualquer outro ativo devem ficar à disposição da empresa durante um prazo que corresponda pelo menos à duração do valor ativo adquirido com esses capitais.

O cumprimento desta regra pode não ser o suficiente, porque para muitas empresas verifica-se que não basta a igualdade entre o Ativo circulante e o Passivo circulante.



É necessário que o Ativo circulante exceda o Exigível a curto prazo, pois é possível existirem naqueles valores cuja rotação é lenta e aleatória e em que o seu baixo grau de liquidez não permite fazer face às dívidas de curto prazo. Por sua vez, os valores do Passivo circulante têm um prazo certo que deve ser cumprido e os valores a cobrar dos clientes podem ser realizados nos prazos previstos.

É necessário então que o fundo de maneiço exceda o valor das dívidas a curto prazo, constituindo assim uma margem de segurança. Contudo, há atividades em que o fundo de maneiço é negativo e não origina problemas na exploração (Ex.: os supermercados recebem a pronto e pagam a prazo).

Geralmente, quando o fundo de maneiço é negativo, nulo ou de um valor positivo baixo, pode tornar-se insuficiente para fazer face aos compromissos a curto prazo.

Um fundo de maneiço em excesso é prejudicial, visto que origina custos de exploração para a empresa. Assim, do ponto de vista da empresa, o fundo de maneiço deve ser o mínimo possível. Uma boa gestão do fundo de maneiço implica o seguinte:

- As disponibilidades devem ter um valor reduzido;
- A cobrança de dívidas deve ser rápida;
- As existências devem estar sujeitas a uma gestão eficiente e conduzir a um montante de *stocks* reduzidos sem provocar rutura na atividade;
- O alargamento do prazo médio de pagamento a fornecedores sem pôr em causa a imagem da empresa.

Tendo em conta estes parâmetros, o fundo de maneiço pode, ainda, calcular-se de modo a evidenciar a importância de cada uma das componentes:

$$\text{FMP} = (\text{Ativo circulante} - \text{Existências}) - \text{Passivo circulante}$$

$$\text{FMP} = \text{Disponibilidades} - \text{Passivo circulante}$$

A regra de equilíbrio financeiro visa fundamentalmente defender os interesses dos credores a curto prazo. Na ótica dos credores, o ideal seria a empresa ter ativos de c/p muito superiores aos passivos de c/p, garantindo assim o reembolso do capital cedido.

O fundo de maneiço, como medida absoluta, apresenta alguns defeitos, pelo que podemos tirar conclusões complementares através dos rácios de liquidez.



Rácios de liquidez

Estes rácios medem a capacidade de a empresa solver os seus compromissos a curto prazo. Quanto maior for o valor que apresentar maior será a probabilidade de reembolsar o crédito obtido dos fornecedores e de outros credores a curto prazo.

Há a considerar três rácios de liquidez:

$$\text{Rácio de liquidez geral} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Débitos a c/p}}$$

Este indicador mede a capacidade de fazer face aos débitos a c/p utilizando os montantes das disponibilidades, clientes e existências. O nível normal deste indicador situa-se entre 1,5 e 2.

Este nível depende de vários fatores:

- **Do setor onde a empresa exerce a sua atividade**
Em empresas cuja atividade exige *stocks* avultados, por exemplo, o nível médio sobe. É o contrário para as empresas que vendem com baixos *stocks*.
- **Da política de vendas da empresa**, que, para aumentar a quota de mercado, aumenta o crédito a clientes.
- **Do carácter sazonal da atividade**

Um indicador inferior pode originar dificuldades de tesouraria se a rotação das existências for baixa e se os débitos dos clientes forem de difícil cobrança.

Um valor elevado deste rácio justifica-se com valores elevados de existências, clientes e de disponibilidades. Este facto é sinónimo de investimentos pouco rentáveis, apesar de não haver qualquer dificuldade de fazer face aos compromissos a curto prazo.

$$\text{Rácio de liquidez reduzida} = \frac{\text{Ativo circulante} - \text{Existências}}{\text{Débitos a c/p}}$$

Este rácio mede a capacidade de a empresa solver as dívidas a c/p com o recurso às disponibilidades e aos créditos concedidos de c/p.

O nível médio aceitável é de 1,1, dependendo igualmente dos fatores anteriores.



$$\text{Rácio de liquidez imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Débitos a c/p}}$$

Este rácio mede a capacidade de a empresa solver os seus compromissos a curto prazo, recorrendo somente às disponibilidades. Regra geral, o nível 0,9 é normal em empresas bem geridas. Contudo, depende, igualmente, do tipo de atividade da empresa e da rotação das mercadorias e da cobrança dos montantes dos clientes.

Críticas à metodologia tradicional

Segundo a regra de equilíbrio financeiro, conclui-se que o FMP tem de ser positivo para que a empresa esteja em equilíbrio. Como já foi referido, em muitas atividades, até pode ser negativo, o que significa dizer que o fundo de maneo, na abordagem tradicional, é um indicador estático, porque é calculado num determinado momento, sem levar em conta o dinamismo e o tipo de atividade. Esta abordagem patrimonial do fundo de maneo não considera a natureza e o volume da atividade da empresa, nem as características dos ativos e passivos a curto prazo.

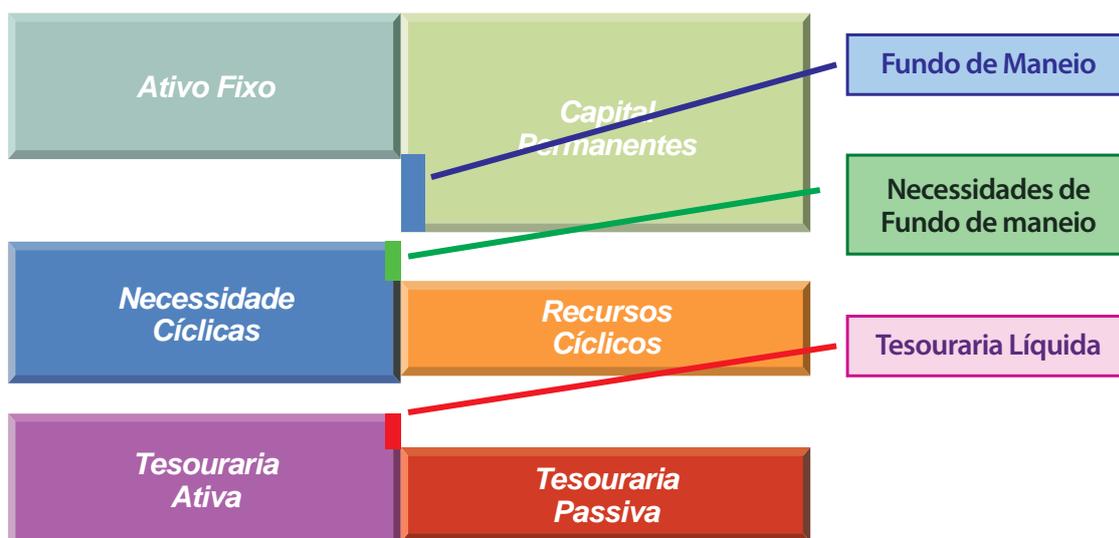
O fundo de maneo é a parte do capital necessária para financiar o ciclo de exploração, mas o respetivo montante não está corretamente calculado pela abordagem tradicional. A diferença entre o Ativo circulante e o Passivo circulante não representa efetivamente as necessidades de financiamento do ciclo de exploração, porque não há uma distinção correta entre os vários ciclos da empresa (financeiro, investimento e exploração) e nem uma distribuição de elementos patrimoniais ativos e passivos por esses ciclos, tal como é feito na abordagem funcional, que relaciona o equilíbrio financeiro com as decisões ligadas ao ciclo financeiro.

Na análise funcional, o equilíbrio financeiro resulta da comparação entre duas grandezas: O Fundo de Maneio Líquido ou Fundo de Maneio Funcional (FMF) e as Necessidades em Fundo de Maneio (NFM).

Nesta abordagem, o Fundo de Maneio é calculado comparando os recursos estáveis com o Ativo Fixo

$$\text{FMF} = \text{Recursos estáveis (capitais permanentes)} - \text{Ativos fixos}$$





O fundo de maneio líquido ou funcional expressa o diferencial entre os recursos estáveis da empresa e as aplicações. Com diferencial positivo evidencia uma margem de segurança do financiamento sobre as aplicações permanentes.

Os conceitos FMP e FMF são distintos. O valor do FMF é o resultado das políticas de investimento e de financiamento a médio e a longo prazo.

Do ponto de vista financeiro, o FMF tem muito mais interesse que o FMP:

- Quando o FMF > 0, existe uma parte de fundos estáveis que financiam o ciclo de exploração
- Quando o FMF < 0, os recursos estáveis são insuficientes face às necessidades de financiamento do Ativo fixo. Torna-se um fator de risco.

O FMF é um instrumento de avaliação do impacto da estratégia financeira sobre o nível de segurança da empresa.

Tradicionalmente, considerava-se que a empresa estava numa situação financeira equilibrada se o seu fundo de maneio fosse positivo. Contudo, tal não é verdade porque o fundo de maneio positivo não constitui, hoje em dia, condição nem necessária nem suficiente para que se verifique uma situação de equilíbrio financeiro.

Para que se verifique essa situação é necessário que o valor do fundo de maneio esteja adequado às necessidades em fundo de maneio.



As NFM (Necessidades de fundo de maneio) comparam as necessidades cíclicas ou de exploração com os recursos cíclicos ou de exploração.

NFM = Necessidades cíclicas – Recursos cíclicos

A noção de NFM está relacionada com a necessidade de financiar o ciclo de exploração que se desenrola para uma empresa industrial, desde a compra de matérias-primas até à sua transformação, venda e cobrança de clientes. Este exige meios financeiros necessários para fazer face às despesas operacionais com fornecedores, pessoal e outros credores, sem contar com os valores a receber dos clientes. O montante das NFM é para fazer face às primeiras despesas antes que a empresa receba dos seus clientes.

As necessidades em fundo de maneio, que constitui o principal indicador do ciclo de exploração, refletem os impactos do negócio (prazos médios de recebimentos e pagamentos, rotação de existências), bem como a forma como os gestores operacionais executam as suas atividades.

As necessidades em fundo de maneio, uma das grandes determinantes da política financeira da empresa, são importantes para fazer face:

- **Às necessidades estruturais do fundo de maneio relacionadas com a atividade normal da empresa;**
- **Às necessidades temporárias relacionadas com a atividade sazonal de muitas empresas.**
- **NFM > 0, indica que a empresa tem de conseguir recursos cíclicos para fazer face às necessidades cíclicas;**
- **NFM < 0, indica que há excedentes financeiros do ciclo de exploração. Este tem capacidade para libertar fundos.**

O valor deste indicador depende do tipo de negócio, das práticas de gestão, da capacidade negocial e de gestão da empresa e dos seus responsáveis. Por exemplo, nos supermercados este indicador é frequentemente negativo, enquanto que na indústria é bastante positivo.

Poderá então dizer-se que as NFM são um meio de avaliação financeira da gestão executada na atividade operacional. As NFM constituem uma das grandes determinantes da política financeira da empresa.



Qual o montante ótimo do FMF?

A empresa necessita de fundo de maneiio mas o seu montante custa dinheiro à empresa. A diferença entre os recursos libertos pelas decisões de investimento e financiamento a m/l prazo (FMF) e as NFM indica-nos a posição da Tesouraria líquida.

Tesouraria Líquida (TRL)

$$\text{TRL} = \text{Tesouraria Ativa} - \text{Tesouraria Passiva}$$

ou

$$\text{TRL} = \text{Fundo de Maneio} - \text{Nec. Fundo de Maneio}$$

Esta relação quantifica e caracteriza de uma forma mais objetiva o equilíbrio financeiro. Como as NFM são investimentos de carácter permanente e o FMF é a parte dos capitais permanentes que ficam disponíveis para investimentos de longo prazo, então, podemos dizer que existe equilíbrio financeiro se o FMF for suficiente para financiar as NFM:

$$\text{Fundo de Maneio Funcional} - \text{Nec. Fundo de Maneio} > 0$$

$$\text{Como Tesouraria Líquida} = \text{Fundo de Maneio Funcional} - \text{Nec. Fundo de Maneio}$$

ou

$$\text{Tesouraria Líquida} = \text{Tesouraria Ativa} - \text{Tesouraria Passiva}$$

O equilíbrio financeiro é tesouraria líquida ≥ 0

Tradicionalmente, diz-se que a empresa está em equilíbrio quando o FMF cobre as NFM e os riscos da atividade da empresa. Esta situação é do agrado dos credores da empresa. A tesouraria constitui o indicador de equilíbrio financeiro.

- Se o seu **saldo se aproxima do zero** significa que o fundo de maneiio está adequado às necessidades em fundo de maneiio.

$$\text{TRL} = \text{FMF} - \text{NFM} = 0$$

- Se o saldo é muito positivo pode significar a existência de excedentes ociosos de tesouraria com impacto negativo sobre a rendibilidade.

$$\text{TRL} = \text{FMF} - \text{NFM} > 0$$



- Se for negativo, défice de tesouraria, poderá representar dificuldades ou impossibilidade em cumprir os compromissos financeiros a curto prazo. A empresa pode recorrer a determinadas ações financeiras para manter o normal funcionamento da empresa (negociação de descobertos, de apoios à caixa, de créditos sobre faturas, etc.).

$$\text{TRL} = \text{FMF} - \text{NFM} < 0$$

Resumo:

A gestão financeira tem por âmbito os domínios definidos na equação:

$$\text{FML} = \text{NFM} + \text{TRL}$$

A gestão financeira a curto prazo atua sobre as NFM e a Tesouraria Líquida, enquanto a de médio e longo prazo atua sobre o FML.

A gestão financeira a curto prazo (até um ano) abrange a gestão disponível, a gestão do capital circulante total (exploração e extraexploração) e a gestão do exigível a curto prazo (exploração e extraexploração) enquadrada na abordagem funcional, e que se pode sintetizar do seguinte modo:

- Gestão de tesouraria ou gestão do disponível
- Gestão das necessidades em fundo de manuseio de exploração
 - Gestão dos clientes (PMR)
 - Gestão de existências (Rotação de stocks)
 - Gestão das dívidas a curto prazo (PMP, Fornecedores, Estado, Outros credores e cobertura de défices de tesouraria)
- Ajustamento entre o PMR e o PMP - Relação fundamental no estabelecimento de uma situação de tesouraria sem dificuldades de curto prazo. Como o custo dinheiro é uma das preocupações do gestor financeiro, este deve preocupar-se com as alternativas às vendas a prazo com um sistema de descontos e acordos mais vantajosos no crédito dos fornecedores.

A gestão financeira gere as tarefas que integram a função financeira. Ela abrangerá, essencialmente, um conjunto de técnicas que visam a melhoria das decisões financeiras a tomar, de forma a levar a cabo, eficazmente, os objetivos da função financeira e preocupa-



se com três parâmetros essenciais: a rentabilidade, a segurança (risco económico e financeiro) e ritmo de crescimento da empresa. Os dois primeiros situam-se no domínio da gestão financeira a curto prazo e o último, relacionado com os investimentos em capital fixo e com o planeamento financeiro a médio/longo prazo, é da competência da gestão financeira a médio/longo prazo.

A gestão financeira a curto prazo assenta no binómio Rentabilidade - Risco e que se traduz na consideração das seguintes regras basilares:

- Reduzir ao mínimo as disponibilidades
- Analisar e atuar nos ciclos de liquidez e atividade
- Reduzir o PMR dos clientes sem prejudicar a rentabilidade, o nível de atividade e a quota de mercado da empresa.
- Aumentar a rotação dos stocks sem provocar ruturas na produção e na comercialização
- Aumentar o PMP a fornecedores, mas sem afetar a imagem e a rentabilidade da empresa
- Reduzir as despesas gerais de funcionamento

Proposta de trabalho nº 2

1. Sabendo que a empresa Sá & Belo, em 2012, apresenta os seguintes dados retirados da sua contabilidade:

Saldo médio dos clientes (2011 e 2012) = 100 000,00 USD e Vendas = 600 000,00 USD.

Qual o prazo médio de recebimento da empresa?

2. A mesma empresa, apresentava também ainda (valores em dólares):

Contas	31/12/2011	31/12/2012
Fornecedores	350 000,00	380 000,00
Compras	1 600 000,00	1 700 000,00
Existências	100 000,00	120 000,00
Custo das vendas		400 000,00



Qual foi o prazo médio de pagamento praticado pela empresa? E o prazo médio de existências?

3. No final de 2012, a empresa *Fronteiras - Abertas* registou os seguintes elementos (valores em dólares):

Reserva de segurança de tesouraria (RST)	3 000,00
Disponibilidades	4 500,00
Crédito concedido a clientes	15 000,00
Crédito normal concedido	12 000,00
Existências (nível normal)	7 500,00
Imobilizado líquido	75 000,00
Capitais permanentes	93 000,00
Crédito obtido efetivo	9 000,00
Crédito normal obtido	7 500,00

Nota: A RST representa o montante de disponibilidades necessárias para se evitarem ruturas de tesouraria e é uma necessidade financeira para efeitos de cálculo das NFM.

Calcule:

- **NFM**
- **FM**
- **TRL**

4. Da empresa Bitoque conhecemos os seguintes elementos:

Balanço 2012	(Dólares)
Ativo	
Imobilizado	
Imobilizado corpóreo	5 000,00
Imobilizado incorpóreo	1 500,00
Investimentos financeiros	500,00
Circulante	



Existências	5 000,00
Créditos a curto prazo	4600,00
Depósitos bancários e caixa	1 000,00
Total	17 600,00
Capital próprio	
Capital social	9 000,00
Reservas	480,00
Resultado líquido	1 720,00
Total	11 200,00
Passivo	
Provisões	100,00
Fornecedores	5 000,00
Outros débitos a c/p	1 000,00
Acréscimos e deferimentos	300,00
Total	6 400,00
Capital próprio + Passivo	17 600,00

Com base na situação apresentada, calcule:

- a. FML, NFM e a Tesouraria líquida da empresa em questão.
- b. Rácio de liquidez geral, rácio de liquidez reduzida e rácio de liquidez imediata.

5. Com base no Balanço Funcional da empresa *Além-Mar* proceda ao cálculo dos seguintes indicadores económicos e financeiros : Rácios de Liquidez (liquidez geral e reduzida); Rácios de rentabilidade (Margem de contribuição das vendas; rentabilidade operacional das vendas, rentabilidade líquida das vendas, rentabilidade económica do ativo); Necessidades financeiras em dias de VN; Recursos financeiros em dias de VN e Ciclo de exploração em dias de VN; Rácios de endividamento (solvabilidade e estrutura financeira).



	Balço Funcional (valores em dólares)	2012
1	Capital próprio	851 583,00
2	Capital alheio estável	1 971 451,00
3	Capitais permanentes (1 + 2)	2 823 034,00
4	Ativo fixo	1 460 006,00
5	Fundo de maneo (3-4)	1 363 028,00
6	Clientes	654 428,00
7	Existências	2 060 088,00
8	Adiantamentos a fornecedores	9 671,00
9	Estado e outros entes públicos (a receber)	193 635,00
10	Outros devedores de exploração	104 566,00
11	Necessidades cíclicas (6+7+8+9+10)	3 022 388,00
12	Fornecedores	1 288 476,00
13	Adiantamentos a clientes	27 687,00
14	Estado e outros entes públicos (a pagar)	142 496,00
15	Outros credores de exploração	69 079,00
16	Recursos cíclicos (12+13+14+15)	1 527 738,00
17	Necessidades de fundo de maneo (11- 16)	1 494 650,00
18	Tesouraria líquida (5 - 17)	-131 622,00
19	RAI	229 240,00
20	MC	386 152,00
21	Vendas	5 190 215,00
22	Resultados operacionais	312 450,00
23	Resultados líquidos	207 263,00
24	Custo das vendas	2 944 383,00
25	FSE	3 900,00
26	Ativo	4 300 000,00
27	Passivo	3 448 417,00
28	Capital próprio	851 583,00



Análise financeira com demonstração de resultados

Saber planejar e preparar suportes contabilísticos e financeiros, analisar mapas de fluxos monetários assim como avaliar o desempenho económico e financeiro da empresa é essencial numa economia cada vez mais exigente e competitiva.

Cash-flow e autofinanciamento

O termo **Cash-Flow** (em português, fluxos de caixa), designa o saldo entre as entradas e saídas de capital de uma empresa durante um determinado período de tempo, podendo ser calculado mediante a construção de um mapa de fluxos de tesouraria.



Geralmente, e por uma questão de utilidade prática, os fluxos medidos não são rigorosamente de caixa, mas antes as transações de exploração que se traduzam em movimentos monetários no curto prazo. Desta forma, o conceito de cash-flow passa a incluir as vendas e os custos (excluindo obviamente os custos que não representam movimentos monetários como por exemplo as amortizações de instalações e equipamentos) e não os recebimentos e os pagamentos. Ex.: Enquanto que numa demonstração de resultados um venda ou uma compra podem não se refletir numa entrada ou saída de dinheiro, porque pode ser só pago mais tarde ou nunca até vir a ser, com o cash-flow é tido em conta apenas os fluxos reais de dinheiro.

O cash-flow permite verificar se a empresa é ou não capaz de gerar dinheiro de um modo positivo. A falta de capacidade para gerar cash-flow positivos, latente em muitas das empresas face à crise económica e financeira que tem estado a abalar o mundo, leva a problemas de tesouraria, o que leva por sua vez à necessidade de financiamento de curto prazo para a resolução dos mesmo e até a empresa deter os capitais necessários para conseguir laborar corretamente.



$$\text{Cash-Flow} = \text{Resultados Líquidos} + \text{Amortizações} - \text{Resultados extraordinários}$$

Por vezes, no cálculo do cash-flow, são utilizados apenas os custos de exploração e os proveitos de exploração. Neste caso, o resultado é o cash-flow de exploração, que mede capacidade da empresa em gerar disponibilidades através da sua atividade normal, isto é, além de corrigida de acontecimentos extraordinários, é também corrigida dos resultados das políticas de aplicações financeiras e de financiamento.

Pelo facto de proporcionar uma medida da capacidade da empresa em libertar meios monetários, o cash-flow torna-se um excelente indicador da capacidade de autofinanciamento da empresa, isto é, da sua capacidade para efetuar novos investimentos sem necessidade de recorrer a fontes de financiamento externas.

Autofinanciamento - meios financeiros obtidos e retidos na empresa e que podem ser:

- **De manutenção** - Amortizações, ajustamentos e provisões, reserva de investimento e reservas;
- **De crescimento** - Ajustamentos, reservas livres, amortizações e lucros retidos

O autofinanciamento reforça a imagem da empresa, aumenta o poder de negociação face a terceiros, é uma fonte gratuita de fundos, minimiza o recurso a fundos externos e permite uma maior flexibilidade na tomada de decisões de investimento.

O mercado empresarial hoje em dia está cheio de exemplo de empresas que tomaram as decisões erradas a nível de planeamento e política de vendas, tendo resultados desastrosos a nível de cash-flow, o que levou a necessidades de financiamento que naturalmente por sua vez levaram a aumento dos encargos financeiros o que levou várias empresas mesmo à falência.

Excedente bruto de exploração (EBE)

O EBE mede a rendibilidade económica da empresa. É um indicador de crescimento e exprime a relação entre a exploração e o financiamento. É a componente principal da capacidade de autofinanciamento. O seu nível sustenta a manutenção e o crescimento da empresa.



EBE = Proveitos operacionais - Custos operacionais desembolsáveis

ou

EBE = Proveitos operacionais - CMV - O.C. variáveis - Custos fixos desembolsáveis

O EBE representaria os meios libertos (cash-flow) se não houvesse variações de existências em armazém e se as operações se processassem a pronto pagamento (vendas e compras) ou se não se verificassem variações nos créditos e débitos de exploração. O EBE difere dos meios libertos de exploração porque não considera a variação das necessidades de fundo de manei.

O EBE é a remuneração do capital. O EBE é utilizado no pagamento de dívidas, de juros suportados, dividendos e na realização de investimentos de manutenção com base nas amortizações e investimentos de expansão utilizando o lucro não distribuído.

Os meios libertos operacionais (cash-flow) são iguais à diferença entre o EBE e a variação das necessidades de fundo de manei e evidenciam os meios monetários gerados pelo negócio da empresa, bem como a capacidade em gerar tesouraria para solver os compromissos e investir. É um indicador de avaliação de risco dos créditos concedidos.

Cash-flow operacional ou meios libertos de exploração = EBE - variação das necessidades em fundo de manei

O **autofinanciamento bruto** representa o excedente bruto da empresa, que é igual ao resultado líquido + amortizações, ajustamentos e provisões. Tem um significado mais lato do que o EBE.

O **autofinanciamento líquido** obtém-se deduzindo ao autofinanciamento bruto a distribuição dos resultados. Pode também determinar-se adicionando aos resultados retidos os custos não desembolsáveis.

Autofinanciamento bruto = Resultado líquido + amortizações e provisões

Autofinanciamento líquido = Autofinanciamento bruto - dividendos

Margem bruta

No decurso da sua atividade as empresas obtêm um determinado volume de proveitos, derivados das operações de venda de mercadorias, venda de produtos, prestação de



serviços, etc. No entanto, para a obtenção desses proveitos as empresas têm necessidade de incorrer em vários tipos de custos, que podem ter por sua vez várias naturezas (custo das mercadorias vendidas, custo das matérias consumidas, custos com pessoal, custos com fornecimentos e serviços diversos, custos com as amortizações dos bens do ativo imobilizado, etc.). Genericamente, os custos suportados por uma empresa podem ser classificados como fixos (no caso de o seu valor não depender do volume de vendas ou produção) ou variáveis (quando o valor do custo em causa está diretamente associado ao volume de vendas e/ou produção).

A descrição da *performance* de uma empresa em termos de proveitos e custos para um determinado período (normalmente 1 ano) é apresentada no mapa contabilístico de demonstração de resultados, que permite o cálculo, através da diferença entre esses proveitos e custos, do resultado líquido por ela obtido nesse período.

No entanto, designadamente no âmbito da obtenção de informação relevante para a gestão financeira, é possível obter resultados intermédios a partir da demonstração de resultados que permitem avaliar a *performance* da empresa não em termos globais mas relativamente a uma área ou item específico.

Nesse contexto, as empresas avaliam frequentemente qual o valor da sua margem bruta. A **margem bruta** em termos de valor não é mais do que a diferença entre o valor das vendas (aqui se incluindo as vendas de mercadorias, de produtos, as prestações de serviços, etc.) e o valor do custo suportado pela empresa nas mercadorias e matérias utilizadas para essas vendas. Ou seja, o valor da margem bruta relativo a um determinado período corresponde à diferença entre o valor das vendas e o valor do custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC).

$$\text{Margem Bruta} = \text{Vendas} - \text{CMVMC}$$

A margem bruta é assim um indicador de primeira linha da *performance* da empresa ao nível da sua atividade operacional, até porque, normalmente, o CMVMC é o custo mais relevante em termos de valor para a maioria das empresas. Habitualmente, a margem bruta é também avaliada em termos percentuais, correspondendo ao diferencial do peso do CMVMC nas vendas. Assim, se por exemplo o peso do CMVMC nas vendas é de 60%, a margem bruta será de 40%.



$$\text{Margem Bruta} = (\text{Lucro Bruto} / \text{Vendas Líquidas}) \times 100$$

Exemplo:

Foram extraídos das demonstrações de resultados do 3.º trimestre de 2012 os seguintes valores, em dólares, da empresa X:

Vendas de bens e/ou serviços	2 691 362
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	1 734 614
Margem bruta (em valor)	<u>956 748</u>

O cálculo da margem bruta, em termos percentuais, é dado por:

$$\text{Margem Bruta} = (956\,748 / 2\,691\,362) \times 100 = 35,55\%$$

De referir ainda que as empresas podem proceder ao cálculo da sua margem bruta global ou, no caso de transacionarem mais de um produto, mercadoria ou serviço, da margem bruta de cada um destes.

Ao nível das empresas industriais, o conceito de margem bruta é por vezes identificado como a diferença entre o valor das vendas e a parte variável dos custos de produção.

Custos Variáveis e Custos Fixos

Do ponto de vista económico, distinguem-se duas análises de rentabilidade.

- **A rentabilidade económica ou do ativo económico.**

$$\text{Rentabilidade económica} = \frac{\text{RO}}{\text{AE}}$$

em que:

Ativo económico = Ativo fixo + Necessidades em fundo de maneio (NFM)

NFM = Necessidades cíclicas - Recursos cíclicos

- **A rentabilidade mínima do volume de negócios ou limiar de rentabilidade, a partir do qual começa a verificar-se um determinado lucro.**



Este tipo de análise de rendibilidade conduz ao estudo da teoria do custo, volume e resultado (CVR). Esta teoria tem como principal objetivo estudar a rendibilidade de exploração da empresa, através da análise do volume e dos custos de exploração reportados ao nível da atividade.

Os custos evoluem no tempo sob a influência de múltiplas variáveis, como sejam a eficiência da mão-de-obra, o grau de organização da produção, o grau de mecanização, custos unitários dos fatores produtivos controláveis, e também do nível de atividade da empresa, mas a teoria do CVR atende exclusivamente ao nível de atividade.

Neste sentido, podemos distinguir os custos fixos (estrutura) dos custos variáveis (operacionais):

- Os **custos fixos**, independentes do nível da atividade (no período em análise), representam o custo suportado pela empresa para dispor de uma determinada capacidade produtiva, que se mantém inalterável, mesmo quando a empresa tem a sua capacidade produtiva sub ou sobreutilizada.
- Os **custos variáveis** encontram-se ligados ao nível da atividade e representam o preço que a empresa deve pagar para explorar a sua capacidade produtiva.

O ponto crítico (ponto morto económico, ponto crítico de vendas, ponto de equilíbrio) é um caso particular da aplicação da teoria CVR e corresponde ao nível de atividade da empresa para o qual os resultados de exploração são nulos e o nível dos meios libertos brutos de exploração se identificam com o valor das amortizações do exercício.

Ponto crítico de vendas - volume de vendas ou de produção mínimo para o qual os custos são totalmente cobertos, isto é, o volume para o qual a empresa nem ganha nem perde.

O PONTO CRÍTICO permite:

- Analisar o comportamento e influência de alguns parâmetros económicos relevantes (preço, custos variáveis, custos fixos) sobre a rendibilidade da empresa;
- Determinar um espaço de variação do nível de atividade;
- Apreciar a viabilidade económica de novos instrumentos em capital fixo, em resultado da alteração das estruturas.



O ponto crítico pode ser determinado analítica e graficamente.

➤ **Analiticamente**

Na situação de equilíbrio, o resultado é nulo; logo, temos:

$$R = \text{Vendas} - \text{Custos variáveis} - \text{Custos fixos (E)}$$

$$R = pv \times Q - cv \times Q - E$$

Como $R = 0$, temos para Q'

$$pv \times Q' - cv \times Q' - E = 0$$

$$pv \times Q' - cv \times Q' = E$$

$$Q' = \frac{E}{Pv - cv} \text{ e } PC = Q' \times pv$$

em que:

Q' - Quantidade na situação de equilíbrio

PC - Ponto crítico em unidades monetárias

➤ **Graficamente**

Consideremos a seguinte situação para a empresa Beta, Lda. (valores em dólares):

- Preço de venda unitário (T)	800,00
- Custo variável unitário (T)	400,00
- Custos fixos.....	50 000,00

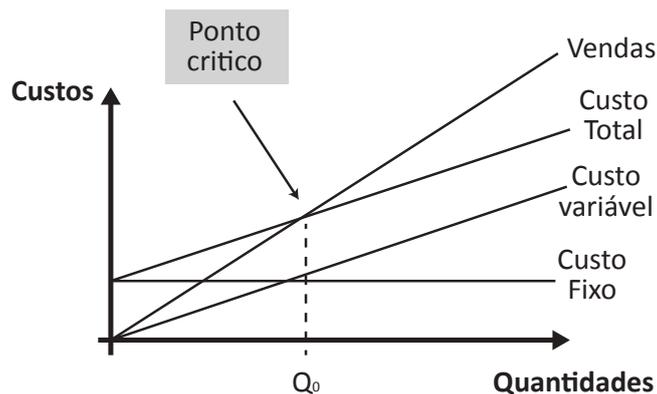
Qual o ponto crítico desta empresa?

$$Q' = 50\,000 / (800,00 - 400,00) = 125 \text{ toneladas}$$

$$PC = 125 \times 800,00 = 100\,000,00 \text{ dólares}$$

O volume de vendas no ponto crítico será atingido quando a margem sobre os custos variáveis igualar os custos fixos, pois só nesse momento o resultado é nulo.





Este gráfico de rendibilidade é designado por gráfico do ponto crítico ou ponto morto, devido ao facto de apresentar um ponto do plano determinado pela interseção da linha de custos com a das vendas em que não há lucro nem prejuízo. No caso do nosso exemplo, se a empresa vender 120 toneladas, tem prejuízo e, se vender 126 toneladas, tem lucro.

O ponto crítico tem bastante aplicação quando se trata de uma empresa que produza ou comercialize uma gama variada de produtos. Deve analisar-se o contributo de cada produto para o ponto crítico. Os produtos com maior taxa de contribuição são aqueles que exercem maior influência na rendibilidade das vendas. Assim sendo, serão estes produtos que serão objeto de maior atenção.

Proposta de trabalho nº 3

1. Tendo em conta as operações realizadas pela empresa Persianas, Lda., pretende-se a elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, admitindo que o saldo de caixa e seus equivalentes, no início de 2012, era de 3 600,00 dólares:

Operações:

- Reembolso de prestações suplementares aos sócios no valor de 300,00 dólares
- Pagamento de honorários ao advogado no valor de 500,00 dólares
- Pagamento de despesas com o aumento de capital no valor de 350,00 dólares
- Aquisição de 300 obrigações por 2500 dólares. A compra das obrigações visou a aplicação de excedentes de tesouraria, pretendendo-se ter em carteira as obrigações durante oito meses



- Cobrança de dívidas a clientes: 300,00 dólares
- Desconto bancário de uma letra: Vn = 800,00 dólares. E.B: 50,00 dólares

Apresente a Demonstração dos fluxos de caixa.

2. A empresa Almofadas em dezembro de 2012, tinha a seguinte situação (em dólares):

Aplicação de fundos

Disponibilidades	3 000,00
Clientes	7 000,00
Existências	4 000,00
Imobilizado	40 000,00

Origem de fundos

Fornecedores	11 000,00
Estado	1 000,00
Capital próprio	30 000,00
Dívidas a m/l prazo	12 000,00

- Disponibilidades constituem a RST

- Os clientes e existências são valores normais

Calcule: NFM, FMF, TRL



Análise económica

Trata-se, sobretudo, de uma análise da rentabilidade e do crescimento como fatores de criação de valor sem, contudo, esquecer as outras medidas de eficiência de gestão que avaliam o desempenho económico da empresa.

A partir da Demonstração dos resultados podemos calcular um conjunto de indicadores com grande interesse para a gestão:

- A margem bruta das vendas;
- Os resultados operacionais, antes de impostos e resultados líquidos;
- O excedente bruto de exploração;
- O VAB, a produtividade e a rentabilidade.

Estes indicadores permitem a todos os interessados pela gestão da empresa, nomeadamente, o economista da empresa, o empresário, o gestor, analisá-la sob o ponto de vista económico.

Rendibilidade

A rentabilidade é um dos conceitos mais importantes para proceder a uma análise económica e financeira. A sua análise permite-nos avaliar o desempenho económico e financeiro da empresa, identificando de forma coerente e integradora os grandes fatores que a influenciam.

A rentabilidade avalia a qualidade monetária de uma atividade em que o valor dos proveitos do negócio é superior ao dos custos dos fatores de exploração necessários para o obter.

Ao falarmos em rentabilidade estamos a referir-nos a uma relação onde intervêm três elementos.

- **as atividades;**
- **os resultados;**
- **os meios.**



A rendibilidade relaciona um resultado ou *output* gerado e um recurso ou investimento que o gerou:

$$\text{Rendibilidade} = \frac{\text{Resultados}}{\text{Meios}} \text{ e } \frac{\text{Resultados}}{\text{Atividades}}$$

A rendibilidade exprime-se através de uma relação cujo numerador é sempre uma forma de resultado.

Exemplos:

$$\text{Rendibilidade do capital} = \frac{\text{Resultados}}{\text{Capital}} \times 100$$

$$\text{Rendibilidade das vendas} = \frac{\text{Resultados}}{\text{V. Negócios}} \times 100$$

Apesar de haver uma forte correlação entre produtividade e rendibilidade, tratam-se de indicadores de informação distintos e complementares.

A análise económica da empresa e a necessidade de medir a eficiência da empresa a diferentes níveis exige a agregação das rubricas do Balanço para o apuramento dos diversos resultados.

Demonstração de Resultados por Natureza

	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Vendas			
Prestação de serviços			
Variação da produção			
Proveitos			
CMVMC			
Fornecimentos e serviços externos			
Impostos			
Amortizações e ajustamentos do exercício			
Provisões do exercício			
Outros custos			
Custos			



RESULTADO OPERACIONAL			
Proveitos financeiros			
Custos financeiros			
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO			
Proveitos extraordinários			
Custos extraordinários			
RAI			
Impostos s/rendimento			
RESULTADO LIQUIDO			

1. Resultado Operacional (RO) - Mede a capacidade da empresa de produzir resultados provenientes da exploração:

$$\text{RO} = \text{Proveitos operacionais} - \text{Custos operacionais}$$

Resultado de Exploração

$$\text{RE} = \text{RO} + \text{Proveitos financeiros} - \text{Custos financeiros}$$

2. Resultado antes dos impostos (RAI):

$$\text{RAI} = \text{RE} + \text{Resultado extraordinário}$$

ou

$$\text{RAI} = \text{RL} + \text{Imposto s/Rendimento}$$

3. Resultado Líquido - Resultado apurado após os efeitos da situação financeira e da fiscalidade

$$\text{RL} = \text{RAI} - \text{Impostos s/rendimento}$$

O Resultado Líquido representa o montante à disposição dos sócios, para aplicação na remuneração do capital próprio investido (dividendos ou utilizado no autofinanciamento da empresa - resultados líquidos retidos).

A análise económica da empresa e a necessidade de medir a capacidade da empresa de gerar meios exige a agregação das rubricas da demonstração de um modo diferente do anterior para apurar os meios libertos.

A rentabilidade da empresa determina-se, sobretudo, em valores relativos.



4. Rendibilidade das vendas:

No estudo da situação económica da empresa, utilizam-se, principalmente, indicadores com base na Demonstração dos resultados, analisando-se os custos, os proveitos e os resultados e a influência das variações do volume de vendas sobre os resultados e a tesouraria.

$$\text{Rácio da margem bruta} = \frac{\text{Vendas} - \text{Custo das Vendas}}{\text{Vendas líquidas}}$$

$$\text{Rendibilidade das vendas} = \frac{\text{Resultado de exploração}}{\text{Vendas líquidas}}$$

5. Rendibilidade de exploração (Re):

Este rácio permite efetuar uma primeira avaliação da capacidade económica da empresa, a partir da qual se medem os efeitos e as consequências de diferentes políticas, nomeadamente as opções de endividamento.

A rendibilidade de exploração obtém-se pelo quociente entre os Resultados de exploração e o Ativo de exploração (AE):

$$\text{Re} = \frac{\text{RE}}{\text{AE}}$$

$$\text{Re} = \frac{\text{RE}}{\text{VL}} \times \frac{\text{VL}}{\text{AE}}$$

Em que:

RE/VL é a rendibilidade das vendas.

VL/AE é a rotação do Ativo de exploração.

A rendibilidade depende do nível de resultados de exploração e do valor e composição do ativo de exploração.

6. Rendibilidade económica dos capitais aplicados ou rendibilidade do ativo:

$$\text{R. Ativo} = \frac{\text{RL}}{\text{Ativo}}$$

Este rácio mede a capacidade que todos os recursos investidos no Ativo têm em gerar um rendimento expresso em termos monetários, ou seja, reflete a capacidade que todos



os capitais postos à disposição da empresa têm de obter uma margem de lucro por cada unidade monetária investida.

O estudo da rentabilidade económica está condicionado por vários tipos de rentabilidade que é necessário considerar, sem levar em conta a origem dos capitais utilizados. A estrutura financeira (proporção de capitais próprios e de capitais alheios) não tem qualquer influência.

A rentabilidade do ativo engloba as noções de rentabilidade das vendas e de rotação de capitais, que se traduz na seguinte equação:

Rentabilidade do capital = Margem comercial (R. Vendas) x Rotação do capital

$$\frac{RL}{Ativo} = \frac{RL}{VL} \times \frac{VL}{Ativo}$$

A Rentabilidade Económica depende da:

- Margem do volume de negócios (vendas) avaliada na relação entre o resultado (lucro ou prejuízo) e o montante do volume de negócios (vendas).
- Rotação dos capitais, indicando o grau de utilização do investimento total coberto pelos capitais (capital próprio e capital alheio).

Para aumentar a rentabilidade do capital investido na exploração pode atuar-se sobre a “margem” (eficácia comercial) e/ou sobre a “rotação do investimento” (eficácia dos capitais). Assim, através de várias combinações de “margem” e “rotação”, é possível atingir-se a mesma taxa de rentabilidade do investimento.

A Rentabilidade Económica aumenta se:

- A empresa vende mais mantendo a margem de lucro.
- A empresa vende mais, embora a margem de lucro baixe mas numa proporção inferior ao aumento das vendas.

7. Rentabilidade do Ativo Económico:

A rentabilidade do ativo económico é um indicador que avalia a capacidade do negócio de gerar resultados face ao investimento que lhe está afeto (Ativo económico), independentemente da forma de financiamento. Em relação à rentabilidade anterior há uma alteração de valores do numerador e do denominador.



$$RAE = \frac{RO}{AE}$$

Em que:

Ativo económico (AE) = Ativo fixo + Necessidades em fundo de maneo (NFM)

NFM = Necessidades cíclicas - Recursos cíclicos

As NFM são calculadas com base no Balanço funcional.

A RAE decompõe-se em:

$$\frac{RO}{AE} = \frac{MB}{VN} \times \frac{RO}{MB} \times \frac{VN}{AE}$$

$\frac{MB}{VN}$ Rendibilidade bruta do volume de negócios ou efeito dos custos variáveis

$\frac{RO}{MB}$ Efeito dos custos fixos

$\frac{VN}{AE}$ Rotação do ativo económico

Proposta de trabalho nº 4

1. Defina liquidez.
2. Indique quais os métodos e instrumentos de análise utilizados na análise financeira.
3. Indique três fatores que condicionam a quantificação do fundo de maneo suficiente.
4. O que entende por cash-flow? Em termos genéricos, como se calcula?
5. Qual o significado de autofinanciamento para uma determinada empresa?
6. Qual o significado de um rácio de autonomia financeira igual a 0? E igual a 1?



Elaboração de orçamentos

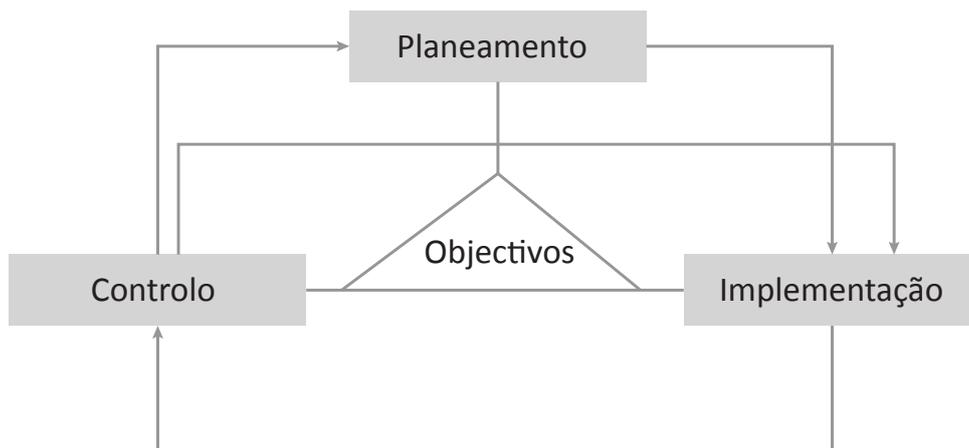
A Gestão Orçamental

A Gestão Orçamental abrange as funções de planeamento e controlo; logo, não é mais do que uma aplicação restrita dos princípios gerais da gestão das empresas, abrangendo as referidas funções de planeamento e controlo.

O Planeamento é uma das funções do processo de gestão que, juntamente com a Organização, Direção e Controlo, são essenciais para o alcance dos objetivos que a empresa se propõe atingir. O Planeamento é uma necessidade indispensável para que a empre-



sa possa sobreviver e desenvolver, em consequência do alargamento dos mercados e dos espaços económicos que exigem novos processos de fabrico e novos produtos para responder a uma necessidade crescente da procura, tanto em quantidade como em qualidade. Atualmente, é fundamental conhecer a empresa e acompanhar e prever o meio envolvente económico, social e político em constante mutação, fixando a orientação geral a seguir e planeando as atividades a desenvolver.



Em resumo, o Planeamento é uma técnica que visa combater a incerteza e permite uma gestão racional de recursos postos à disposição da empresa e indica quais os objetivos a atingir e as atividades a desenvolver, conduzindo posteriormente ao apuramento dos desvios com vista à tomada de decisões corretivas. As empresas elaboram



sistematicamente planos que estabelecem o quadro em que se devem desenvolver as suas atividades futuras:

- **Plano estratégico** - indica o rumo a seguir e a orientação geral a adotar definindo a estratégia que se considera mais adequada para a empresa;
- **Plano a médio prazo** - define a forma como atingir os objetivos estabelecidos no plano estratégico e fixa os recursos necessários;
- **Plano anual** - engloba, fundamentalmente, os programas das atividades a desenvolver e a sua quantificação em dólares (orçamentos) com vista a facilitar a coordenação e o controlo.

Vejamos, então, os aspetos fundamentais do planeamento e sua hierarquização:

A **finalidade ou missão** está bem definida nos estatutos.

Os **objetivos** são metas próximas ou fins a atingir (ex.: rentabilidade do capital próprio).

Estratégias são planos elaborados especificamente para fazerem face a certas atividades da concorrência. Envolvem a mobilização global de todos os recursos com a finalidade de atingir determinados objetivos.

Políticas são normas ou princípios gerais que informam as empresas e que estão inerentes às decisões dos gestores.

Procedimentos são normas que estabelecem o método habitual de dirigir futuras atividades.

Regras são ordenações taxativas.

Programas são conjuntos de metas, políticas, regulamentos, regras e recursos que são utilizados para dar curso à ação.

Orçamento é um relatório dos resultados esperados e expressos de maneira quantificada. É a tradução em números de todos os outros tipos de planos.

O planeamento e programação da atividade empresarial podem ser a curto prazo, geralmente um ano, ou a médio ou mesmo a longo prazo, dependendo o respetivo período das características da empresa. O planeamento ou programação a médio ou longo prazo, embora não possam revestir-se da mesma precisão que o planeamento e programação a curto prazo, são essenciais para uma gestão bem orientada. Na verdade, sem uma previsão das condições de atividade nos próximos anos e sem a formulação, mesmo em ter-



mos genéricos, dos objetivos a alcançar e das políticas a adotar no período considerado, não se torna possível uma ação esclarecida, ordenada e persistente no sentido de enfrentar eventuais condições adversas e explorar devidamente as possibilidades futuras.

O planeamento e programação a curto prazo devem enquadrar-se no planeamento e programação a médio ou a longo prazo, com os ajustamentos que o grau de realização das previsões destes, a conjuntura e o eventual aparecimento de novos fatores, imponham ou aconselhem.



O rápido desenvolvimento económico que tem caracterizado as últimas décadas, exige que as empresas e outros agentes económicos façam uma permanente previsão do futuro, com vista a minimizarem os riscos dos investimentos a efetuar e a permitirem a tomada de decisões atempada.

O processo de planeamento envolve a seleção das várias alternativas de desenvolvimento possíveis para a empresa. Na sua escolha há que atender ao seu potencial e aos objetivos por ela fixados e às oportunidades que estão ao seu alcance. No que respeita ao potencial da empresa há que inventariar os meios de que dispõe nos seguintes planos (funções):

- industrial;
- comercial;
- humano;
- financeiro.

Concluindo: A Gestão Orçamental abrange o planeamento sistemático das atividades a desenvolver pela empresa, traduzido na fixação de planos de ação a cada gestor aos diversos níveis de responsabilidade (em quantidade, valores e prazos), nos meios a utilizar e nos proveitos a realizar, na comparação periódica dos objetivos com as realizações e na tomada de medidas corretivas.

As fases da gestão orçamental são:

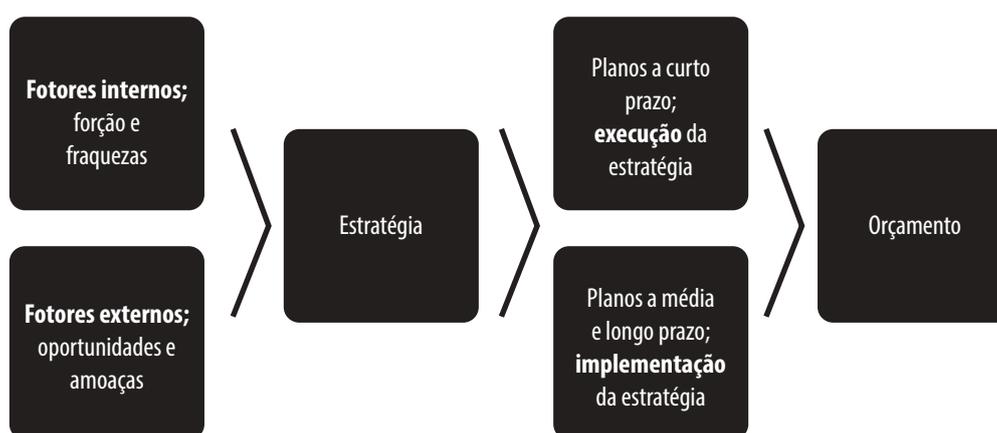
- Elaboração dos orçamentos para o período de gestão considerado, os quais constituem a base de atuação ou «standard»;



- Medição e registo da atividade real e sua comparação com os respetivos orçamentos;
- Análise das causas dos desvios apurados e tomada de decisões corretivas com vista a eliminar futuros desvios resultantes do mesmo tipo de causas.

A implantação da Gestão Orçamental numa empresa permite:

- criar hábitos de ordem, de previsão e de cumprimento dos prazos;
- fomentar o espírito de equipa, como consequência da necessidade de coordenação entre os diversos sectores da empresa;
- contribuir para a definição concreta das responsabilidades, para a descentralização das mesmas e para a tomada de consciência pelos responsáveis das consequências das ações por eles empreendidas.



Orçamentos da empresa

Os orçamentos representam a expressão quantitativa de um plano de ação. Os orçamentos resultam de previsões feitas no curto prazo (até 1 ano). Tais planos devem ser sempre fixados, para cada nível de decisão, com o acordo mútuo do responsável de determinado nível e do responsável do nível imediatamente superior. Este princípio é fundamental para a ulterior responsabilização pelos desvios verificados, além de envolver o princípio da participação de todos os responsáveis (cada um a seu nível) no processo de gestão da empresa.

Um orçamento é um documento formalmente escrito para os planos da gestão a desenvolver no futuro. Indica o curso da ação futura, servindo as principais funções da



gestão, do mesmo modo que os desenhos do arquiteto ajudam o construtor e o plano de voo auxilia o piloto de um avião.

O orçamento deve integrar objetivos sérios e atingíveis, o que determina que o planeamento deve ser baseado em estudos cuidados. Os fundamentos da orçamentação são:

- estabelecer objetivos específicos para as operações futuras;
- comparar periodicamente os resultados atuais com aqueles objetivos.

Embora os orçamentos estejam mais associados a organizações lucrativas, eles desempenham igualmente um papel importante em organizações não lucrativas, como sejam escolas, hospitais, departamentos governamentais, etc. O sistema de elaboração e controlo dos orçamentos pode ser afetado pelo tipo e grau de complexidade de uma empresa determinada, pelo montante da sua faturação, importância relativa da sua estrutura organizacional e por outros fatores.

Os orçamentos das atividades operacionais respeitam, geralmente, ao ano fiscal de uma empresa. Um ano é um período suficientemente pequeno para tornar facilmente dependentes as estimativas das operações

futuras e já longo demais para tornar possível ver o futuro num razoável contexto internacional. Contudo, para conseguir um controlo efetivo, os orçamentos anuais devem ser subdivididos em períodos mais pequenos, tais como os trimestres, os meses e as semanas. É também necessário rever os orçamentos de tempos a tempos e fazer as alterações que se tornem necessárias em resultado de mudanças verificadas nas condições gerais do negócio numa indústria particular ou numa empresa em especial.

Uma variante vulgar da orçamentação para um determinado ano é também designada **orçamentação contínua**, o que proporciona, por exemplo, a manutenção da projeção a doze meses para o futuro. No final de cada mês do intervalo, o orçamento a doze meses é revisto pela retirada dos dados para o período terminado e aditamento da nova estimativa de dados do orçamento para o mesmo período do ano seguinte.

O desenvolvimento do orçamento para um determinado ano começa normalmente vários meses antes de terminar o ano anterior. A responsabilidade pelo seu desenvolvimento é confiada a cada um dos Responsáveis pelas Direções do Planeamento Financeiro,



Pessoal, Produção e Vendas, coordenados por um Administrador-Delegado ou estrutura equivalente. O processo começa pelo pedido de estimativas (vendas, custos comerciais, produção, etc.) das várias unidades administrativas. É importante que todos os níveis de gestão e todos os departamentos participem na preparação e apresentação dessas estimativas, a fim de serem encorajados a estabelecer objetivos e a controlar as operações de modo a reforçar o cumprimento dos objetivos.

Assim, para as empresas com certa dimensão é usual que a base de toda a sua orçamentação seja a **previsão de vendas**, não só em quantidades mas também em valores.

Uma vez estabelecido o objetivo vendas, pode-se elaborar a previsão dos custos que variam com as mesmas (transportes, comissões, etc.). Considerando a política de aprovisionamento de produtos fabricados e as quantidades a vender, é possível elaborar o **orçamento das quantidades a produzir** ou programa de fabricação. Para se produzir é necessário consumir matérias-primas e atividade das secções fabris. O orçamento dos



consumos de matérias-primas e a política de aprovisionamento, permite elaborar o **orçamento de compras** (primeiro em quantidade e depois em valor). As secções produtivas ou diretas da área fabril para trabalharem precisam de determinados consumos (os custos diretamente

imputáveis da Contabilidade Geral) e do recurso às secções auxiliares ou de apoio.

Após se calcularem os custos das unidades de obra respetivas pode completar-se o mapa dos custos da produção e determinar-se os custos unitários. No caso de as secções fabris não terem capacidade para cumprirem o plano de produção determinado pela previsão de vendas e pela política de stocks de produtos fabricados, há que estudar a forma de ultrapassar tal dificuldade (aumento do parque de máquinas, ampliação dos edifícios, etc.). Tal previsão é feita no **orçamento de investimentos ou imobilizações**, o qual considera também os investimentos da área não industrial (viaturas, equipamento administrativo, etc.).

Depois de se orçamentarem as áreas da fábrica, há que proceder de igual modo para as restantes áreas não industriais. As secções não industriais são secções administrativas e a previsão dos respetivos custos é feita para o ano e repartida por duodécimos.



As várias estimativas recebidas pelo Departamento de Planeamento dos orçamentos são revistas, analisadas, coordenadas, cruzadas e finalmente postas sob a forma de **orçamento**. As estimativas não devem ser substancialmente revistas sem primeiro dar a oportunidade aos seus autores de defenderem as suas propostas. Depois de se encontrar o acordo distribuem-se cópias pelos Departamentos pertinentes e à própria Contabilidade. Os relatórios periódicos de comparação dos resultados atuais e os orçamentos devem ser distribuídos a cada um dos responsáveis intervenientes.

Desvios

Uma vez definidos os orçamentos há que aguardar o desenrolar da atividade da empresa no período considerado. Comparando os valores reais apurados pelas Contabilidade Geral e Interna com os valores do respetivo orçamento surgem os denominados desvios. Estes podem ser favoráveis e desfavoráveis, consoante o respetivo sinal. Há empresas que calculam os desvios pela subtração seguinte:

$$\text{Desvios} = \text{valores reais} - \text{valores orçamentados}$$

Outras calculam:

$$\text{Desvios} = \text{valores orçamentados} - \text{valores reais.}$$

Daqui se infere que o sinal (+) ou (-) depende da parcela que se escolher para aditivo. Por outro lado, o significado do desvio depende da respetiva natureza (o desvio positivo nas vendas tem um significado inverso nos custos).

A investigação das causas dos desvios tem interesse nos casos em que estes ultrapassam determinada percentagem razoável, para o que deve ser calculado em valor relativo (em princípio o gestor só se vai preocupar com os desvios que ultrapassam determinados limites definidos previamente). Entre as causas dos desvios pode-se encontrar:

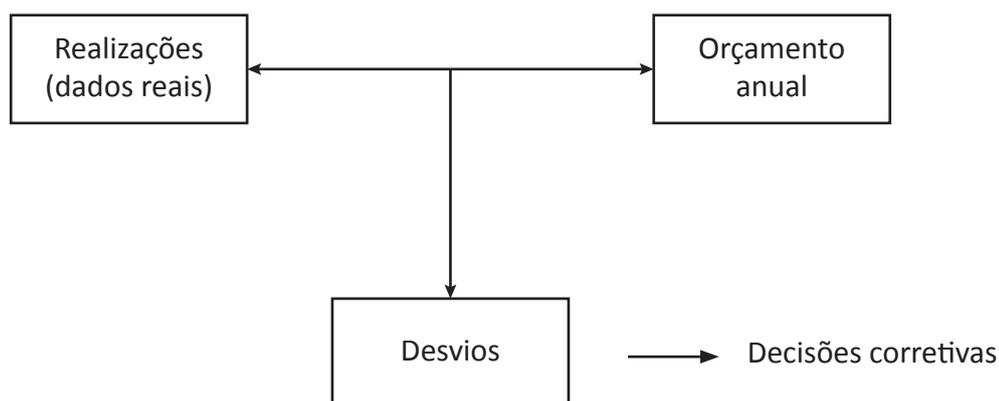
- má afinação das máquinas;
- deficiente qualidade das matérias (este fator pode influenciar vários desvios: preços das matérias, rendimento de matérias e eficiência de mão-de-obra);
- boa ou má afetação do pessoal que origina desvios de mão-de-obra (eficiência e taxa de mão-de-obra e até de matérias - defeitos e desperdícios);
- qualidade da gestão dos aprovisionamentos, suscetível de criar ruturas e de aquisição de matérias não adequadas à produção;



- organização de fabrico em séries pequenas, o que condiciona o rendimento;
- má estimativa dos padrões, o que levanta o problema da sua revisão.

A responsabilidade pelos desvios é imputável ao setor ou departamento interveniente. Assim, a responsabilidade pelos desvios de compras recai no departamento de compras (aquisição de matérias diferentes em qualidade e preço) e no departamento de produção (a qualidade das matérias influencia o desvio de rendimento). Os desvios de custo de mão-de-obra são imputáveis ao departamento de pessoal e ao departamento de produção (contratação de pessoal inadequado com vencimentos superiores aos previstos e deficiente supervisão e utilização das máquinas).

Estas conclusões são representadas sinteticamente no esquema seguinte:



Proposta de trabalho nº 5

1. A entidade XPTO pretende elaborar um orçamento de tesouraria para o 1.º trimestre de 2012. Para o efeito foram elaborados:

- os mapas previsionais de recebimentos;
- os mapas previsionais de pagamentos;
- os mapas previsionais de aprovisionamentos;
- os mapas previsionais de existências;
- os mapas previsionais de custos.



a. Dados extraídos do Balanço em 2011.12.31 (valores em dólares)

Contas	Saldos	
	Devedor	Credor
Caixa	2 300,00	
Depósitos à ordem	11 700,00	
Outros instrumentos financeiros - Títulos negociáveis		
Clientes c/c	8 200,00	
Outras devedores e credores	16 500,00	
Fornecedores c/c	2 400,00	
Fornecedores - títulos a pagar		18 200,00
Empréstimos bancários		12 500,00
Estado e outros entes públicos		15 000,00
		11 000,00

Dados adicionais sobre algumas contas:

- a.1. Clientes c/c - o saldo desta conta deve ser cobrado da seguinte forma: 60% em janeiro e 40% em fevereiro.
- a.2. Outros devedores e credores - o saldo desta conta refere-se a adiantamentos feitos ao pessoal que devem ser descontados, em partes iguais, quando do pagamento dos ordenados de janeiro, fevereiro e março.
- a.3. Fornecedores c/c - o saldo desta conta corresponde aos débitos da empresa a fornecedores e que serão pagos: 50% em janeiro, 30% em fevereiro e 20% em março.
- a.4. Fornecedores - títulos a pagar - aceites da empresa aos fornecedores com vencimentos 60% em fevereiro e 40% em março.
- a.5. Financiamentos obtidos - o saldo corresponde ao empréstimo obtido junto do Banco A, com vencimento em 28 de fevereiro de 2012. Juros a pagar na data de extinção do empréstimo: 1 350,00 dólares.
- a.6. Estado e outros entes públicos - o saldo refere-se a impostos relativos a janeiro no montante de 6 050,00 dólares e em fevereiro no montante de 4 950,00 dólares.



b. Mapa previsionial do movimento de existências e custos

Movimentos	janeiro	fevereiro	março
Vendas:			
mercadorias	55 000,00	50 000,00	70 000,00
Compras:			
mercadorias	45 000,00	35 000,00	40 000,00
Fornecimentos e serviços externos e outros custos e perdas	3 250,00	2 800,00	3 100,00
Custos com o pessoal:			
Remunerações	8 200,00	8 200,00	8 200,00

b.1. Vendas - preveem-se as seguintes condições de venda: 60% a pronto e 40% a prazo de 30 dias.

b.2. Compras- de acordo com as condições de pagamento oferecidas: 50% a pronto, com o desconto de 5%; 50% contra letra aceite a 60 d/d.

b.3. Admite-se como necessária a existência de um saldo de 9 000,00 dólares.

Qualquer excesso de liquidez pode ser aplicado em certificados de aforro, num montante mínimo de 2 000,00 USD; qualquer falta de liquidez pode ser obtida pela venda de títulos negociáveis ou por financiamento bancário a curto prazo.

2. Apresente a definição de orçamento.

3. Quais as fases de uma gestão orçamental? E quais os fundamentos da orçamentação?

4. A elaboração de um orçamento de tesouraria assenta em previsões de recebimentos e pagamentos esperados. Quais são as previsões auxiliares exigidas?

5. Qual a diferença entre o orçamento construído de cima para baixo e o construído de baixo para cima?



6. Qual o conteúdo a ser considerado na elaboração de um orçamento de vendas? E num orçamento financeiro?

7. A importância dos orçamentos para os gestores de uma entidade é inquestionável. Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta.



Bibliografia

CAIADO, António C. Pires (2003), *Contabilidade de Gestão*, 3.ª Ed., Áreas Editora, Lisboa.

LOUSÃ, Aires et al (2010), *Contabilidade Geral e Analítica*, Porto, Porto Editora.

LOUSÃ, Aires et al (2011), *Organização e Gestão Empresarial*, Porto, Porto Editora.

MARTINS, António (2002), *Introdução à análise financeira de empresas*, Porto, Vida Económica.

MENEZES, Hélder Caldeira (1999), *Princípios de gestão financeira*, 7.ª Ed., Lisboa, Editorial Presença.

MOREIRA, José António (1998), *Análise financeira de empresas: da teoria à prática*, 2.ª Ed., Porto, Associação da Bolsa de Derivados do Porto.

NABAIS, Carlos (s/d), *Análise de Balanços*, Lisboa, Editorial Presença.

NABAIS, Carlos e Francisco Nabais (2005), *Prática Financeira I e II*, Lidel Edições Técnicas, Lisboa.

NEVES, João Carvalho das (2000), *Análise financeira*, 2.ª vol., 12.ª Ed., Lisboa, Texto Editora.

margem bruta. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-12-09].

